



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS, POLÍTICAS, JURÍDICAS Y DE LA
COMUNICACIÓN
MAESTRIA EM CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

A PRODUÇÃO TEXTUAL COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO
DE LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA ESTADUAL DOM JOSÉ
MARITANO.

Maria de Lourdes Aleixo Mendonça da Silva

Asunción, Paraguay

2019

M a r i a d e L o u r d e s A l e i x o M e n d o n ç a d a S i l v a

**A P R O D U Ç Ã O T E X T U A L C O M O R E C U R S O D I D Á T I C O N O
E N S I N O D E L Í N G U A P O R T U G U E S A N A E S C O L A E S T A D U A L D O M
J O S É M A R I T A N O .**

Tese apresentada, defendida e aprovada para o curso de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências Jurídicas Política e de Comunicação da Universidade Autônoma de Assunção com o requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Clara Roseane da S. A. Mont'Alverne

Asunción, Paraguay

2019

M aria de Lourdes Aleixo Mendonça da Silva

A PRODUÇÃO TEXTUAL COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA
NA ESCOLA ESTADUAL DOM JOSÉ MARITANO.

Asunción (Paraguay)

Tutor: Prof. Dra. Clara Roseane da Silva Azevedo Mont'Alverne

Tese de Mestrado em Ciências da Educação. p. 191 – UAA, 2019.

Palavras Chave:

1. Currículo de Língua Portuguesa 2. Produção textual 3. Leitura 4. Escrita 5. Prática Pedagógica.

M a r i a d e L o u r d e s A l e i x o M e n d o n ç a d a S i l v a

**A P R O D U Ç Ã O T E X T U A L C O M O R E C U R S O D I D Á T I C O N O
E N S I N O D E L Í N G U A P O R T U G U E S A N A E S C O L A E S T A D U A L D O M
J O S É M A R I T A N O .**

Esta tese foi avaliada e aprovada para obtenção do título de M estre em Educação, pela
Universidade Autónoma de Asunción - U A A

A todos os profissionais da educação que anseiam por uma educação de qualidade nesse país e labutam diariamente para isso, almejando que os alunos das escolas públicas do Brasil tenham uma educação digna.

A G R A D E C I M E N T O

Agradeço a Deus por ter me dado forças para superar as dificuldades.

A UAA, seu corpo docente, direção e administração pela oportunidade de realização do Curso de Mestrado.

A minha orientadora, Prof. Dra. Clara Roseane da Silva Azevedo Mont'Alverne, pelo suporte que lhe coube, pelas suas correções e orientações, que contribuíram com o meu crescimento científico e intelectual.

Aos coordenadores pedagógicos, professores e alunos que gentilmente contribuíram com essa pesquisa.

Aos meus pais Antônio Carlos Leite de Mendonça e Maria da Conceição Aleixo Sousa, pelo amor e apoio incondicional.

Ao meu esposo José Maria Bernardino da Silva e minhas netas Maria Fernanda e Maria Eduarda Silva Santos, pela resignação e conformação, consequência de várias viagens para a formação acadêmica no Curso de Mestrado em Assunção/PY.

A minha amiga Regina Célia Oliveira Guimarães, pelas orações e incentivos.

O meu muito obrigada.

Ensinar não é transferir *conhecimentos*, mas criar as possibilidades para a sua produção ou
a sua construção.

(Paulo Freire, 1996, p. 13)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	X
LISTA DE FIGURAS	XI
LISTA DE ABREVIATURAS	XII
RESUMEN	XIII
RESUMO	XIV
ABSTRACT	XV
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
1. CONSIDERAÇÕES RELEVANTES PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	16
1.1. Currículo uma abordagem necessária	18
1.1.1. O currículo de Língua Portuguesa: o que dizem os documentos oficiais.....	20
1.1.2. A proposta curricular do ensino de Língua Portuguesa.....	23
1.1.3. O currículo de Língua Portuguesa no contexto escolar.....	25
1.2. O currículo e a organização do trabalho pedagógico	27
1.2.1. A função social da escola e o currículo de Língua Portuguesa	29
1.2.2. A organização e aplicação do currículo na escola.....	31
1.2.3. Currículo escolar: planejamento da proposta de ensino	33
1.3. A produção textual no ensino de Língua Portuguesa	35
1.3.1. A produção textual na proposta curricular de Língua Portuguesa	37
1.3.2. A produção textual no currículo da escola	38
1.3.3. A prática da produção textual em sala de aula	39
1.4. As contribuições da produção textual no âmbito escolar	41
1.4.1. Os PCNs de Língua Portuguesa	43
1.4.2. Os PCNs e as práticas de produção textual na escola.....	44
1.4.3. Produção textual e a interdisciplinaridade	46
CAPÍTULO 2: LEITURA, ESCRITA E FORMAÇÃO DE ESCRITORES	49
2.1. Linguagem e comunicação	50
2.1.1. Breve histórico da leitura e escrita na educação brasileira.....	52
2.1.2. A importância do ato de ler e escrever.....	54
2.1.3. O perfil do leitor/escritor contemporâneo	56
2.1.4. A prática da leitura e escrita no contexto escolar.....	59
2.1.5. Objetivos da leitura e escrita para a produção textual.....	60
CAPÍTULO 3: PRODUÇÃO TEXTUAL: PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TEXTO	62
3.1. A organização do texto no universo da escrita	63
3.2. Os elementos da produção textual.....	64
3.2.1. Texto e textualidade	66
3.2.2. Coesão e coerência	68
3.2.3. A aquisição dos gêneros textuais na escola.....	69
3.2.4. Análise linguística em função da produção textual.....	71
CAPÍTULO 4: NOVAS POSSIBILIDADES NO ENSINO DA PRODUÇÃO DE TEXTO	73

4.1. A produção do texto para além da escola	74
4.1.1. A mediação do professor como condição de aprendizagem	77
4.1.2. Práticas de letramento no currículo escolar.....	79
4.1.3. Contribuições da leitura e escrita na formação do cidadão	81
4.1.4. Estratégias de leitura e escrita para a produção de texto	83
CAPÍTULO 5: METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	86
5. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	86
5.1. Fundamentação Metodológica.....	87
5.2. Problema da Pesquisa	87
5.3. Objetivos da Pesquisa.....	88
5.3.1. Objetivo Geral.....	89
5.3.2. Objetivos Específicos	89
5.4. Cronograma da Pesquisa	90
5.5. Contexto Espacial e Sócio-Econômico da Pesquisa	91
5.5.1. Delimitação da Pesquisa.....	96
5.6. Participantes da Pesquisa.....	99
5.6.1. Coordenadores Pedagógicos	100
5.6.2. Professores da Disciplina	100
5.6.3. Alunos do 9º ano do ensino fundamental.....	101
5.7. Desenho da Investigação	102
5.8. Técnicas e Instrumentos para Coleta dos Dados	106
5.8.1. Observação Sistemática/Estruturada	106
5.8.2. Guia de entrevista.....	107
5.8.3. Entrevista Aberta.....	108
5.9. Elaboração e Validação dos Instrumentos.....	109
5.10. Procedimentos Para Coleta dos Dados	110
5.11. Técnicas de Análise e Interpretação dos Dados	111
CAPÍTULO 6: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	113
6. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	113
6.1. ATIVIDADES/PROJETOS OFERECIDOS PELA ESCOLA	114
6.1.1. Relato dos coordenadores quanto ao currículo de Língua Portuguesa.....	115
6.1.2. Análise do coordenador em relação aos projetos de produção de textos	116
6.1.3. O que dizem os professores quanto as atividades de produção de texto	118
6.1.4. Análise dos alunos sobre a importância das atividades/projetos	119
6.2. FORMAÇÃO CONTINUADA: MELHORIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA	120
6.2.1. O que nos revelam os coordenadores sobre a formação continuada	121
6.2.2. O que revelam os coordenadores sobre a formação dos professores.....	123
6.2.3. A importância da formação continuada segundo os professores	125
6.3. O TRABALHO COM A PRODUÇÃO TEXTUAL	127
6.3.1. O trabalho com a produção textual segundo os coordenadores	128
6.3.2. Relato dos professores sobre o trabalho com a produção textual.....	129
6.3.3. A opinião do professor em relação a reescrita do texto.....	130
6.3.4. O que nos revelam os alunos em relação a sua aprendizagem	132
6.4. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O PROCESSO DE APRENDIZAGEM	133

6.4.1. O que nos relatam os coordenadores quanto a prática pedagógica	134
6.4.2. A percepção dos professores quanto a prática pedagógica	135
6.4.3. O que nos falam os alunos sobre as contribuições da produção textual.....	136
CONCLUSÕES E PROPOSTAS	141
CONCLUSÕES	143
PROPOSTAS	149
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	152
APÊNDICES	158
APÊNDICE 1: Carta enviada à direção da Instituição Locus da Pesquisa E.E.E.F. Dom José Maritano.....	159
APÊNDICE 2: Técnica - Guia de Entrevista aplicada aos coordenadores.....	160
APÊNDICE 3: Técnica - Guia de Entrevista aplicada aos professores.....	162
APÊNDICE 4: Técnica – Guia de Entrevista aplicada aos alunos.....	164
APÊNDICE 5: Guia de Observação para Pesquisa	165
APÊNDICE 6: Relatório das Observações da Pesquisa	167

LISTA DE TABELAS

TABELA N° 1: Matrículas dos alunos no ensino fundamental de 09 anos no Amapá	94
TABELA N° 2: Matrículas dos alunos no ensino fundamental de 09 anos em Macapá ..	96
TABELA N° 3: Participantes da Pesquisa.....	101

LISTA DE FIGURAS

FIGURA N° 1: Desenho Geral do Processo de Investigação	13
FIGURA N° 2: Perguntas e Objetivos da Investigação	89
FIGURA N° 3: Programação das Ações	91
FIGURA N° 4: Localização Geográfica do Brasil	92
FIGURA N° 5: Localização Geográfica do Estado do Amapá	93
FIGURA N° 6: Localização Geográfica de Macapá	95
FIGURA N° 7: Localização Geográfica da Escola Estadual Dom José Maritano	96
FIGURA N° 8: Escola Estadual Dom José Maritano	97
FIGURA N° 9: Desenho Metodológico da Investigação	103
FIGURA N° 10: Técnicas Utilizadas na Pesquisa	109

LISTA DE ABREVIATURAS

A - Aluno

AP - Amapá

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

C - Coordenadores

CEP - Código de Endereçamento Postal

CF - Constituição Federal

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

DCNs - Diretrizes Curriculares Nacionais

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

P - Professor

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP - Projeto Político Pedagógico

SEED - Secretaria Estadual de Educação

TICs - Tecnologia da Informação e Comunicação

RESUMEN

Esta tesis examina cómo los profesores de lengua portuguesa fomentan la lectura y la escritura de los estudiantes a partir del trabajo con la producción de texto en la Escuela Pública Don José Maritano, teniendo como problemática que será investigada la siguiente pregunta: ¿Cómo está funcionando la producción de textos para estimular la lectura y escritura en la Escuela Pública Don José Maritano, en la ciudad de Macapá-AP, con los alumnos del 9º año de la enseñanza fundamental? La temática se justifica porque vivimos en una cultura predominantemente escrita, donde el aprender a leer y escribir exigen capacidad y superación de desafíos frente al conocimiento del lenguaje. Además, porque ante los problemas existentes, se vio la necesidad de proponer nuevas y diversificadas prácticas pedagógicas para el trabajo con la producción textual, permitiendo una contribución significativa para la formación del alumno frente al proceso de lectura y escritura. El objetivo general de la investigación es examinar cómo los profesores de la Escuela Pública Don José Maritano apropian de la producción de textos para estimular la lectura y la escritura en la enseñanza del idioma inglés. Para alcanzar ese propósito, se trazaron los siguientes objetivos específicos: describir las actividades o proyectos ofrecidos por la escuela para trabajar la producción textual; verificar cuáles la formación inicial y continuada de los profesores para facilitar el desarrollo de su práctica pedagógica frente a las cuestiones de producción textual; y la forma en que la producción textual está siendo trabajada en el aula con los alumnos y comprender cómo las prácticas pedagógicas, si se utilizan de la producción textual, contribuyen al proceso de aprendizaje de los alumnos. Participaron de la investigación: los coordinadores, los profesores de lengua portuguesa y estudiantes en noveno grado, los que se gradúan en los últimos años de la escuela primaria en la Escuela Pública Don José Maritano en Macapá-AP. Para la realización de este trabajo se adoptó la investigación descriptiva, transversal, con enfoque cualitativo. Para la recolección de datos se utilizaron como instrumentos, la observación sistemática/estructurada, la guía de entrevista y la entrevista abierta. Las respuestas obtenidas fueron analizadas individualmente, dentro de cada objetivo específico correspondiente a las cuestiones, con base en el referencial teórico. Esta investigación trae como contribuciones problematizaciones que permiten la formulación de nuevas preguntas y enfoques teóricos y metodológicos que proporcionan elementos para apoyar el trabajo de los maestros de la disciplina portuguesa en el trabajo de la producción textual, mientras que la identificación de estrategias y contribuciones que pueden funcionar como un recurso riquísimo para fomentar la lectura y escritura, permitiendo una mayor interacción del alumno y estimulando su capacidad de pensar y producir con más claridad y determinación. En este contexto, el trabajo desarrollado a partir de la producción textual abre espacio para el diálogo, discusiones, intercambio de experiencias y vivencias significativas que puedan formar parte del bagaje de conocimiento del alumno, proporcionando ampliar sus horizontes y expandir sus posibilidades comunicativas en diferentes situaciones de su cotidiano.

Palabras clave: Plan de estudios de portugués, la producción textual, lectura, escritura, la práctica docente.

RESUM O

A presente tese analisa como os professores de língua portuguesa estimulam a leitura e escrita dos alunos a partir do trabalho realizado com a produção de texto na Escola Estadual Dom José Maritano, tendo como problema a ser investigado o seguinte questionamento: Como a produção textual vem sendo trabalhada para estimular a leitura e escrita na Escola Estadual Dom José Maritano, na cidade de Macapá/AP, com os alunos do 9º ano do ensino fundamental? A temática justifica-se porque vivemos em uma cultura predominantemente escrita, onde o aprender a ler e escrever exigem capacidade e superação de desafios frente ao conhecimento da linguagem. Além disso, porque diante dos problemas existentes, viu-se a necessidade de propor novas e diversificadas práticas pedagógicas para o trabalho com a produção textual, permitindo uma contribuição significativa para a formação do aluno frente ao processo de leitura e escrita. O objetivo geral da pesquisa é analisar de que forma os professores da Escola Estadual Dom José Maritano se apropriam da produção textual para estimular a leitura e escrita no ensino de língua portuguesa. Para se alcançar esse propósito, traçaram-se os seguintes objetivos específicos: descrever as atividades/projetos oferecidos pela escola para trabalhar a produção textual; verificar qual a formação inicial e continuada dos professores para facilitar o desenvolvimento da sua prática pedagógica frente as questões de produção textual; observar a frequência e o modo como a produção textual está sendo trabalhada na sala de aula com os alunos e compreender como as práticas pedagógicas, se utilizando da produção textual, contribuem para o processo de aprendizagem dos alunos. Participaram da investigação: os coordenadores pedagógicos, os professores de Língua Portuguesa e os alunos do 9º ano, concluintes dos anos finais do ensino fundamental da Escola Estadual Dom José Maritano, em Macapá/AP. Para a realização deste trabalho adotou-se a pesquisa descritiva, transversal, com enfoque qualitativo. Para a coleta de dados foram utilizados como instrumentos, a observação sistemática/estruturada, o guia de entrevista e a entrevista aberta. As respostas obtidas foram analisadas individualmente, dentro de cada objetivo específico correspondentes as questões, com base no referencial teórico. A presente investigação traz como contribuições subsídios a problematizações que permitam a formulação de novas perguntas e abordagens teórico-metodológicas que propiciem elementos para dar suporte a atuação dos docentes na disciplina de língua portuguesa quanto ao trabalho desenvolvido a partir da produção textual, além de apontar estratégias e contribuições que podem funcionar como um recurso riquíssimo para fomentar a leitura e escrita, permitindo uma maior interação do aluno e estimulando a sua capacidade de pensar e produzir com mais clareza e determinação. Nesse contexto, o trabalho desenvolvido a partir da produção textual abre espaço para o diálogo, discussões, troca de experiências e vivências significativas que possam fazer parte da bagagem de conhecimento do aluno, proporcionando ampliar seus horizontes e expandir suas possibilidades comunicativas em diferentes situações do seu dia a dia.

Palavras-Chave: Currículo de Língua Portuguesa, Produção textual, Leitura, Escrita, Prática Pedagógica.

A B S T R A C T

The present thesis analyzes how the Portuguese language teachers stimulate the students reading and writing skills through the text production at the Don José Maritano State School, using the following question as the investigation problem: How is textual production elaborated to stimulate reading and writing at the Don José Maritano State School, in the city of Macapá/AP, with the students of the 9th year of elementary school? The theme is justified because we live in a predominantly written culture, where learning how to read and write requires capacity and overcoming challenges through the knowledge of the language. Besides, because of the existing problems, it was necessary to propose new and diversified pedagogical exercises to work with the textual production, allowing a significant contribution to the student's formation in the reading and writing process. The general objective of the research is to analyze how the teachers of the Don José Maritano State School use the textual production to stimulate reading and writing while teaching Portuguese language. To achieve this goal, the following specific objectives were outlined: describe the activities/projects offered by the school to work on textual production; check the initial and current training of the teachers to smooth the development of their pedagogical practice related to textual production issues; observe the frequency and the way the textual production is being taught in the classroom with the students and understand how the pedagogical practices, when using the textual production, contribute to the learning process of the students. The participants of the research were: the pedagogical coordinators, the Portuguese language teachers and the 9th grade students, who completed the final years of elementary school at the Dom José Maritano State School in Macapá/AP. The type of study chosen was descriptive, using a transversal method, with a qualitative approach. For the data collection, the systematic/structured observation, the interview guide and the open interview were used as instruments. The answers obtained were analyzed individually, within each specific objective corresponding to the questions, based on the theoretical reference. The present investigation brings as a contribution subsidies to the problematizations that allow the formulation of new questions and theoretical/methodological approaches that provide elements to support the performance of teachers in the discipline of Portuguese language related to the work developed from the textual production, besides pointing out strategies and contributions that can act as a very rich resource to encourage reading and writing, allowing a greater student's interaction and stimulating their ability to think and produce more clearly and with determination. In this context, the work developed from textual production opens up space for dialogue, discussions, exchange of experiences and significant experiences that can be part of the student's knowledge bag, allowing them to broaden their horizons and expand their communicative possibilities in different situations of their daily routine.

Keywords: Portuguese Language Resume, Textual Production, Reading, Writing, Pedagogical Practice.

INTRODUÇÃO

A presente tese intitulada com o “A produção textual com o recurso didático no ensino de Língua Portuguesa na Escola Estadual Dom José Maritano” vem refletir sobre esse contexto, buscando enfatizar que é pela linguagem que “os homens e as mulheres se comunicam, tem acesso à informação, expressam e defendem pontos de vista, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura” (Brasil, 1998, p. 19). Nesse sentido, a presente dissertação se propõe a investigar a proposta da produção textual no currículo escolar e na prática pedagógica do professor de Língua Portuguesa, com a finalidade de assegurar a efetividade da leitura e escrita no contexto escolar e fortalecer essa aprendizagem para ser aplicada em todos âmbitos sociais, promovendo assim, a ampliação de conhecimentos e significados que possam inserir o homem ao mundo letrado, e permiti-lo a agir e interagir de forma crítica, reflexiva e participativa na sociedade contemporânea em que vive, pois a linguagem, seja ela escrita ou falada, é uma via imprescindível ao mundo letrado, globalizado e informatizado da atualidade.

Justificativa da Investigação

A Escola Estadual Dom José Maritano, situada no município de Macapá – Amapá vivencia uma realidade preocupante com a aprendizagem da linguagem escrita em seu âmbito interior, mediante os fracassos apresentados pelos alunos decorrentes da percepção de que eles não têm o domínio da escrita, compreensão e interpretação de textos, como também daquilo que leem ou produzem. É notório e evidente, as diversas dificuldades nas questões escritas de produção textual desenvolvida pelos alunos, como o: o domínio da escrita, de informações sobre a temática proposta, de compreensão e interpretação de textos, entre outros, e isso reflete desde os anos iniciais do ensino fundamental acarretando em prejuízos para os anos posteriores.

De certa forma, a escola desenvolve um papel de fundamental importância no processo de formação humana, pois é na escola que se começa o processo de preparação e incorporação do sujeito em uma sociedade com plenas responsabilidades, objetivando a formação integral do sujeito para uma vida de plena interação com fatores linguísticos, que devem ser debatidos em meio ao processo de formação e em uma perspectiva de aquisição de habilidades e competências na construção de sujeitos críticos.

Levando em consideração que a principal função da linguagem é a interação comunicativa entre os homens promovendo a construção do conhecimento e, conseqüentemente, o seu processo de formação, é fundamental que a escola adquira a constante utilização da leitura e escrita em suas práticas pedagógicas com os alunos visando sanar com urgência as dificuldades apresentadas quanto ao domínio de habilidades tão necessárias ao processo comunicativo entre as pessoas, objetivando dessa forma, promover uma contribuição significativa no processo de formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos em atuar e interagir na sociedade para transformá-la em um lugar melhor para todos, buscado a florar em seus educandos o gosto pela prática da produção textual, onde a leitura e a escrita sejam o alicerce para a construção de seus conhecimentos.

A linguagem é uma ferramenta indispensável para a produção do conhecimento e, sendo assim, torna-se também um fator preponderante para a formação do homem. Segundo os PCNs de Língua Portuguesa (Brasil, 1998, p. 20), “[...] pela linguagem se expressam ideias, pensamentos e intenções, se estabelecem relações interpessoais anteriores existentes e se influencia a outro, alterando suas representações da realidade e da sociedade e o rumo de suas (re)ações”. Nesse sentido, ressalta-se que fazer uso da linguagem é apropriar-se do saber ler e escrever. É envolver-se a partir da língua oral e escrita para agir e interagir na sociedade em que vive. O processo da leitura e escrita tem papel significativo na aprendizagem do indivíduo, pois é através dessas habilidades que se adquire um mundo amplo de conhecimentos e significados. A linguagem, seja ela escrita ou falada, é uma via imprescindível de acesso ao mundo letrado, informatizado e globalizado da atualidade.

Promover a linguagem, falada ou escrita, é um compromisso social sublime para o fortalecimento do atual contexto educacional em que a sociedade brasileira se encontra. Pois a partir dessas oportunidades, a escola, instituição formadora de opiniões, fomenta a redução das mazelas sociais existentes e permite ao aluno mais reflexão e participação nas situações de aprendizagem, com vistas a buscar novos conhecimentos e, conseqüentemente, elevar seu nível de aprendizagem, para que de fato ele possa agir e interagir na sociedade em todos os seus contextos, angariando melhorias para a sua formação cidadã e para a sociedade como um todo.

Diante do contexto, a escola de fato, precisa assumir seu papel de instituição transformadora e oferecer espaços e condições adequadas, para que o professor de Língua Portuguesa, desenvolva situações significativas a partir da leitura e escrita, com a finalidade de formar bons leitores e escritores de textos. Por outro lado, o professor, agente mediador do conhecimento, precisa sair do tradicionalismo deixando para trás o ensino fracassado,

onde o emprego da linguagem e comunicação acontecem apenas de forma artificial, e propiciar mais interação entre o aluno e a linguagem (falada ou escrita), assegurando ao aluno, o ensino sistematizado capaz de viabilizar as habilidades e competências fundamentais para a prática da produção textual, pois segundo Hein (2016, p. 6), a escola:

[...] é, por excelência, o lugar do ensino e da aprendizagem, o que é evidenciado principalmente na relação professor-aluno. Nesse espaço, aprender a ler e escrever é o caminho mais propício para que o aluno se constitua como cidadão pleno, atuante e que transforma o seu entorno, podendo ultrapassar as barreiras mais próximas e modificando o seu entorno.

Nesse sentido, é conveniente ressaltar que é na escola que o indivíduo se depara com o conhecimento sistematizado, usufruindo de um ambiente interacionista que influencia na formação humana e no processo de aquisição das habilidades e competências necessárias para a construção do conhecimento, preparando-o para atuar frente as demandas sociais de linguagem e comunicação. No entanto, é apropriado compreender que a escola não é a única instituição responsável por estimular e proporcionar situações de ensino-aprendizagem ao aluno, pelo contrário, ela é um complemento garantido pela Constituição à família, instituição considerada com o primeira instância socializadora, que está em constante contato com a criança, sendo assim, também é responsável pelo desenvolvimento das suas capacidades cognitivas, pois é primeiramente no lar que ela deve ter o contato com a leitura e a escrita, aprendendo a valorizar essas ações que darão subsídios para a sua vida futura.

A ausência da família na vida escolar do aluno denota-se em déficit de aprendizagem e, conseqüentemente, em fracasso e evasão escolar. Há nas famílias a herança do analfabetismo e das desigualdades sociais, sendo assim, as crianças não recebem em casa o apoio necessário para o seu desenvolvimento integral no ambiente escolar. Os pais ou responsáveis são totais ou parcialmente ausentes, contribuindo para o crescente desinteresse entre os alunos e a suas dificuldades na aprendizagem.

Mediante tais informações é imprescindível se traçar um caminho de novas oportunidades, onde a escola e família possam se unir em busca de melhorias e novas condições de ensino-aprendizagem que possibilitem ao educando o desenvolvimento de uma educação de qualidade, pois cada aluno possui características próprias e níveis diferentes de aprendizagem, por isso precisam sempre de um mediador para contribuir e dar suporte para a sua formação. É primeiramente no lar que o indivíduo deve encontrar a valorização necessária para ler e escrever, sendo assim, a família em parceria com a escola, deve fortalecer o seu compromisso com a educação e o desenvolvimento do aluno, pois grande

parte deles, evoluem com facilidade, quando percebem que a família interage e valoriza o seu aprendizado.

No que tange as questões de leitura e escrita, a escola sempre se deparará com a existência de barreiras e dificuldades no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, é necessário entender que o processo linguístico, pautados nas habilidades de ler, escrever e produzir, são ações que merecem ser aprimoradas desde as primeiras etapas da educação básica, possibilitando a interação da criança para a conquista desde cedo, do hábito de leitura e escrita, para posterior evolução nos próximos anos do ensino escolar, pois ler e escrever são processos que se estendem por toda vida do ser humano desde o seu nascimento, tornando-se habilidades de fundamental importância no seu processo de comunicação e sua formação cidadã, contribuindo também para a formação do pensamento, o acesso à informação e sua percepção de mundo, com o propósito de capacitar o indivíduo a dialogar e interagir por meio da fala e da escrita.

A leitura e escrita, produtos da linguagem, são a base do sistema de comunicação e fatores fundamentais para a inserção do homem ao mundo letrado. Desse modo, ressalta-se que a linguagem é o instrumento fundamental de interação humana. Segundo Soares (2017, p. 26), ela é “o principal produto da cultura, e é o instrumento para a sua transmissão”. Portanto, é por meio da linguagem que se criam sentidos para a comunicação, para a expressão do pensamento e para a prática de interação social. Por meio dela, o homem transmite sensações, sentimentos, ideias e intenções capazes de ultrapassar as barreiras do acesso à informação, do diálogo e do saber.

Dessa forma, cabe à escola acompanhar o ritmo tecnológico, disponibilizando tempo e espaço para apropriar-se de práticas inovadoras que estão contextualizadas a realidade de vida dos alunos, pois “os seres humanos não são seres que apenas existem no mundo, mas que estão em plena relação com esse mundo, e dessa forma são capazes de tomarem consciência de si e do mundo” (Freire, 1982, p. 65). Na atualidade, adolescentes e jovens em geral, relacionam-se a partir de textos, das mais diversas formas, sem se darem conta dessa produção ao fazerem uso dos recursos tecnológicos da informação e comunicação. No entanto, são textos básicos, realizados sem o mínimo cuidado de retoques gramaticais, coesão e coerências que um texto precisa ter, para ser entendido. Sendo assim, faz-se necessário que a escola trace uma metodologia que permita sanar as dificuldades apresentadas pelos alunos. Segundo Cosson (2014, p. 33):

Aquele que não sabe ler não tem acesso aos diplomas, nem ao poderoso mundo das informações [...]. Vive, assim, à margem de nossa sociedade e

tudo aquilo que ela oferece por meio da escrita. [...] Saber ler, apropriar-se da escrita, não torna uma pessoa mais inteligente ou mais humana, não lhe concede virtudes ou qualidades, mas lhe dá o acesso a uma ferramenta poderosa para construir, negociar e interpretar a vida e o mundo em que vive.

Diante disso, também é louvável, que a escola insira em seus currículos escolares a produção textual desde os primeiros anos do ensino fundamental, objetivando a familiarização da criança com textos apresentados a partir dos mais variados recursos existentes, que possam contribuir desde já, para a apropriação do hábito da leitura, que se promoverá como suporte para a escrita da produção textual. A leitura, escrita e, conseqüentemente, a produção textual não deve ser apresentada de qualquer jeito, como mera atividade de passar tempo, para que se evite a desmotivação e o desinteresse pelo aluno que o impedem de conquistar as oportunidades básicas do saber, mas sim, com o atividades que visem o desenvolvimento de habilidades e competências específicas que são necessárias para a formação da criança e irão se evoluindo com o passar dos anos escolares.

Nessa ocasião, é necessário citar que o professor de Língua Portuguesa, agente mediador do conhecimento, precisa também estar preparado intelectualmente e profissionalmente para o desenvolvimento das atividades de produção textual. Sendo assim, é importante que ele busque a formação continuada, que o atualizará e proporcionará o aprimoramento de sua prática. A formação continuada diz respeito à qualificação profissional, que tem como objetivo fornecer uma atualização através de cursos teóricos e práticos, além de reflexões acerca da prática educativa que contemple a realidade da escola.

De acordo com Bueno (2012, p. 11), “a aceleração dos processos produtivos marcou uma nova etapa nesse processo, exigindo que a formação e trabalho se fizessem de modo concomitante [...] formação contínua, em serviço”. Para a formação do professor, todo conhecimento é apropriado para a construção do saber, seja ele ocorrido dentro ou fora do espaço escolar. Ela acontece nos cursos de especialização, na troca de experiências com outros profissionais da educação, no interior da sala de aula com os próprios alunos, enfim, entre tantos espaços apenas com um único propósito, qual seja a melhoria da qualidade do ensino, da educação. Sendo assim, é preciso implantar nas escolas regras e padrões que sensibilizem alunos e professores a buscar novos caminhos para um ensino-aprendizagem significativo para essas classes.

Quando os professores começam a refletir sobre sua prática dentro de uma visão pedagógica, se torna mais fácil buscar o novo para contribuir nas dificuldades que seus alunos apresentam no processo de aquisição da linguagem. A formação continuada

acrescenta em melhorias na qualidade do trabalho e do ensino, pois o trabalho do professor é considerado peça chave no processo de ensino-aprendizagem.

A opção pelo tema em estudo se deu pela presente preocupação em perceber que alunos do 9º ano dos anos finais do ensino fundamental, estudantes da Escola Estadual Dom José Maritano, apresentam grandes e evidentes dificuldades no seu processo de leitura e escrita e, conseqüentemente, na produção textual. Os alunos apresentam dificuldades em ler, escrever e produzir textos, em interagir sobre determinada temática, em ler com fluência e discernimento, entre outras. No entanto, tais conteúdos se mostram inseridos no currículo de Língua Portuguesa, mas o que se observa é apenas a preocupação com a gramática normativa aplicada de forma artificial e a aplicação dos conteúdos, sem o cuidado de observar e perceber as brechas e lacunas que dificultam o processo de linguagem e comunicação e, conseqüentemente, a apropriação do saber.

Ler e escrever são ações que possibilitam a construção do saber e facilitam o processo de interação comunicacional entre as pessoas nos mais variados contextos que a sociedade lhe oferece. Desse modo, a relevância do estudo se dá em contribuir para o aprofundamento dos estudos relativos a produção textual e as possibilidades, não só de inserir a temática no currículo escolar, como também, ser trabalhada com mais rigor e autonomia pelos professores em sala de aula, com vistas a solucionar as falhas e lacunas deixadas em séries anteriores.

No âmbito social, a grande importância do estudo se dá em democratizar o ensino reduzindo as desigualdades no desempenho do aluno, permitindo que a temática seja abordada em todas as áreas do conhecimento com o propósito de assegurar com precisão a formação integral do aluno, transformando-os em alunos leitores e escritores, capazes de proporcionar mudanças no ambiente em que vivem, além de fazer frente ao seu desenvolvimento pessoal e profissional, para que haja uma perfeita interação e comunicação com os outros.

Além disso, a pesquisa será importante para o campo educacional e acadêmico, visto se tratar de aulas dinâmicas e interativas que buscarão fomentar a aprendizagem do aluno de forma significativa, realizada a partir de estímulos e motivação feitas diretamente ao grupo de coordenadores dos cursos de licenciatura, levando-os a refletir sobre os aspectos relevantes que inserem de fato o indivíduo ao mundo letrado, transformando a formação acadêmica de futuros docentes, fortalecendo então, o uso de práticas de produção textual no currículo escolar de língua portuguesa.

Para professores graduados, a pesquisa contribuirá para a prática pedagógica do professor, no sentido de incentivá-lo a buscar novos conhecimentos a partir da formação continuada nas diversas áreas do conhecimento, com a finalidade de ampliar e fortalecer seus conhecimentos para mediá-lo com responsabilidade e paciência, permitindo-lhe também trabalhar com novas estratégias de ensino capazes de garantir uma aprendizagem significativa para os alunos.

Diante o exposto, considera-se que o resultado desse estudo possa fornecer efeitos positivos, capazes de fomentar um ensino de qualidade onde, não só ganha o aluno, ao se permitir conquistar habilidades e competências que lhe garantam a capacidade para compreender, interpretar e interagir com o conhecimento a sua volta, como também o professor, que terá a oportunidade de refletir sobre suas práxis pedagógicas e se permitir a mudança no processo de ensino. Além disso, o estudo também permite contribuir para o aprofundamento de estudos que envolvem o ensino e a aprendizagem da produção textual na contemporaneidade, onde o dever da escola seja o de proporcionar ao aluno o acesso aos modelos formais da escrita, garantindo assim a sua inserção na cultura de forma crítica e participativa.

Problemática da pesquisa

Diante da realidade que a escola e a comunidade enfrentam nas questões de cunho social, cultural e financeiro, o desenvolvimento dessa pesquisa pode ser um suporte essencial para a minimização dos problemas que ela reflete, uma vez que o uso da temática Produção Textual pode ser uma estratégia significativa para a formação de alunos críticos, reflexivos e transformadores, em busca de melhorias para o espaço onde vivem.

As questões que envolvem as dificuldades de leitura e escrita são um dos grandes desafios da Educação Básica, pois uma grande parcela dos alunos matriculados nas redes de ensino, não sabem ler e escrever como de fato deveriam. Na sociedade atual o excelente aluno, apto para todas as demandas sociais, é aquele que apresenta boa oralidade e desempenho na escrita, capaz de desenvolver as competências sociocomunicativas necessárias para as determinadas questões que a sociedade impõe. No entanto, o que se tem é o aluno que lê, porém falta-lhe a fluência e a compreensão daquilo que se lê. Por outro lado, muitos sabem escrever, mas não tem ideias e a criatividade necessária para o desenvolvimento de uma produção de textual, sem contar com os inevitáveis erros de ortografia e gramática.

Ensinar a ler e a escrever não é uma tarefa fácil, e de fato, isso vem sendo uma das maiores preocupações no âmbito educacional em todos os níveis de ensino. Leitura e escrita são ações que se complementam, e o domínio dessas ações tornam-se a base fundamental para a construção do conhecimento e, conseqüentemente, a ponte para a inclusão do homem ao mundo letrado. No entanto, é gravíssimo perceber o quanto a sociedade vive alienada em relação a conhecimentos importantes e significativos que a impedem de alcançar um patamar mais evoluído, crítico e capaz de superar os desafios do mundo contemporâneo.

Dessa forma, o interesse pelo estudo surgiu da observação realizada em algumas situações no ambiente escolar, onde percebeu-se que a construção sistematizada do conhecimento se apresenta descontextualizada da realidade da escola e do educando, contribuindo para a persistência dessa alienação e acarretando prejuízos capazes de comprometer todo o processo ensino-aprendizagem dos alunos. Esse ensino-aprendizagem descontextualizado é notado, quando o educando apresenta dificuldades, mais precisamente na leitura, escrita e produção textual, dificultando a construção do conhecimento que é percebida a cada ano escolar.

A ausência de metodologias eficazes e mais comprometimento dos atores educacionais tornam o problema mais grave e alastrador, tornando-se em um ciclo vicioso que apenas contribui para a persistência de uma deficiência cultural que incapacita alunos e alunas a se aperfeiçoarem e interagirem de forma positiva na sociedade. Pensar no processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa que não contemple linguagem e comunicação é algo impossível, pois linguagem e comunicação são instrumentos indispensáveis à interação do homem com seus pares e com o mundo que o cerca, são habilidades presentes no dia a dia de qualquer indivíduo, se tornando o cerne da interação e comunicação humana.

No entanto, diante o exposto, torna-se fundamental que se implante nas escolas regras e padrões que sensibilizem alunos e professores a buscar novos caminhos para um ensino-aprendizagem significativo para essas classes. Quando os professores começam a refletir sobre sua prática dentro de uma visão pedagógica, se torna mais fácil buscar o novo para contribuir nas dificuldades que seus alunos apresentam no processo de aquisição da linguagem. Sendo assim, essa pesquisa tem por objetivo oferecer a alunos e professores de Língua Portuguesa uma maior reflexão e participação nas questões de ensino-aprendizagem da leitura e escrita, tendo a produção textual com o incentivo para essa conquista, pois ler e escrever são ações que possibilitam a construção do saber e facilitam o processo de interação comunicacional entre as pessoas nos mais variados contextos que a sociedade lhes impõem.

Mediante esse contexto se faz interessante responder as seguintes questões investigativas: De que forma o professor aplica a produção textual em sala de aula? Quais as dificuldades que o aluno enfrenta com relação a produção textual? Quais os fatores que contribuem para as dificuldades em ler, escrever e produzir? O professor de língua portuguesa está realmente capacitado para desenvolver um trabalho dinâmico e interativo que envolva a leitura, escrita e produção textual?

Para se obter as respostas a esses questionamentos, o foco central se levanta em torno da seguinte problemática: **Como a produção textual vem sendo trabalhada para estimular a leitura e escrita na Escola Estadual Dom José Maritano, na cidade de Macapá/AP, com os alunos do 9º ano do ensino fundamental?**

Objetivos da Investigação

Verificando então, a necessidade de o professor mediar a construção do conhecimento de seus alunos e inserir em seu contexto as práticas de leitura, escrita e produção textual, tão presentes na atualidade em que vivemos, a presente pesquisa possui como objetivo geral:

- Analisar de que forma os professores da Escola Estadual Dom José Maritano se apropriam da produção textual para estimular a leitura e escrita no ensino de Língua Portuguesa.

E para materializar essa análise, temos como objetivos específicos:

- Descrever as atividades/projetos oferecidas pela escola para trabalhar a produção textual com os alunos;
- Verificar qual a formação inicial e continuada do professor para facilitar o desenvolvimento da sua prática pedagógica frente as questões de produção textual;
- Observar a frequência e o modo como a produção textual está sendo trabalhada na sala de aula com os alunos;
- Compreender como as práticas pedagógicas, se utilizando da produção textual, contribuem para o processo de aprendizagem dos alunos.

Desenho Geral da Investigação

Para o desenvolvimento da pesquisa é necessário observar com especial importância o esquema de seu desenho metodológico, o qual servirá de estratégia indicando os passos a

serem realizados no decorrer da pesquisa. Na visão de Perovano (2016, p. 150), “[...] o desenho da pesquisa parte dos objetivos de investigação científica, ou seja, da ideia da pesquisa. A elaboração do desenho da pesquisa tem por finalidade a operacionalização de todas as variáveis previstas na pesquisa com base nos objetivos”. Ao esquematizar um modelo/desenho, traça-se um plano de ação que oriente o pesquisador em cada etapa do trabalho.

O desenho da pesquisa irá permitir que o pesquisador alcance os objetivos estabelecidos e a eficácia das informações do conhecimento construído. Knechtel (2014, p. 81) ressalta que “a pesquisa é, assim, a busca de dados e informações. É o ato de perquirir, interrogar, questionar e sistematizar o conhecimento”, e o papel do pesquisador é buscar essa informação para a produção de novos conhecimentos, contribuindo para a formação da consciência crítica, além de possibilitar novos horizontes e novas pesquisas.

A pesquisa descritiva, busca observar, analisar e compreender melhor a realidade do contexto educacional contribuindo positivamente para a solução dos problemas inerentes a temática discutida. Complementando com essa visão, Prodanov & Freitas (2013, p. 52) esclarecem que “o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Ou seja, na pesquisa descritiva não há a interferência do pesquisador, ele apenas observa e descreve tudo que vê e acontece no momento do seu trabalho de pesquisa.

Ainda em se tratando da pesquisa descritiva, Perovano (2016, p. 155) acrescenta que seus estudos têm como foco “especificar as propriedades, as características e os perfis de pessoas, populações e fenômenos sociais ou físicos”. Sendo assim, pode-se dizer que a pesquisa descritiva é fundamental para o desenrolar da investigação realizada, pois aqui o pesquisador vai descobrir a partir de suas técnicas de coleta de dados as diversas situações em que os fatos ou fenômenos se apresentam. As informações serão levantadas de forma organizada tal qual como é na realidade, sem possíveis interferências ou ponto de vista, sempre com a intenção de buscar a verdade para se chegar a possíveis falhas e resoluções que afetam o processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, Sampieri (2014, p. 92) ressalta que nos estudos descritivos é preciso averiguar:

[...] fenômenos, situações, contextos e eventos; ou seja, detalhando como eles se manifestam. Como estudos descritivos destina-se a especificar as propriedades, características e perfis das pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos ou qualquer outro fenômeno submetido a análise.

Destarte, a pesquisa descritiva objetiva descrever as situações reais em que os fatos ou fenômenos se apresentam para dar maior clareza e objetividade a investigação.

No modelo transversal, os pesquisadores “coletam dados em um só momento, em um tempo único. Seu objetivo é descrever variáveis e analisar sua incidência e inter-relação em dado momento (ou descrever comunidades, eventos, fenômenos ou contextos)” (Sampieri, Collado & Lúcio, 2006, p. 226). Sendo assim, no período da coleta de dados serão observados e refletidos como a Produção Textual está inserida no dia a dia do aluno como recurso didático eficiente no estímulo a leitura e escrita. Para isso, serão analisados os objetivos pretendidos, comparando-os e interpretando sem manipulação ou intervenção, porém com o intuito de analisar as contribuições da produção textual para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem. Segundo os PCNs (1998):

A transversalidade diz respeito à possibilidade de estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). (Brasil, 1998, p. 30).

A proposta do modelo transversal fomenta a reflexão e a atuação consciente que a escola precisa para respaldar e direcionar o seu trabalho pedagógico, permitindo a transformação, a inovação e responsabilidade de todos com a formação integral do aluno, possibilitando um aprender diferenciado onde a realidade e o cotidiano dos alunos façam parte dos ensinamentos propostos.

A presente pesquisa também apresenta-se com um enfoque qualitativo, que segundo Knechtel (2014, p. 98) preocupam-se “[...] com o significado dos fenômenos e processos sociais, considerando-se as motivações, as crenças, os valores e as representações que permeiam a rede das relações sociais”, ou seja, ela compreende o significado e a intencionalidade do contexto social, privilegiando-se do contato e das informações coletadas, com o objetivo de impetrar uma visão mais detalhada do processo em questão. Conforme Denzin & Lincoln (2011, p. 3):

A investigação qualitativa é uma atividade que situa o investigador no mundo. A investigação qualitativa consiste em um conjunto interpretável de materiais práticos que lhes tornem visível no mundo. Essas práticas transformam o mundo. Converte o mundo em uma série de representações que incluem notas de campo, entrevistas, conversação, fotografias, gravações, e as próprias notas. A este nível a investigação qualitativa implica um enfoque interpretativo, um enfoque natural de mundo. O principal da investigação

qualitativa é o estudo das coisas em seu ambiente natural, tratando de dar sentido, o interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas lhe atribuem.

Observa-se então que uma das características da pesquisa qualitativa, é a qualidade dos dados obtidos diferenciando-se através de sua coleta de dados e análise dos mesmos, pois de acordo com Perovano (2016, p. 151), na pesquisa qualitativa “o pesquisador realiza a coleta de dados diretamente no contexto em que os atores vivem e de que participam”. Portanto, para Perovano o pesquisador se apropria da realidade vivenciada para retirar dela os dados necessários à sua pesquisa. Kauark, Manhães & Medeiros (2010, p. 26), acreditam que na pesquisa qualitativa:

[...] há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

A pesquisa qualitativa procura entender os fenômenos humanos de modo a conquistar uma visão mais detalhada das suas particularidades naturais para posterior interpretação e atribuição de significados. Sendo assim, descarta o uso de métodos quantitativos e preocupa-se com as interações humanas construídas diretamente no cotidiano dos indivíduos. Diante disso, ressalta-se que a pesquisa com enfoque qualitativo tem o objetivo de interpretar os fatos e fenômenos estudados proporcionando uma maior familiarização com o contexto natural do indivíduo, a fim de esclarecer a sua complexidade.

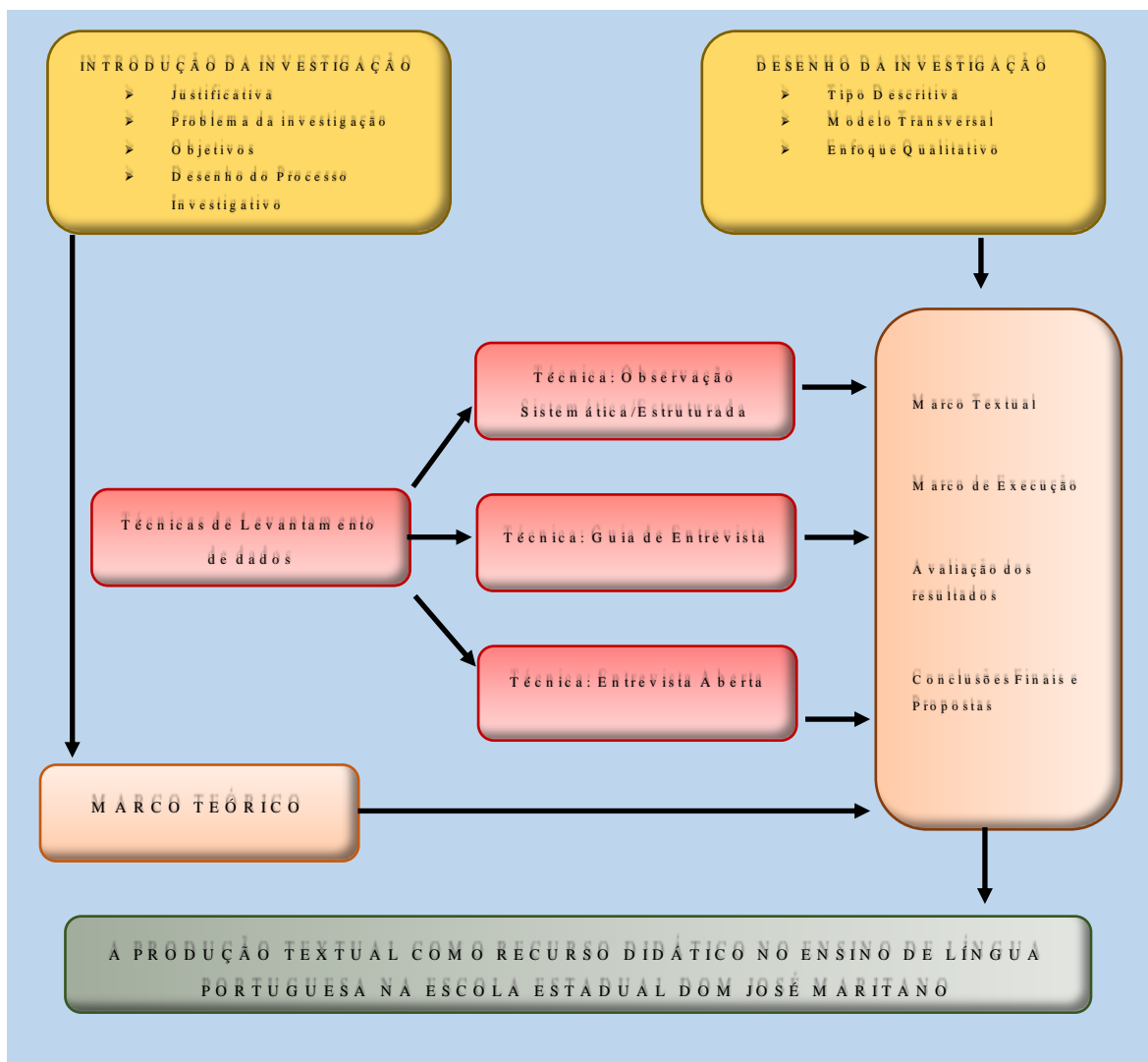
Para o desenvolvimento da pesquisa é necessário enfatizar que ela se caracteriza pela utilização de métodos científicos, sendo conveniente conceituá-lo como o “[...] o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões dos cientistas” (Lakatos & Marconi, 2003, p. 83). Diante disso, pode-se inferir que os métodos científicos são formas seguras, válidas e verdadeiras para cercear um fato ou fenômeno. Nesse diapasão, Severino (2017, p. 128) ainda comenta que o método científico:

[...] é o elemento fundamental do processo do conhecimento realizado pela ciência para diferenciá-la não só do senso comum, mas também das demais modalidades de expressão da subjetividade humana, como a filosofia, a arte e a religião. Trata-se de um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenômenos.

Mediante tais afirmações, conclui-se que a utilização dos métodos científicos não pertencem com exclusividade da ciência, porém não existe ciência sem a aplicação dos métodos científicos. Sendo assim, o método empregado na pesquisa qualitativa se enquadra com mais propriedade ao processo de análise das ciências sociais.

O esquema geral do processo de investigação está representado na figura a seguir.

FIGURA N° 1: Desenho Geral do Processo de Investigação



Expostos os referidos preâmbulos da pesquisa, o trabalho foi estruturado em três partes, dimensionados e interligados em um único conjunto, de modo a auxiliar a concretização do estudo. Tem-se assim, a seguinte organização:

Na primeira parte aborda-se a Fundamentação Teórica, que é subdividido em quatro capítulos que explanam sobre a Produção Textual em todo o seu contexto escolar, refletindo sobre as considerações relevantes para o ensino de Língua Portuguesa, dando ênfase para o currículo de modo geral, o currículo de Língua Portuguesa, a proposta curricular de Língua Portuguesa e o currículo no contexto escolar, bem como o currículo e a organização do trabalho pedagógico, esclarecendo a função social, sua organização e aplicação na escola, e o planejamento da proposta curricular. Ressalta-se ainda sobre a produção textual no ensino de Língua Portuguesa, fazendo comentários sobre a inserção no currículo e a sua prática em sala de aula, as contribuições no âmbito escolar, destacando os PCNs de Língua Portuguesa e a interdisciplinaridade. Disserta-se sobre a leitura, escrita e formação de escritores, refletindo sobre seu na educação brasileira, a importância do ato de ler e escrever, o perfil do leitor/escritor contemporâneo, a prática no contexto escolar e os objetivos da leitura e escrita para a produção textual. Reflete também sobre o planejamento e a organização do texto no universo da escrita os elementos que dão ênfase para o texto e por último, apresenta-se novas possibilidades no ensino de produção textual para além da escola, a mediação do professor, as práticas de letramento no currículo escolar, as contribuições da leitura e escrita na formação do cidadão e as estratégias de leitura e escrita para a produção de texto.

Na segunda parte apresenta-se o Metodologia da Investigação, que justifica a investigação, apresenta-se o desenho metodológico, o contexto espacial e sócio-econômico da pesquisa, o desenho, o tipo e o enfoque da pesquisa, a delimitação da pesquisa, os participantes das pesquisa, bem como as técnicas e instrumentos da coleta de dados, os procedimentos para realizar essa coleta de dados e por fim, ressalta-se as técnicas de análise e interpretação de dados.

No terceira parte, serão abordados a Análise e Interpretação dos Resultados da pesquisa, expondo de maneira clara e objetiva toda a análise de dados obtidas no decorrer da investigação. Essa análise permite considerar os aspectos qualitativos adquiridos juntos aos participantes, através das observações sistemáticas/estruturadas, do guia de entrevista e das entrevistas abertas, realizadas para esse fim. No decorrer do trabalho, serão realizadas as tabulações e análises dos dados, comparando-as com as teorias levantadas no marco teórico, ou seja, com o levantamento bibliográfico realizado para a obtenção dos conhecimentos necessários que elucidarão o desenvolvimento da pesquisa.

Por fim, apresenta-se as Conclusões e Propostas, as quais se referem as conclusões adquiridas na concretização do trabalho, sendo realizadas a partir das interpretações e análise dos dados obtidos e do referencial teórico estudado, assim como a apresentação de algumas recomendações consideradas importantes para a continuidade do estudo. Além disso, apresenta-se também as conclusões finais e as propostas em relação aos resultados da pesquisa e seus desdobramentos voltados para a leitura, escrita e produção textual no campo do ensino da Língua Portuguesa, bem como as estimativas fundamentais a implementação dessa prática para o fortalecimento e a qualidade da educação brasileira.

CAPÍTULO 1

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1. CONSIDERAÇÕES RELEVANTES PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

O ensino de Língua Portuguesa está pautado na busca de melhorias na qualidade da educação brasileira, onde as questões de ler e escrever, habilidades fundamentais para a construção do processo de ensino-aprendizagem, consigam superar as dificuldades existentes que desestimulam os alunos, levando-os ao fracasso e a evasão escolar. Democratizar o ensino para reduzir as desigualdades existentes no desenvolvimento do aluno é fundamental para promover resultados positivos na educação. Segundo os PCNs:

No ensino fundamental, o eixo da discussão, no que se refere ao fracasso escolar, tem sido a questão da leitura e da escrita. Sabe-se que os índices brasileiros de repetência nas séries iniciais — inaceitáveis mesmo em países muito mais pobres — estão diretamente ligados à dificuldade que a escola tem de ensinar a ler e a escrever. (Brasil, 1997, p. 19).

Na atualidade, a identidade do aluno é determinada pela apropriação do domínio da linguagem oral e escrita, fatores preponderantes para a sua formação e inserção ao mundo letrado. Dito isso, é triste perceber que entre tantos milhões de leitores existentes no Brasil, muitos não compreendem o que estão lendo. A leitura é um instrumento formador, ela combate a ignorância e a alienação. Segundo Freire (1989, p. 14) o ato de ler “[...] implica sempre percepção crítica, interpretação e “re-escrita” do lido [...]”, ou seja, o ato de ler possibilita a compreensão do mundo, a construção dos sentidos, a textualização dos contextos, para a construção de novos conhecimentos.

O ensino de língua portuguesa sofre muitas críticas, pois ele não está contemplando aquele que seria um dos seus objetivos primordiais: a leitura e a compreensão de textos. Temos inúmeros estudos que mostram que os estudantes brasileiros leem e não compreendem aquilo que estão lendo, nem mesmo conseguem estabelecer relações entre textos e o conhecimento de mundo adquirido. (Fontana & Porsche, 2011, p. 15).

Em complemento com a ideia acima, Rossi (2015, p. 163) diz que “[...] ao ler, o ser humano apodera-se dos conhecimentos registrados nos textos escritos, sendo assim, quanto

mais o sujeito ler, maior será a sua capacidade de articulação linguística com o mundo que o rodeia”, pois a leitura permite essa articulação para que haja o aperfeiçoamento do conhecimento pelo indivíduo.

Visando alcançar novas metas para o ensino, os PCNs enfatizam que um dos objetivos primordiais da Língua Portuguesa é promover o desenvolvimento do aluno para “o domínio ativo do discurso nas diversas situações comunicativas, sobretudo nas instâncias públicas de uso da linguagem, de modo a possibilitar sua inserção efetiva no mundo da escrita, ampliando suas possibilidades de participação social no exercício da cidadania” (Brasil, 1998, p. 32). No entanto, tal objetivo deve estar pautado em documentos oficiais de ensino servindo também, com o bases para as propostas curriculares das redes de ensino na disciplina de Língua Portuguesa, pois o currículo “é transformação, não apenas no que se refere a mudar o sentido, de ir por outro caminho, mas de buscar novas alternativas, novas soluções, novas conquistas” (Lima, 2012, p. 25). Mediante essa realidade, é fundamental analisar a influência da leitura e escrita para a produção textual através do currículo escolar de Língua Portuguesa e a prática pedagógica do professor, agente mediador do conhecimento.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular – BNCC – cabe ao ensino de Língua Portuguesa “proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens” (Brasil, 2017, p. 65-66). Muitos desafios irão surgir, no entanto, cabe aos sistemas oficiais de ensino a reorganização das bases curriculares, para que possam apresentar direcionamentos e se adequarem às exigências do mundo contemporâneo e as necessidades da clientela local onde ele será aplicado, com o propósito de fomentar a qualidade da educação e formar cidadãos dotados de competências significativas para atuarem de forma crítica, reflexiva e participativa na sociedade em que vivem, buscando a sua transformação.

De acordo com os PCNs (1997, p. 19), “essas evidências de fracasso escolar apontam a necessidade da reestruturação do ensino de Língua Portuguesa, com o objetivo de encontrar formas de garantir, de fato, a aprendizagem da leitura e da escrita”. Diante desse contexto, ressalta-se que é de suma importância um ensino de Língua Portuguesa pautado em projetar mudanças curriculares que sirvam de ferramenta para melhor atender as necessidades da clientela escolar.

Nesse sentido, é importante também que tal currículo, esteja em conformidade com as orientações apresentadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação Básica, ferramentas de fundamental importância para reformulação das atividades docentes, que possam facilitar um ensino-aprendizagem que qualifique o currículo de Língua Portuguesa, tornando-o um elemento decisivo para o processo de comunicação, pois o “[...] conhecimento não é apenas informação, é saber trabalhar as informações, analisando, contextualizando, interpretando, classificando, levando à reflexão, a humanização, ao poder” (Winter, 2017, p. 135). Portanto, o currículo deve ser criterioso e flexível, capaz de se organizar e se adequar aos anseios da escola, contribuindo significativamente para a apropriação de saberes que fortaleçam o desenvolvimento das capacidades individuais, pois o comportamento humano é movido pela informação, a qual ultrapassa os muros escolares e se estabelece em diversas esferas da sociedade, vivenciadas pelos alunos.

1.1 Currículo: uma abordagem necessária

O termo currículo é proveniente do latim *curriculum*, que quer dizer ‘percurso’, ‘trajetória’, ‘caminho’. Esse termo foi introduzido simbolicamente no Brasil em meados de 1954, quando os jesuítas aqui chegaram trazendo em sua bagagem um plano organizado de estudo – o *Ratio Studiorum* – contendo regras básicas permeadas pela ideologia do homem tradicional que iria conduzir toda a ação pedagógica dos jesuítas.

Após a Revolução Industrial, o currículo passou de fato a fazer parte do âmbito educacional, tornando-se um elemento norteador a ser utilizado para organizar todo o processo educativo. No entanto, sofreu influência dos diversos momentos históricos, e passou a apresentar múltiplos conceitos e significados, carregados de intenções e interesses associados a relação de poder vigente nas diferentes épocas históricas. Corroborando com esse sentido de currículo, Leal & Suassuna (2014, p. 20), complementam que:

Nas abordagens tradicionais de currículo, a organização do conhecimento escolar é tratada como um processo que, ao lado da seleção, define que tipo de conhecimento, em que sequência, em que forma e para quem pode ser ensinado. Os pressupostos que presidem essa abordagem estão ancorados na ideia de que a organização do currículo, tem termos de sequência da apresentação dos conteúdos selecionados, tem de ser definida a partir de considerações sobre a estrutura lógica da disciplina e do nível de desenvolvimento cognitivo do aprendiz.

Tradicionalmente falando, o currículo era sempre visto como uma relação de conteúdos organizados de uma matéria ou disciplina, ou seja, um elemento que servisse de guia para o desenvolvimento do trabalho do professor. Era o único elemento mediador entre o professor, o aluno e o conhecimento, estando demasiadamente atrelado as demandas de formação para o mercado de trabalho, reduzindo-se rigorosamente a apenas seguir os conteúdos para alcançar os objetivos pretendidos.

Estudos mais recentes, apontam que o currículo vai além da simples seleção e organização de conteúdo a serem ensinados, devendo preocupar-se com a cultura e os saberes significativos que possam contribuir para a formação de cidadãos aptos para atuarem dentro da sociedade em que vivem. Nesse sentido, Leal & Suassuna (2014, p. 21) complementam esse conceito, expressando que o currículo é o elemento que “constrói identidades e subjetividades, uma vez que juntos com os conteúdos das disciplinas escolares, se adquirem na escola percepções, disposições e valores que orientam os comportamentos e estruturam as personalidades”. Sendo assim, é fundamental que ele possua elementos necessários que possam preparar o aluno para a aprendizagem, para a sua própria formação, para a construção do seu próprio conhecimento.

Diante disso, é fundamental que a escola obtenha um currículo mais interligado aos saberes escolares e as experiências adquiridas pelos alunos fora do ambiente escolar, possibilitando mais compreensão e transformação. Mattos (2012, p. 15), complementa dizendo que o “[...] currículo é o conjunto de experiências educativas oportunizadas pela escola, resultantes de intenções explícitas da própria organização e de ingredientes da vida escolar”. Já para Lima (2012, p. 25), “currículo é transformação, não apenas no que se refere a mudar o sentido, de ir por outro caminho, mas de buscar novas alternativas, novas soluções, novas conquistas. O currículo consiste em transformar o impreciso em conhecido, e tal fato envolve um ensino e uma aprendizagem”. Em decorrência desses conceitos, é possível perceber que o currículo não é algo neutro ou isolado, ele tem uma relação profunda com a sociedade e com a cultura do povo devendo preocupar-se com o tipo de homem e sociedade que se quer formar.

Nesse contexto, observe-se que o currículo é um elemento primordial do processo educativo, sendo um elemento intencional, orientado em função dos objetivos pretendidos. Dessa forma, ele se torna um instrumento de poder, e procura demonstrar sua relevância ao decidir, a partir da sua estrutura e organização, aquilo que é mais relevante para a sociedade: a conservação ou renovação do cenário educacional.

Além disso, o currículo está atrelado a função social da escola, norteador o conhecimento, selecionando e organizando saberes relevantes para a formação de cidadãos aptos para atuarem dentro na sociedade onde vivem. Ele é um elemento essencial e indispensável que não deve faltar no interior da escola e, conseqüentemente, da sala de aula, com o objetivo de abranger todos os temas que permeiam as relações humanas, possibilitando esclarecer, conscientizar e valorizar as diversidades sociais e culturais de sua clientela escolar.

Na verdade, no currículo organizam-se todos os aspectos pedagógicos que viabilizam o processo de ensino-aprendizagem. Ele deve envolver atividades de pesquisa, seleção de conteúdo, valores e metodologias adequadas capazes de acompanhar as mudanças convenientes que permitam a construção do conhecimento. Segundo Lima (2012, p. 37), “o conhecimento é um bem comum, devendo, portanto, ser socializado a todos os seres humanos. O currículo é o instrumento por excelência dessa socialização”. Dessa forma, o currículo deve estar voltado para a flexibilidade, oportunizando a reflexão, o diálogo e a sua adequação em relação à escola, a comunidade e suas demandas sociais, oportunizando também o papel ativo do aluno na participação e construção de sua própria aprendizagem.

1.1.1 O currículo de Língua Portuguesa: o que dizem os documentos oficiais

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 210, estabelece que o governo federal tem a incumbência de fixar “conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (Brasil, 2017, p. 122). Corroborando a este requisito, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LEI N° 9394/96 – expressa em seu artigo 26 que:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (Brasil, 2017, p. 19).

Ainda de acordo com a LDB n° 9394/96, o seu artigo 32, expressa que:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I- O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. (Brasil, 2017, p. 23).

De acordo com os requisitos mencionados pela CF/88 e pela LDB nº 9394/96, estabelece-se as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, documento que surge para de fato regulamentar a organização curricular no âmbito educacional. Segundo essas diretrizes, o currículo configura-se com o “o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço social e contribuem intensamente para a construção de identidades sócio-culturais dos educandos” (Brasil, 2010, p. 4). Para tais Diretrizes Curriculares, o ensino da Língua Portuguesa integra a base nacional comum do currículo escolar. Sendo assim, cabe à escola organizar a seleção de conteúdos relevantes para a conquistas de competências e habilidades que possam garantir o domínio da linguagem.

Art.11. A escola de Educação Básica é o espaço em que se ressignifica e se recria a cultura herdada, reconstruindo-se as identidades culturais, em que se aprende a valorizar as raízes próprias das diferentes regiões do País.

Parágrafo único. Essa concepção de escola exige a superação do rito escolar, desde a construção do currículo até os critérios que orientam a organização do trabalho escolar em sua multidimensionalidade, privilegia trocas, acolhimento e aconchego, para garantir o bem-estar de crianças, adolescentes, jovens e adultos, no relacionamento entre todas as pessoas. (Brasil, 2010, p. 4).

Além de todos esses aparatos legais, o currículo ainda conta com a orientação oferecida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, que são os pilares estabelecidos pelo MEC para auxiliar na elaboração do currículo, objetivando a qualidade do ensino. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa é oportuno ressaltar que:

O domínio da língua oral e escrita é fundamental para a participação social e afetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso a informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Por isso, ao ensiná-la, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos, necessário para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos. (Brasil, 1997, p.15).

Em complemento a essa ideia, Rossi (2015, p. 123), esclarece que:

[...] o ensino da Língua Portuguesa deve partir de princípios teóricos da linguística, implícitos na proposta dos PCN, de forma a contemplar atividades que envolvam o uso concreto da língua, de modo que o aluno venha a ler, produzir e compreender diferentes gêneros/discursivos/textuais orais e escritos.

Dessa forma, é conveniente dizer que o currículo de Língua Portuguesa tem todos os aparatos legais para orientar a prática pedagógica, podendo ser organizado de acordo com as necessidades do educando para garantir de forma eficiente a sua formação. Nesse sentido, Lima (2012, p. 100) ressalta que, ao elaborar um currículo é imprescindível compreender:

[...] a organização escolar como um instrumento que deve auxiliar na estruturação social e cultural. É perceber que a escola é parte integrante da sociedade e não uma instância dissociada da vida real e possuidora de propósitos insignificantes aos interesses coletivos. É disponibilizar aos educandos conhecimentos para que possam atuar com o cidadãos conscientes de seu papel, cujos direitos e deveres são iguais a todos [...].

Diante o exposto, é importante esclarecer que o currículo, pautado em documentos que garantem a sua elaboração, devem ser organizados com a devida reflexão e com o objetivo de orientar a prática pedagógica nos diferentes níveis de ensino, adequando-se às novas exigências do mundo contemporâneo, pois ele é um elemento norteador do trabalho escolar e tem extrema relação com a sociedade e com a cultura do povo, por isso, precisa está planejado e organizado a partir de uma proposta que lhe direcione o que ensinar, como ensinar e para que ensinar, sem pre visando a construção do conhecimento.

Todos os documentos oficiais que colaboram para a reorganização do currículo de Língua Portuguesa se instauram num contexto de mudanças educacionais, que visam refletir e discutir sobre as concepções tradicionais que ainda persistem em nossas escolas. Tais documentos propõem mudanças que permitam desenvolver um currículo dinâmico e interativo, capaz de auxiliar a organização e seleção de conteúdos significativos que possam fazer parte da matriz curricular das instituições sociais de ensino.

O currículo de Língua Portuguesa é um elemento primordial de comunicação dentro e fora da escola, sendo assim, convém inseri-lo numa perspectiva sócio interacionista, onde a linguagem, seja ela oral ou escrita, possa norteá-lo e estabelecer perspectivas capazes de melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, pois é pela linguagem que os indivíduos se comunicam e estabelecem relações nos diferentes espaços onde vivem. Nesse

sentido, Senna (2015, p. 20) acrescenta que “[...] a participação do ser humano no mundo ocorre por meio da linguagem”, daí a importância na elaboração curricular de Língua Portuguesa.

1.1.2 A proposta curricular do ensino de Língua Portuguesa

A proposta curricular para o ensino de Língua Portuguesa segue parâmetros nacionais e estaduais para garantir um planejamento organizado, que propicie ao educando uma educação de qualidade, tendo como referência a Base Nacional Curricular Comum – BNCC – documento que proporciona um direcionamento para a formulação dos currículos escolares das redes de ensino.

Tal proposta assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses. (Brasil, 2017, p. 65).

A BNCC, direciona-se para a criação de uma proposta curricular que atenda as demandas da clientela escolar, no entanto, deve estar pautada por conteúdos relevantes, que possam favorecer o desenvolvimento de competências sócio comunicativas, que influenciem na formação de indivíduos capazes de atuar e transformar a sociedade em que vivem. Uma das competências específicas para o ensino de Língua Portuguesa objetivados pela BNCC é fazer com que o aluno possa:

Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo. (Brasil, 2017, p. 85).

O currículo de Língua Portuguesa, também conta com a influência das propostas curriculares estaduais e municipais de cada estado brasileiro. Em relação à Proposta Curricular para o ensino de Língua Portuguesa no Estado do Amapá, a preocupação em garantir o desenvolvimento pleno do aluno quanto ao domínio da linguagem oral e escrita, também é vista como uma tarefa difícil que precisa ser levada a sério para fortalecer a autonomia do sujeito em desenvolvimento, criando para ele, oportunidades que possam favorecer a conquista de habilidades e competências que permitam inseri-lo na sociedade

letrada. Sendo assim, a proposta curricular deve superar a fragmentação dos conteúdos definindo o que, como, para que e para quem o conteúdo deve ser ministrado.

O saber de cada cidadão, na escola, abrange inúmeros fatores como o: hábito de leitura, adquirido em família; assimilação ao contexto sócio-cultural e outros. E, muitas vezes, os alunos ficam restritos aos conteúdos escolares apenas, sem interagir ao mundo vivido por eles. E, quando se pensa e fala sobre a mesma linguagem, pretende-se ter uma atividade de natureza reflexa e de análise linguística. Isso é fundamental para a expansão da capacidade de produzir e interpretar textos. (Amapá, 2009, p. 37).

É adequado que o currículo de Língua Portuguesa valorize as demandas da comunidade escolar criando oportunidades para que o aluno possa discutir, dialogar e aprender a produzir o pensamento, de maneira objetiva e transparente, visando promover o acesso ao conhecimento e aperfeiçoar o domínio da Língua Portuguesa para saber usá-la na interação com o outro, e em todas as esferas e âmbitos sociais. Segundo o Plano Curricular do Amapá (2009, p. 38):

Além das variedades linguísticas, que refletem diferentes valores, o ensino de Língua Portuguesa deve contemplar os diferentes gêneros literários, buscando dar ao aluno condições de ler/entender os tipos de discurso bem como produzi-los a partir de suas necessidades reais. Ele precisa ter consciência dos diferentes níveis de linguagem e saber utilizá-los, a cada situação concreta, o padrão linguístico mais adequado, inclusive aquele exigido pelas situações mais formais.

A proposta curricular de Língua Portuguesa deve fomentar a qualidade da educação em seu escopo, objetivando o desenvolvimento pleno do aluno, o acesso e transmissão do conhecimento, a promoção do ensino-aprendizagem, o planejamento e a organização curricular, pois “a linguagem é o lugar de interação humana, de interação comunicativa entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-cultural e ideológico” (Amapá, 2009, p. 37). A proposta curricular deve permitir a transferência de conhecimentos eficientes e significativos para o aluno, possibilitando o desenvolvimento da sua capacidade de comunicação, do acesso e difusão do saber em todos os seus contextos.

Segundo o Plano Curricular do Estado do Amapá, a proposta do currículo de Língua Portuguesa deve contemplar o incentivo à produção de textos orais e escritos; a valorização da bagagem cultural que o aluno possui; o estímulo ao gosto pela leitura de diversos gêneros textuais, entre tantos outros objetivos que almejam o desenvolvimento pleno do aluno no

que diz respeito ao aperfeiçoamento da linguagem e a capacidade de comunicação. Ou seja, a proposta curricular precisa dar oportunidades e condições para que o aluno construa seu próprio conhecimento, sempre trabalhando os aspectos necessários ao seu desenvolvimento quanto a assimilação do conhecimento e a interpretação deste à sua volta.

1.1.3 O currículo de Língua Portuguesa no contexto escolar

Levando em consideração todos os problemas que atualmente envolvem a linguagem, é relevante que ao currículo de Língua Portuguesa, seja dada a devida importância para que ele não se torne um mero espectador insignificante no contexto escolar, pois o currículo de Língua Portuguesa é um elemento fundamental e indispensável no processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, deve ser criterioso e reflexivo na sua elaboração, apresentação e direcionamentos que possam contribuir para formação de indivíduos capazes de promover resultados positivos na sociedade em que vivem.

Nesse sentido, Lima (2012, p. 100) considera que, para elaborar um currículo é necessário:

[...] compreender a organização escolar como um instrumento social e cultural. É perceber que a escola é parte integrante da sociedade e não uma instância dissociada da vida real e possuidora de propósitos insignificantes aos interesses coletivos. É disponibilizar aos educandos conhecimentos para que possam atuar como cidadãos conscientes de seu papel, cujos direitos e deveres são iguais para todos.

Nesse enfoque, é fundamental perceber que a escola é um espaço privilegiado para a apropriação do saber. Dessa maneira, é conveniente que ela se adeque às exigências do mundo contemporâneo elaborando um currículo de Língua Portuguesa capaz de suprir as demandas do processo educativo, onde o que trabalhar, com o trabalhar e para que trabalhar tenham como foco principal a concepção de homem e sociedade que se quer formar.

Nessa perspectiva, os conteúdos de língua e linguagem não são selecionados em função da tradição escolar que predetermina o que deve ser abordado em cada série, mas em função das necessidades e possibilidades do aluno, de modo a permitir que ele, em sucessivas aproximações, se aproprie dos instrumentos que possam ampliar sua capacidade de ler, escrever, falar e escutar. (Brasil, 1998, p. 37).

Na elaboração do currículo de Língua Portuguesa, os conteúdos não devem ser alheios aos problemas da realidade escolar e sim, paulatinamente, serem sistematizados, visando superar os problemas linguísticos que interferem na fala e na escrita, contribuindo para a formação de uma inteligência cognitiva capaz de oferecer condições para que o educando construa o seu próprio conhecimento, a partir do planejamento e da organização do trabalho pedagógico, pois tanto educadores quanto alunos são sujeitos de direitos, e merecem serem reconhecidos via currículo escolar. Lima (2012, p. 98), esclarece que:

Na elaboração do currículo, os educadores precisam considerar a realidade do educando. A construção do conhecimento ocorre em um contexto-histórico, dependendo da cultura, dos costumes, das especificidades históricas, das políticas educacionais e sociais, das diferentes formas de ver e viver no mundo.

Diante do contexto, é importante reconhecer que o currículo de Língua Portuguesa deve abarcar conteúdos e valores que contribuam para a formação de sujeitos críticos, reflexivos e ativos, capazes de construir a sua própria aprendizagem.

Esse reconhecimento coloca os currículos, o conhecimento, a cultura, a formação, a diversidade, o processo de ensino-aprendizagem e a avaliação, os valores e a cultura escolar e docente, a organização dos tempos e espaços em um novo referente de valor: o referente ético do direito. Reorientar o currículo é buscar práticas mais consequentes com a garantia do direito à educação. (González Arroyo, 2008, p. 12).

É fundamental que o reconhecimento da garantia do direito ao aluno seja planejado e organizado a partir da sua elaboração, considerando sempre a realidade local, a sua complexidade diária e as necessidades de seu público alvo, pois o currículo de Língua Portuguesa deve possuir um conceito reorganizado que oriente as ações da escola e possibilite o pleno desenvolvimento do aluno, tornando-o um sujeito de responsabilidades e valores em todas as esferas da sociedade. Segundo Di Palma (2012, p. 66), o foco da formação do aluno “é propiciar a compreensão de si mesmo e do mundo a sua volta em abordagens cada vez mais complexas: a utilização de diferentes linguagens, da lógica e dos recursos tecnológicos com o forma de garantir a inserção e a participação social”. Portanto, é imprescindível abandonar as velhas maneiras de ensinar e desenvolver um olhar mais atento às práticas pedagógicas aplicadas no contexto escolar.

O ensino de Língua Portuguesa também deve contemplar ações norteadoras que contribuam significativamente para o aperfeiçoamento e formação da clientela estudantil,

alm e jando um a projeção para novas perspectivas de vida, onde hajam responsabilidades que garantam aos alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários ao exercício da cidadania, pois “se o objetivo é formar cidadãos críticos e ativos, é necessário organizar e selecionar os conteúdos a partir de problemas práticos da sociedade, isto é, teoria e prática devem estar misturadas para realizar com sucesso o processo de ensino” (Belther, 2014, p. 116). Associar teoria e prática pode ser uma técnica aproveitada e incorporada no processo educativo do ensino de língua portuguesa, desde que elas estejam atreladas as necessidades cognitivas dos alunos e aos problemas que a sociedades enfrenta, permitindo o envolvimento do aluno no processo de ensino-aprendizagem enquanto sujeitos do conhecimento.

1.2. O currículo e a organização do trabalho pedagógico

A preocupação com a transmissão do saber requer cuidados a serem tomados desde a elaboração do currículo e a organização do trabalho pedagógico, colaborando para a existências de ações e direcionamentos educativos que sejam favoráveis ao ensino-aprendizagem, pois segundo Grochoska (2013, p. 126), o “currículo é o elemento norteador para a organização do trabalho pedagógico na escola. Por meio de projetos escolares, contribui para a resolução de algumas dificuldades que muitas vezes são vistas como aspectos fragmentados no processo de ensino-aprendizagem [...]”. Nesse sentido, pode-se dizer que o currículo orienta a prática pedagógica de forma a torná-la uma ferramenta que realize a associação entre as demandas da sociedade.

No currículo, organizam-se todas as atividades educativas da escola, abrangendo todos os setores e departamentos que fazem parte desse contexto, com vistas a orientar o trabalho do professor e a aprendizagem dos alunos para evitar lacunas que comprometem essa aprendizagem e o processo de ensino como um todo. Porto (2017, p. 14), ressalta que o currículo pode ser compreendido como “os conhecimentos ou saberes reproduzidos pelo homem ao longo de sua história e selecionados pela escola para se constituírem em saberes ou conhecimento escolar”. A elaboração do currículo e a organização do trabalho pedagógico são práticas educativas que devem ter como foco principal o tipo de sujeito que se quer formar, pois tal fator está entrelaçado a função social que a escola pretende assumir.

Diante de tais concepções sobre o currículo, Lima (2012, p. 155) esclarece que, para que a escola cumpra de fato a sua função social, é importante que ela considere “a formação de um sujeito capaz de compreender, via conhecimento, a realidade que o cerca e que possa interferir nessa sociedade com vistas à transformação social”. A escola é sempre vista como

aquela que forma indivíduos para atender as demandas do mercado capitalista impregnado na sociedade contemporânea.

No entanto, ao ter clareza dos seus objetivos a escola “pode construir seu próprio conjunto de regras e procedimentos, que devem estar de acordo com os princípios e as concepções educacionais expressa na proposta pedagógica [...]” (Di Palma, 2012, p. 62), com vistas a constituir parâmetros que possam mudar essa realidade e estabelecer a formação de cidadãos conscientes de seu papel transformador na sociedade em que está inserido.

Ainda segundo a organização da prática pedagógica, a escola pode discutir e definir que tipo de homem e sociedade pretende formar. Tal tarefa tem fundamental importância no espaço escolar. Segundo a concepção de Di Palma (2012, p. 64):

Uma escola bem organizada e bem gerida é aquela que cria e assegura condições pedagógico-didáticas, organizacionais e operacionais que propiciam um bom desempenho dos professores em sala de aula, de modo que todos os seus alunos sejam bem-sucedidos na aprendizagem escolar [...].

O currículo e a organização do trabalho pedagógico precisam sempre estar em harmonia com os objetivos do processo de ensino-aprendizagem elaborado por gestores, corpo docente e comunidade escolar.

Diante disso, os currículos precisam estar bem estruturados e planejados, sendo elaborados com a devida reflexão no redirecionamento de ações que sejam sempre significativas para o contexto educacional. Para Porto (2017, p. 15), a elaboração do currículo “não é um processo inocente, imparcial e desinteressado, mas sim, um processo social de seleção e organização de saberes e valores que serão ensinados nas escolas”. Portanto, pode-se dizer que esse processo perpassa por interesses e conflitos divergentes para conquistar seus ideais, e se fazerem presente no mundo e na sociedade. Dessa forma, precisam estar relacionados as diversas visões e concepções sobre a educação e seus objetivos.

Em todos os trabalhos escolares, principalmente no currículo, que é um elemento fundamental no contexto escolar, a organização e o planejamento são fatores fundamentais que precisam apresentar leveza, flexibilidade e consistência. Sendo assim, Porto (2017, p. 62) complementa dizendo que:

A organização curricular deve levar em conta não apenas os conhecimentos que são ensinados e aprendidos, mas também o modo como eles devem ser ordenados e organizados, todas as condições de tempo e espaço nos quais são elaborados; a maneira como os alunos são inseridos na forma de trabalho da

escola; as formas mais propícias de aprendizado e formação; e o reconhecimento do papel dos alunos no currículo e deste sobre os alunos.

Na verdade, tudo deve ser tratado nos mínimos detalhes, pois o desafio de ensinar requer responsabilidades. Nesse caso, é imprescindível uma organização pedagógica com bases sólidas que possam de fato, atender as necessidades precisas e fundamentais favoráveis ao aprendizado dos alunos, alinhando o fazer educativo aos objetivos propostos e estabelecendo parâmetros significativos que fortaleçam toda a ação educativa, pois segundo Porto (2017, p. 92), a organização do trabalho pedagógico “é o ponto de partida para a elaboração de um currículo que esteja em conformidade com a função social da escola”. Por isso, a organização curricular deve dar suporte a organização do trabalho pedagógico, norteando as ações implantadas em conformidade com a clientela da escola.

1.2.1. A função social da escola e o currículo de Língua Portuguesa

O Brasil é um lugar de profundas desigualdades sociais em todos os setores, e a escola, surge para discutir e buscar possíveis soluções que possam sanar com esses problemas que afligem a sociedade através da sua função social, que é formar o cidadão crítico, reflexivo e participativo que possa atuar dentro da sociedade, desenvolvendo atitudes e valores significativos em prol de uma sociedade mais humana e igualitária.

A escola, considerada espaço de apropriação do saber, tem o dever de proporcionar aos seus alunos o desenvolvimento da capacidade de construção do conhecimento, através do acesso à cultura, do planejamento e da organização de seus currículos escolares, garantindo a classe estudantil um ensino de excelência, pautado na formação integral do aluno, para que ele desenvolva competências e habilidades necessárias para atuar e transformar a sociedade em que vive.

A escola é uma instituição social com objetivo explícito: o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes e valores) que, aliás, deve acontecer de maneira contextualizada desenvolvendo nos discentes a capacidade de tornarem-se cidadãos participativos na sociedade em que vivem. (Costa, 2012, p. 7).

Diante de tais preposições, conclui-se que a escola tem como papel fundamental fomentar a participação consciente e crítica do aluno na construção de um mundo em que todos possam ter vez e voz. Sendo assim, é imprescindível que a escola estabeleça metas a

serem adquiridas em seu currículo para alcançar a qualidade do ensino e evitar o fracasso escolar presente e persistente em seu âmbito.

Nesse diapasão, enfatiza-se que o currículo escolar deve considerar as finalidades da educação, estando atrelado as demandas da clientela estudantil para evitar a fragmentação do conhecimento e legitimar a padronização de conteúdos organizados e sequenciados que promovam a adequação do indivíduo às novas exigências do mundo letrado.

Para que a escola cumpra de fato a sua função social, “é importante considerar a formação de um sujeito capaz de compreender, via conhecimento, a realidade que o cerca e que possa interferir nessa sociedade com vistas a transformação social” (Lima, 2012, p. 155). A formação do sujeito deve ser influenciada por uma educação de qualidade, que considera a cultura local como um elemento indispensável para promover no aluno o desenvolvimento de habilidades pessoais que lhe permitam inferir na realidade e transformar positivamente o ambiente que o cerca.

Diante disso, cabe à escola, selecionar e organizar os conteúdos que farão parte do currículo de Língua Portuguesa, considerada a disciplina carro chefe para a produção de todo e qualquer conhecimento, atuando direta e indireta no desenvolvimento do aluno, facilitando para a conquista de um aprendizado que supere os desafios da atualidade e influencie na vida futura do cidadão, tornando-o capaz de fortalecer o seu pleno desenvolvimento, a sua autonomia e a sua liberdade de atuação, pois “o aluno é parte da escola, é sujeito que aprende, que constrói seu saber, que direciona seu projeto de vida, assim sendo, a escola lida com pessoas, valores, tradições, crenças, opções e precisa estar preparada para enfrentar tudo isso” (Costa, 2012, p. 8). Deduz-se então, que o papel da escola é de fundamental importância para que os alunos participem de um processo democrático de direito que seja favorável para uma educação de qualidade.

Nessa perspectiva, cabe à escola as seguintes funções: promover a socialização, e o confronto do conhecimento, as trocas de saberes, a interação entre os estudantes, o acolhimento e o aconchego para garantir o bem-estar dos estudantes, a valorização das diferentes culturas e a inclusão das diversidades. (Paula, 2016, p. 33).

Sendo assim, cabe ressaltar que a escola prioriza a formação autônoma através do trabalho realizado com o conhecimento científico, elaborando a formação ética do indivíduo, a construção das relações sociais e sua atuação para o fortalecimento de um mundo melhor, que possibilite o acesso a inclusão social das diversas culturas inseridas dentro do contexto social refletido no cotidiano do aluno. Segundo Paula (2016, p. 33):

[...] o currículo se constitui em experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes. Currículo associa-se, assim, aos esforços pedagógicos desenvolvidos com intensões educativas.

A escola é um lugar de desafios. Ela proporciona a construção de um aprendizado importante para a vida futura do cidadão com sua participação ativa na sociedade, que possa superar a consciência ingênua e fortalecer o pleno desenvolvimento, autonomia e liberdade do indivíduo. Para educar e oferecer experiências significativas é fundamental que o currículo de Língua Portuguesa contribua para o desenvolvimento integral do indivíduo em sua formação, para o convívio social.

Sendo assim, a escola é considerada atualmente, com o espaço onde determinados sujeitos estabelecem relações com o saber, ou seja, uma instituição compreendida como espaço de interação social, dotada de cultura, valores, crenças e ideologias. Nesse diapasão, cabe à escola “assegurar aprendizagens essenciais e básicas e oferecer métodos atrativos para garantir uma educação permanente, sem deixar de lado a função de ser um instrumento cultural” (Porto, 2017, p. 24), pois o acesso à cultura possibilita ao homem adquirir valores, conhecimentos transmitidos de geração a geração, hábitos e regras sociais que proporcione a inteligência, a comunicação e a construção do conhecimento.

1.2.2. A organização e aplicação do currículo na escola

O currículo escolar é um elemento fundamental no processo ensino-aprendizagem, sendo assim, requer uma organização eficiente que possa contribuir para a formação de sujeitos atuantes que superem as expectativas da sociedade, pois ele tem conexão direta e indireta no desenvolvimento e formação do aluno promovendo a construção do conhecimento e contribuindo para a formação de indivíduos mais atuantes na sociedade.

A organização e aplicação do currículo na escola devem garantir a promoção do conhecimento a partir de uma abordagem dinâmica e interativa, que motivem os alunos a apropriar-se desse conhecimento e usá-lo com sabedoria nas situações-problemas da vida cotidiana. Diante disso, Lima (2012, p. 25) esclarece que o currículo é transformação, “não apenas no que se refere a mudar o sentido, de ir por outro caminho, mas de buscar novas alternativas, novas soluções, novas conquistas. O currículo consiste em transformar o impreciso em conhecido, e tal fato envolve um ensino e uma aprendizagem”. Para caminhar junto com as transformações que a sociedade almeja é vantajoso que os professores

atualizem o currículo com práticas inovadoras, que possam estimular os alunos quanto as habilidades cognitivas de leitura e escrita, dando espaço para que o currículo seja debatido e dialogado pelos professores, pelo corpo técnico-pedagógico da escola, e também pelos próprios alunos, levando em consideração que eles são sujeitos ativos na construção do seu próprio saber.

Nessa perspectiva, observa-se que a organização do currículo vai além da simples seleção dos conteúdos a serem ensinados no interior da escola, pois segundo Araújo (2013, p. 169), o currículo “é quase sempre o conjunto de saberes e/ou experiências que os alunos precisam adquirir e/ou vivenciar em função da sua formação”. Sendo assim, deve-se levar em consideração as vivências e experiências da demanda escolar para garantir o sucesso na apropriação de competências e habilidades, que possam garantir a qualidade do trabalho desenvolvido por cada aluno.

Ainda se tratando de currículo, Porto (2017, p. 24) ressalta que “[...] o saber escolar, organizado e disposto especificamente para fins de aprendizagem, compreende não só os aspectos ligados à seleção de conteúdo, mas também os referentes a métodos, procedimentos, técnicas, recursos empregados na educação escolar”. Todos os elementos que compõem o currículo são de fundamental importância para o processo de ensino-aprendizagem, pois cada um tem uma determinada função com finalidade de estruturá-lo para orientar o trabalho a ser desenvolvido pelo professor, e pela escola.

Nesse sentido, é conveniente dizer que a escola possui autonomia para organização e aplicação de seu currículo escolar. Sendo assim, ela precisa afastar-se do tradicionalismo que prevê somente a preparação para o mercado capitalista e planejar atividades que estejam em conformidade com a complexidade de seu contexto social, colaborando para a construção de sujeitos críticos que tenham a capacidade de sempre estarem em busca de novas oportunidades. Segundo os PCNs, ao organizar o currículo para a sua posterior aplicação:

[...] é fundamental que o professor tenha instrumentos para descrever a competência discursiva de seus alunos, no que diz respeito à escuta, leitura e produção de textos, de tal forma que não planeje o trabalho em função de um aluno ideal para o ciclo, muitas vezes padronizado pelos manuais didáticos, sob pena de ensinar o que os alunos já sabem ou apresentar situações muito aquém de suas possibilidades e, dessa forma, não contribuir para o avanço necessário. (Brasil, 1998, p.48).

Diante disso, pode-se dizer que a organização do currículo favorece o ensino e a aprendizagem dos alunos, contribuindo para que o professor planeje com mais autonomia ao articular conteúdos e objetivos que fomentem a qualidade de seu trabalho.

No entanto, é fundamental que o professor apresente novas propostas de ensino com conteúdos novos e significativos, que estejam atrelados a realidade dos alunos, devendo ter clareza dos objetivos ao nortear as atividades estabelecidas do seu fazer pedagógico, pois “[...] muitas vezes o currículo obrigatório e comum a todos não é o justo ou adequado no que se refere a oportunidades iguais e desiguais” (Porto, 2017, p. 22). Nesse caso, é conveniente que o corpo técnico e administrativo da escola, juntamente com a classe docente, façam parte da construção, seleção, organização e execução do currículo, fazendo suas escolhas, transmitindo seus pontos de vistas, suas críticas e suas reflexões a cerca daquilo que é conveniente e necessário para uma aprendizagem significativa, que envolva o desenvolvimento de habilidades, competências e valores que permitam uma participação mais consciente, ativa e dinâmica do indivíduo na sociedade.

Nesse contexto, é conveniente que os participantes da construção do currículo escolar levem em consideração as vivências, experiências e demandas da clientela escolar visando alcançar os objetivos propostos em seu interior.

1.2.3. Currículo escolar: planejamento da proposta de ensino

Planejar a proposta curricular de ensino é uma tarefa desafiadora, porém necessária para o alcance das finalidades e propósitos educacionais, pois o planejamento não é uma mera atividade mecânica, e sim, uma necessidade em todos os setores do âmbito educacional, onde a reflexão, a flexibilidade e a reformulação devem caminhar juntas para conquistar as proporções do trabalho pedagógico. Para Porto (2017, p. 161), planejar “é prever, propor o que se deseja, não apenas a partir do que se deseja enquanto peculiaridade do sujeito professor, mas enquanto formação esperada, demanda da realidade condições concretas etc”. Nesse sentido, é muito importante que ao se realizar o planejamento curricular, possa se refletir sobre o que fazer, com o fazer e quando fazer, alinhando as ações selecionadas às estratégias metodológicas eficientes e preparadas para enfrentar as incertezas e alcançar os resultados almejados.

Na escola, o currículo representa toda a ação pedagógica do professor. Ele não é algo neutro e estático e sim, um elemento explicado por um olhar multicultural que deve se preocupar com a concepção de homem e sociedade que a escola pretende formar. Nesse

sentido, precisa ser uma ferramenta elaborada com a devida reflexão, articulando as dimensões sociais, culturais e políticas do contexto escolar, absorvidas nas diversas formas de ensinar e aprender. Segundo Mattos (2013, p. 15), o planejamento da proposta de ensino deve pautar-se em um:

[...] conjunto de experiências e atividades planejadas bem como o de resultados de aprendizagem previamente definidos, formulando umas e outras mediante a reconstrução sistemática da experiência e conhecimentos humanos, sob os auspícios da escola e em ordem ao desenvolvimento permanente do educando nas suas competências pessoais e sociais.

É muito importante nesse planejamento curricular, refletir sobre o que fazer, como fazer e quando fazer, alinhando as ações selecionadas às estratégias metodológicas eficientes e preparadas para enfrentar as incertezas e alcançar os resultados almejados, pois segundo Freire (1996, p. 13), “ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”, possibilidades estas, que podem estar traçadas em um planejamento estruturado que favoreça o processo de ensino-aprendizagem.

Para se planejar uma proposta de ensino, é fundamental seguir um padrão/modelo, que poderá ser disponibilizado pelas redes federais, estaduais e municipais de ensino, cabendo então, fazer as devidas adaptações para conquistar os objetivos pretendidos em cada área do conhecimento. Porto (2017, p. 22), esclarece que “a seleção de conteúdos para um currículo voltado à população não é uma tarefa fácil, pois é difícil chegar a um consenso quanto ao que é fundamental para os discentes de determinado grupo social [...]”. No entanto, é importante selecionar, planejar e organizar atividades e conteúdos que possam contribuir para a formação integral do aluno com vistas a sua satisfação pessoal, profissional e seu convívio na sociedade.

No que se refere ao planejamento curricular de Língua Portuguesa, os PCNs consideram que se deve “valorizar a leitura como fonte de informação, via de acesso aos mundos criados pela literatura e possibilidade de fruição estética, sendo capaz de recorrer aos materiais escritos em função dos diferentes objetivos”. (Brasil, 1997, p. 41). Nessa perspectiva, os conteúdos devem ser abordados em função das necessidades dos alunos, permitindo a ampliação das capacidades de ler e escrever.

Nessa perspectiva, obtém-se a leitura como alicerce de interação e favorecimento para a produção escrita. Diante disso, Winter (2017, p. 209) vai mais além, e ressalta que:

Ao desenvolverem os conteúdos, os professores devem dar a eles um tratamento didático, para que o aluno consiga acompanhar e ampliar seus

conhecimentos tanto em extensão quanto em profundidade. Lembrem os que muitas vezes, os conteúdos devem ser revistos, porém com outras abordagens e em diferentes momentos de escolaridade, em virtude do avanço progressivo do conhecimento.

Nesse sentido, ressalta-se a importância do planejamento da proposta curricular de ensino no âmbito educacional, pois só assim, é possível refletir sobre o que realmente importa enquanto informação e enquanto conhecimento, sempre privilegiando temas que estejam atrelados aos contextos sociais da escola e que garantam possibilidades de aprendizagem.

Nessa perspectiva, reforça-se que a proposta de ensino deva ser clara e objetiva, capaz de perpassar a intenção maior, que é preparar o aluno para lidar com as diversas situações de comunicação e linguagem ocorridas no seu dia a dia, onde a produção do texto seja uma fonte de construção do conhecimento que leve o aluno a exercer sua cidadania, e se torne um ser humano mais consciente de seus direitos e deveres dentro da sociedade onde vive.

Ainda nesse viés, é imprescindível que o planejamento curricular seja flexível e dinâmico, capaz de criar propostas inovadoras que possam atender as demandas sociais, e amenizar as mazelas educacionais que invadem as escolas brasileiras, a partir de atualizações e ressignificações que possam fortalecer os currículos escolares, tornando-os reflexos da sociedade.

1.3. A produção textual no ensino de Língua Portuguesa

O surgimento da escrita foi um marco fundamental para o desenvolvimento da humanidade, principalmente quando ela se apropria da realidade para construir ou produzir saberes. A partir do surgimento da escrita foi possível garantir o registro de ações e pensamentos para difundir as ideias e informações. Nesse viés, a escrita tornou-se um instrumento de valor e o ponto fundamental para o estabelecimento da comunicação entre os indivíduos.

Escrever não é uma tarefa fácil, mesmo assim, sabe-se que tal habilidade é um recurso indispensável na sociedade contemporânea, pois não basta escrever por escrever, é preciso escrever com compreensão, garantindo o domínio da língua e da comunicabilidade entre as pessoas. Nessa perspectiva, é fundamental que o ensino sistematizado, oferecido no

âmbito escolar, dê mais importância a linguagem escrita, inserindo no currículo de Língua Portuguesa um trabalho voltado para a produção textual, pois segundo Koche (2014, p. 11):

Na vida diária, a interação social ocorre por meio de gêneros textuais específicos que o usuário utiliza, disponíveis num acervo de textos constituídos ao longo da história pela prática social, e não simplesmente por meio de tipologias textuais como a narração, a descrição ou a dissertação. A escolha do gênero textual depende da intenção do sujeito e da situação sociocomunicativa em que está inserido: quem ele é, para quem escreve, com que finalidade e em que contexto histórico ocorre a comunicação.

Nesse diapasão, salienta-se que os PCNs de Língua Portuguesa, também estabelecem o texto como a unidade de ensino, pois ele interfere propositalmente na atividade comunicativa diária das pessoas, independente do gênero textual escolhido para essa interação. Sendo assim, os PCNs esclarecem que o objetivo da Língua Portuguesa é “compreender os textos orais e escritos com os quais [os alunos] se deparam em diferentes situações de participação social, interpretando-os corretamente e inferindo as intenções de quem os produz” (Brasil, 1997, p. 33). De fato, é preciso compreender as diferentes linguagens, pois é na vivência do dia a dia que o indivíduo interage uns com os outros utilizando-se dos mais variados tipos de gêneros textuais que permeiam o meio social em que se encontram.

É fundamental esclarecer também, que a produção de texto “passou a ser entendida como parte integrante do processo de aprendizagem de uma língua, e não objeto de uma disciplina autônoma, denominada Redação”. (Lima, 2014, p. 104). Nesse diapasão, é imprescindível saber que a escrita tem função social, sendo assim, é necessário que aos alunos, seja oportunizado uma variedade de textos que possam contribuir para o desenvolvimento da sua capacidade discursiva.

O texto sempre foi visto como elemento fundamental que contribui para a comunicação entre os homens. Sendo assim, os PCNs elucidam que “[...] O produto da atividade discursiva oral ou escrita que forma um todo significado, qualquer que seja sua extensão, é o texto, uma sequência verbal constituída por um conjunto de relações que se estabelecem a partir da coesão e coerência” (Brasil, 1998, p. 21). Nesse sentido, é importantíssimo que a produção textual faça parte da proposta curricular de Língua Portuguesa, permitindo ao aluno o usufruto de momentos de interação e comunicação, para que ele reproduza a informação e o diálogo, intervindo em um ensino que possibilite formar um aluno capaz de se comunicar e interagir através da sua própria produção escrita.

1.3.1. A produção textual na proposta curricular de Língua Portuguesa

A proposta curricular de Língua Portuguesa é um documento que deve ser elaborado com vistas a responder os propósitos comunicativos citados pelos PCNs através da produção textual. Nesse sentido, a proposta deve orientar a prática pedagógica do professor estabelecendo uma aprendizagem significativa, trabalhada a partir da elaboração de textos que proporcionem as devidas condições para que o aluno construa o seu próprio conhecimento e interaja com ele em todos os âmbitos sociais da comunidade onde vive.

Segundo as orientações da Base Nacional Comum Curricular, a proposta curricular de Língua Portuguesa deve assumir:

[...] a centralidade do **texto** como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses. (Brasil, 2017, p. 65).

Observa-se então que o texto, seja ele oral ou escrito, é um componente fundamental para se fazer presente no currículo de Língua Portuguesa, pois ele enfatiza a expressão das ideias e do pensamento, possibilitando aos alunos uma interação que permiti levá-los para além dos muros escolares.

Levando em consideração o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, e as constantes situações diárias que requerem o uso da escrita, é fato saber que o indivíduo já realiza a produção textual ao longo do seu dia, sem se dar conta de tal competência. No entanto, essa produção precisa ser explorada e trabalhada de forma sistêmica no interior da sala de aula, proporcionando ao aluno a construção de textos concisos e estruturados que enriqueçam o seu diálogo com as pessoas. Nesse sentido, os PCNs ressaltam que:

[...] Os textos a serem selecionados são aqueles que, por suas características e usos, podem favorecer a reflexão crítica, o exercício de formas de pensamento mais elaboradas e abstratas, bem como a fruição estética dos usos artísticos da linguagem, ou seja, os mais vitais para a plena participação numa sociedade letrada. (Brasil, 1998, p. 24).

Diante disso, é de fundamental importância o desenvolvimento de um trabalho dinâmico e interativo realizado a partir da produção textual, onde a escola possa contribuir para a reflexão dos alunos, permitindo que eles rompam as barreiras da escrita e ampliem

seus discursos (orais ou escritos), para interagir de maneira eficiente na sociedade que o cerca, pois a escola “é um espaço de interação social onde as práticas sociais de linguagem acontecem e se circunstanciam, assumindo características bastante específicas em função da sua finalidade: o ensino” (Brasil, 1998, p. 22). Nesse caso, a escola precisa organizar as atividades curriculares que possam fazer parte do ensino de Língua Portuguesa, no sentido de fomentar a prática da produção textual pelo aluno, com vistas a promover o seu aprendizado, a sua participação social e o aprimoramento da produção e interpretação do seu trabalho.

1.3.2. A produção textual no currículo da escola

A ampliação do universo textual do aluno é uma contribuição para o letramento. A escola por vezes, incrementa em seu currículo escolar atividades desnecessárias e pouco significativas para a produção do conhecimento. Visando o desenvolvimento do saber e a formação social do aluno, o currículo da escola precisa abarcar os aspectos da cultura local, pautados na interação da linguagem por meio da produção escrita ou oral, pois é a partir da linguagem que o indivíduo se insere em seu contexto sócio-cultural e se torna um ser participativo no seu meio interacionista.

O currículo escolar, espaço onde se inter cruzam saberes, influência direta e indiretamente nas ações e direcionamentos da atividade do professor e, conseqüentemente, na formação do seu aluno. Sendo assim, ao inserir a produção textual em seu âmbito, a escola se responsabiliza em ampliar as possibilidades comunicativas do aluno, inserindo-o no mundo da escrita com vistas a formar escritores competentes.

A produção do discurso não acontece no vazio. Ao contrário, todo discurso se relaciona, de alguma forma, com os que já foram produzidos. Nesse sentido, os textos, como resultantes da atividade discursiva, estão em constante e contínua relação uns com os outros, ainda que, em sua linearidade, isso não se explicita. A esta relação entre o texto produzido e os outros textos é que se tem chamado intertextualidade. (Brasil, 1998, p. 21).

Diante disso, é interessante a construção de um currículo que atenda as reais necessidades da linguagem, adaptando conteúdos que compreendam as questões de leitura e escrita fundamentais para o processo de ensino-aprendizagem. Para isso, é formidável que a escola analise, discuta e reorganize a seleção de conteúdos escolares que serão

imprescindíveis no currículo de Língua Portuguesa, objetivando o crescimento do aluno por meio da leitura e produção textual.

Ao professor cabe planejar, implementar e dirigir as atividades didáticas, com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno, procurando garantir aprendizagem efetiva. Cabe também assumir o papel de informante e de interlocutor privilegiado, que tematiza aspectos prioritários em função das necessidades dos alunos e de suas possibilidades de aprendizagem. (Brasil, 1998, p. 22).

Ao elaborar seus conteúdos, a escola precisa ter conhecimento de sua clientela, analisando-a para posterior seleção dos que de fato demonstre o seu contexto, pois o currículo precisa atender as suas demandas, promovendo resultados positivos na sua elaboração e aplicação. Segundo os PCNs, a seleção dos conteúdos que envolvem a produção textual deve “considerar, pois, dois critérios fundamentais: as necessidades dos alunos e suas possibilidades de aprendizagem” (Brasil, 1998, p. 37). Sendo assim, na elaboração do currículo escolar é preciso considerar as necessidades e possibilidades dos alunos, tendo a produção textual como meta para o desenvolvimento de uma aprendizagem afetiva e que influencie na construção do conhecimento adquirido pelo aluno.

Diante disso, Mattos (2012, p. 15) ressalta a importância do currículo, com o sendo “o conjunto de experiências educativas oportunizadas pela escola, resultante de intensões explícitas da própria organização e de ingredientes da vida escolar”. Pois, é no currículo que serão organizadas e planejadas todas as metas e ações a serem desenvolvidas para a conquista de aspectos qualitativos que garantam a formação do aluno. Nesse caso, cabe à escola possibilitar ao aluno o acesso a diversidade de textos que circulam na sociedade, ensinando-os a produzi-los e a interpretá-los.

1.3.3. A prática da produção textual em sala de aula

Na atualidade, a prática da produção textual ainda é pouco vivenciada nas escolas brasileiras. Em muitos casos, encontra-se ainda enraizada na concepção tradicionalista que alimenta os aspectos quantitativos da avaliação escolar, tornando-se um martírio para a grande maioria dos alunos, que esvaziados de ideias e informações, pela ausência da leitura e escrita, não conseguem articular a organização do pensamento para o desenvolvimento dessa prática. Rossi (2015, p. 68) comenta que:

[...] as práticas sociais de leitura e escrita, assumem a natureza de problema relevante no contexto da constatação de que a população, embora alfabetizada, não dominava as habilidades de leitura e escrita necessárias a uma participação efetiva e competente nas práticas sociais e profissionais que envolvem a língua escrita.

Sem o domínio dessas habilidades, necessárias ao convívio e interação entre as pessoas, a sociedade enfrenta grandes problemas quanto a participação do povo nos aspectos necessários para o seu progresso. Um fato interessante é que, embora a produção textual esteja inserida no currículo de Língua Portuguesa, ela não é estimulada, e muitas vezes, nem trabalhada pelo professor em sala de aula. Esse descaso, facilita para que o aluno perca o interesse para produzir e criar momentos de interação e diálogo a partir da escrita, sentindo-se um ser incapaz de se expressar e perceber o mundo que o cerca.

Além disso, as aulas de Língua Portuguesa, no que concerne à produção textual, preocupam-se com mais rigor no cumprimento das regras da gramática normativa, que na maioria das vezes são ensinadas a partir de textos fragmentados e descontextualizados da realidade do educando, acarretando em dificuldades para alunos e professores. Estes, nesse caso, se veem obrigados a cumprir o currículo escolar e negligenciam o desenvolvimento de habilidades e competências que oportunizem os alunos a tornarem-se os reais usuários da língua. Segundo Fontana & Porsche (2011, p. 16):

O texto que propomos como objeto de estudo da escola preocupada com a formação do cidadão é o texto que é construção e interpretação de um dizer e de um fazer, é o texto que estabelece um ponto de encontro entre dois sujeitos historicamente presentes num aqui e num agora definidos. É o texto vivo, que circula, que passa de um interlocutor para outro, que tem finalidades, que não acontece apenas para servir de treinos.

A prática da produção textual em sala de aula possibilita ao aluno, a construção do seu próprio conhecimento, facilitando o diálogo, a organização do pensamento e a aproximação da atividade realizada. Nesse diapasão, Coelho e Palomanes (2016, p. 68), enfatizam que “[...] ensinar a escrever na aula de português é, portanto, apresentar os contextos de diálogo em língua escrita e propiciar aos alunos a participação nesses contextos. O mais amplo deles é o da língua escrita, que organiza nossa vida na sociedade em que vivemos”. Levando em consideração esses requisitos, torna-se fundamental que a escola e, conseqüentemente, os professores, reavaliem sua prática pedagógica, selecionando e

organizando o que é verdadeiramente importante para contribuir com a formação do aluno, pois a escrita tem função social que se expande para além da sala de aula.

Nesse sentido, Rossi (2015, p. 78) complementa que é “dever da escola, o acesso do aluno aos padrões formais da escrita, de forma a garantir a sua inserção na cultura de forma autônoma, crítica e participativa, e não apenas como mero receptor de informações”. Portanto, a escola precisa organizar-se para executar suas atividades e alcançar seus objetivos, no que tange aos assuntos relacionados a aprendizagem da leitura e da escrita.

As práticas de produção textual realizadas em sala de aula devem ser um trabalho dinâmico e contínuo, pautadas na motivação e estímulos desencadeados pelo professor, que possam ser capazes de contribuir para o desenvolvimento de alunos mais participante do processo da prática discursiva. Nogueira (2016, p. 45), assegura que “o grande objetivo da produção de texto na escola é formar escritores competentes aptos a produzir textos coerentes, coesos e eficazes”. No entanto, para produzir textos é fundamental que o professor faça as escolhas certas quanto as atividades de produção e o gênero textual mais apropriado para cada momento, mantendo-os conectados aos objetivos propostos no currículo da disciplina.

1.4. As contribuições da produção textual no âmbito escolar

A produção textual é uma atividade complexa que requer atenção, domínio e estratégias facilitadoras que possam colaborar para o desempenho do processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, é importante que a escola, juntamente com os profissionais da educação que completam o seu quadro, busquem maneiras práticas e confiáveis de expandir diversas e novas oportunidades de ensino, para que o aluno possa se expressar, tendo a prática da produção textual com o ferramental indispensável para essa conquista.

É fato que nos dias atuais, há uma grande resistência dos alunos quando se trata de produção textual. Muitos apresentam dificuldades e sentem-se incapazes frente a essa tarefa, pois há a falta de informação sobre determinado assunto, a incerteza no uso correto das palavras, a ausência de leitura e escrita que facilitem a coesão e coerência no texto, a falta de auxílio e imposição do professor, entre uma infinidade de obstáculos que dificultam esse processo.

Com efeito, a vida nas cidades pede mais utilização da escrita, para fins de informar, advertir, regular, organizar, enfim a atuação das pessoas. Nesse contexto, os contatos orais ficam cada vez mais restritos ao círculo familiar e

privado. Assistimos, sempre mais, a um mundo que interage pela escrita. São jornais, revistas, livros, folhetos, cartazes, placas, entre outros, a nos apelar para a informação e para a orientação social. A complexidade inerente à vida das pessoas nas grandes cidades impõe a conveniência, a economia e a eficácia da comunicação escrita. (Coelho & Palomares, 2016, p. 11).

No entanto, é preciso mudar essa realidade esclarecendo aos alunos que o processo de urbanização, globalização e avanço tecnológico está cada vez mais crescente e requer o maior uso da linguagem escrita e oral como meios de comunicação. Sendo assim, para acompanhar esse crescimento, a sociedade atual exige indivíduos mais competentes e agraciados de aptidões comunicativas que atendam às suas demandas.

Segundo os PCNs de Língua Portuguesa (1997), a finalidade da produção textual é formar leitores e escritores competentes. Nessa perspectiva é imprescindível que o ensino seja focado com bases na produção textual, estimulando dessa forma a leitura, a escrita, o acesso à informação, o contato com diferentes gêneros textuais, a apropriação da realidade e o desenvolvimento de competências discursivas.

Nesse viés, cabe portanto à escola, a incumbência de “viabilizar o acesso do aluno ao universo dos textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los” (Brasil, 1997, p. 30). Sendo assim, a produção textual deve, portanto, ser incentivada no âmbito escolar, uma vez que ela contribui para a formação de alunos mais críticos e conscientes quanto ao seu papel na sociedade, possibilitando o exercício da cidadania, a compreensão da realidade, a possibilidades de se expressar e conquistar o seu espaço.

Além disso, as contribuições resultantes da prática da produção textual realizada pelo aluno no âmbito escolar, promovem a construção do conhecimento e, conseqüentemente, resultados satisfatórios quanto à qualidade do processo de ensino-aprendizagem, apontando o professor como mediador na busca de melhorias para orientar e estimular o aluno na sua produção, objetivando a possibilidade de aprender a se expressar através da linguagem escrita e garantindo, definitivamente a sua inserção no mundo letrado da sociedade que o cerca, pois segundo Rangel & Machado (2012, p. 02), “a escrita e a leitura bem feitas no sentido de levar à compreensão do escritor e do leitor configuram-se como grandes conquistas a serem realizadas também no espaço escolar, visto que esse é um espaço de conhecimento formal e sistematizado”. Nesse contexto, é de extrema importância que os professores, de todas as áreas do conhecimento, oportunizem momentos para que o aluno possa criar e produzir seus textos, além de interagir com mais frequência com a leitura e escrita ofertada pela diversidade de textos utilizados.

1.4.1. Os PCNs de Língua Portuguesa

O ensino de Língua Portuguesa começou a sofrer uma série de mudanças a partir da criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1998, com a finalidade de formar alunos com o pleno domínio de saberes voltados para a linguagem e comunicação necessários para o pleno exercício da cidadania e sua ampla participação na sociedade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa – PCNs – são pilares estabelecidos pelo MEC para auxiliar e orientar as escolas na elaboração do currículo, objetivando a qualidade e a padronização do ensino no país.

É importante salientar que esses parâmetros não são regras, e também não possuem caráter de obrigatoriedade, eles apenas apresentam propostas inovadoras que podem ser readequadas conforme a realidade e a necessidade da clientela escolar. Segundo Colello (2011, p. 17-18), os PCNs:

[...] não surgem para estabelecer ou prescrever “regras” ou “receitas” de como o conteúdo programático deve ser realizado, nem mesmo para limitar a autonomia de instituições de ensino e professores, mas revelam-se um instrumento inegavelmente útil para orientar o processo de ensino-aprendizagem em todas as disciplinas com base em um objetivo [...] o desenvolvimento de sujeitos conscientes de seu papel social e dotados de autonomia para construir seu conhecimento.

Esse documento tem a finalidade de auxiliar os professores no processo de elaboração de propostas didáticas que serão desenvolvidas na escola. Sendo assim, ele apresenta uma proposta de reorientação curricular, indicam os objetivos e conteúdos propostos para o ensino fundamental, apresentam orientações didáticas e propõem critérios de avaliação que possam ajudar no processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa.

O ensino de Língua Portuguesa tem sido, desde os anos 70, o centro da discussão acerca da necessidade de melhorar a qualidade de ensino no país. O eixo dessa discussão no ensino fundamental centra-se, principalmente, no domínio da leitura e da escrita pelos alunos, responsável pelo fracasso escolar que se expressa com clareza nos dois níveis em que se concentra a maior parte da repetência: na primeira série (ou nas duas primeiras) e na quinta série. No primeiro, pela dificuldade de alfabetizar; no segundo, por não se conseguir levar os alunos ao uso apropriado de padrões da linguagem escrita, condição primordial para que continuem a progredir. (Brasil, 1998, p. 17).

Nesse contexto, os PCNs de Língua Portuguesa se apoiam em perspectivas que apostam na formação integral do aluno, tendo como foco central a conquista de habilidades e competências que envolvam questões relacionadas ao processo de leitura e escrita, ações essas, propícias para que o homem se constitua em um ser pleno, atuante e transformador da sua realidade.

Há ainda que se reforçar, a possibilidade de alunos e professores vivenciarem em sala de aula, situações de ensino-aprendizagem que promovam os conhecimentos necessários para a formação cidadã, para isso, é importante atribuir à escola “a função e a responsabilidade de contribuir para garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania” (Brasil, 1998, p. 19). Em síntese, o ensino da Língua Portuguesa deve contemplar o domínio da língua oral e escrita com o objetivo de capacitar os alunos a usarem e explorarem essas habilidades, para interagirem com eficiência e autonomia em todas as demandas sociais vivenciadas.

Ainda de acordo com os PCNs, o objetivo da Língua Portuguesa é:

[...] promover o desenvolvimento do aluno para o domínio ativo do discurso nas diversas situações comunicativas, sobretudo nas instâncias públicas de uso da linguagem, de modo a possibilitar sua inserção efetiva no mundo da escrita, ampliando suas possibilidades de participação social do exercício da cidadania. (Brasil, 1998, p. 32)

Nesse sentido, os PCNs surgem tão somente para fornecer orientações às escolas e aos professores, no sentido de ressignificarem seus currículos de acordo com a realidade de sua clientela, com o objetivo de fornecer aos alunos um ensino de qualidade capaz de torná-lo cidadão participativo, reflexivo e atuante a partir da aquisição de conhecimentos ofertados pelo ensino da Língua Portuguesa. Além disso, eles auxiliam na atividade diária de reflexão e discussão dos aspectos do cotidiano com vistas a superar todos os desafios surgidos.

1.4.2. Os PCNs e as práticas de produção textual na escola

Para os PCNs, o texto é o recurso essencial estabelecido como unidade de ensino capaz de promover a interação, o diálogo e o desenvolvimento das capacidades cognitivas do aluno. No entanto, é primordial que a escola conceba a prática da produção textual visando superar o tradicionalismo que provoca a deficiência em seu desempenho linguístico.

Para a escola, como espaço institucional de acesso ao conhecimento, a necessidade de atender a essa demanda, implica uma revisão substantiva das

práticas de ensino que tratam a língua como o algo sem vida e os textos como conjunto de regras a serem aprendidas, bem como a constituição de práticas que possibilitem ao aluno aprender linguagem a partir da diversidade de textos que circulam socialmente. (Brasil, 1997, p. 25).

Para se obter resultados satisfatórios no ensino de Língua Portuguesa é importante trabalhar a prática da produção textual focada em diferentes gêneros textuais, que possam possibilitar ao aluno um imenso repertório de informações necessárias para o aprofundamento da atividade comunicativa oral e escrita, pois “é a partir do texto, oral ou escrito, que o aluno entra em contato com o mundo e com a língua, tendo em vista que ninguém aprende intermédio de frases isoladas” (Amapá, 2009, p. 37). A escrita não é uma tarefa fácil, ela precisa da leitura para processar e produzir a informação, além do contato com variados livros e diferentes gêneros textuais para se fortalecer e se produzir com confiança e qualidade.

A prática da produção textual no âmbito escolar, amplia e mobiliza a construção do saber e auxilia em seu processo interativo com o outro. Ainda de acordo com os PCNs (Brasil, 1998, p. 20), “[...] homens e mulheres interagem pela linguagem tanto numa conversa informal, entre amigos, ou na redação de uma carta pessoal, quanto na produção de uma crônica, uma novela, um relatório profissional”. A prática da produção textual deve ser entendida como parte integrada do processo de aprendizagem, a qual contribui para o letramento do aluno, fomentando a sua participação na sociedade letrada da contemporaneidade. Sendo assim:

Para aprender a escrever, é necessário ter acesso à diversidade de textos escritos, testem unhar a utilização que se faz da escrita em diferentes circunstâncias, defrontar-se com as reais questões que a escrita coloca a quem se propõe produzi-la, arriscar-se a fazer com o consegue e receber ajuda de quem já sabe escrever. (Brasil, 1997, p. 66-67).

A diversidade de textos escritos e os demais recursos que facilitam o desenvolvimento da produção textual são essenciais para a valorização do texto, contribuindo não só para que o aluno possa aprender a produzir, mas também, a aprender a interpretá-lo. Nesse caso, “não é possível tomar como unidade básica de ensino nem a letra, nem a sílaba, nem a palavra, nem a frase que, descontextualizadas, pouco têm a ver com a competência discursiva, que é a questão central” (Brasil, 1997, p. 35). Para isso, é necessário superar a gama de dificuldades que se colocam a frente desse processo, cabendo a escola, expandir novas possibilidades de produção textual que facilitem a aprendizagem do aluno e

a sua competência discursiva frente a atualidade, pois a prática da produção textual na escola, quando trabalhada segundo as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais, proporcionam resultados positivos para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, da educação como um todo.

A seleção de textos para leitura ou escuta oferece modelos para o aluno construir representações cada vez mais sofisticadas sobre o funcionamento da linguagem (modos de garantir a continuidade temática nos diferentes gêneros, operadores específicos para estabelecer a progressão lógica), articulando-se à prática de produção de textos e à de análise linguística. (Brasil, 1998, p. 36).

Para a maioria das crianças, jovens e adultos, que almejam uma educação de qualidade, a escola é o único espaço que pode proporcionar acesso a uma rica diversidade de gêneros textuais escritos. Cada qual direcionado para uma finalidade, ou seja, para ser vivenciada e experimentada conforme as suas necessidades, em todas as interações da vida em sociedade.

Para a escola, como espaço institucional de acesso ao conhecimento, a necessidade de atender a essa demanda, implica uma revisão substantiva das práticas de ensino que tratam a língua como algo sem vida e os textos como conjunto de regras a serem aprendidas, bem como a constituição de práticas que possibilitem ao aluno aprender linguagem a partir da diversidade de textos que circulam socialmente. (Brasil, 1997, p. 25).

Sendo assim, é primordial que a escola faça uso de uma variedade de textos para que o aluno se familiarize com os modelos de produção textual e com a leitura destes, tendo como finalidade organizar o pensamento para enriquecer a escrita, aprimorando assim, a sua própria produção, pois ainda segundo os PCNs (Brasil, 1997, p. 25), “o texto é o produto da atividade oral ou escrita que forma um todo significativo e acabado, qualquer que seja a sua extensão”, ou seja, o texto é a atividade capaz de possibilitar os resultados esperados para a qualidade do ensino e da aprendizagem preparem o aluno para produzir, interagir e se comunicar com a sociedade e com o mundo.

1.4.3. Produção textual e a interdisciplinaridade

Produzir textos com autonomia é uma competência vislumbrada por todos os professores de Língua Portuguesa para seus alunos, principalmente quando a conquista dessa

tarefa é compartilhada pelas diversas áreas do conhecimento. Segundo os PCNs (Brasil, 1997, p. 31), “todas as disciplinas têm a responsabilidade de ensinar a utilizar os textos de que fazem uso [...]”, portanto, pode-se dizer que a língua não é mérito da Língua Portuguesa por estar presente em todas as outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, seria um ganho a mais para o aluno, se de fato houvesse essa preocupação para a conquista desses avanços e objetivos referentes a linguagem comunicativa.

Quando há no âmbito escolar, o conhecimento compartilhado e o engajamento entre todas as disciplinas, há mais compreensão e entendimento pelo aluno daquilo que se propõe discutir e analisar. Segundo Winter (2017, p. 220), a interdisciplinaridade é entendida como:

[...] uma relação entre as disciplinas, questiona a fragmentação dos campos do conhecimento e a visão compartimentada que se revela na existência de disciplinas isoladas. Essa proposta deve basear-se no trabalho com problemas integradores, articulando disciplinas e a compreensão da natureza, da sociedade, da cultura e da vida em uma perspectiva de diálogo entre esses conhecimentos, banindo a antiga concepção de acúmulo de informação, de disciplinas isoladas e estanques.

Segundo esse conceito, a interdisciplinaridade pode ser entendida como a integração do saber para que haja o aprendizado e evite o seu isolamento, a fragmentação e a dificuldade de compreensão pelo aluno. Sendo assim, surge com o propósito de proporcionar a interdependência e a reciprocidade entre as áreas do conhecimento. Para os PCNs de Língua Portuguesa:

A produção de discursos não acontece no vazio. Ao contrário, todo discurso se relaciona, de alguma forma, com os que já foram produzidos. Nesse sentido, os textos, como resultantes da atividade discursiva, estão em constante e contínua relação uns com os outros, ainda que, em sua linearidade, isso não se explicita. (Brasil, 1998, p. 21).

Nesse caso, há que se dizer que os textos se relacionam independentemente da disciplina a qual ele faz parte. Mesmo não sendo explícito, seria importante a realização de um trabalho harmônico e consensual, onde as particularidades de cada área contribuam positivamente e de forma articulada com a Língua Portuguesa, objetivando a qualidade da produção textual.

Na prática da interdisciplinaridade, o fazer pedagógico deve interagir com os diferentes gêneros textuais, os quais são essenciais na contribuição da leitura e escrita e, conseqüentemente, nas interações comunicativas vivenciadas e praticadas pelos alunos em

sua vida cotidiana, pois de uma forma ou de outra, eles sempre estarão utilizando o texto com o aspecto central de interação e diálogo.

A perfeita linguagem não é um interesse somente da disciplina de Língua Portuguesa. Todas as outras áreas do conhecimento fazem o uso da linguagem e interagem com ela para a produção do conhecimento e construção de suas atividades peculiares. Fora dos muros escolares, os alunos não serão avaliados de forma fragmentada. Seus discursos, seja qual for a área do conhecimento, precisam estar claros e coerentes para serem entendidos e compreendidos pela sociedade.

[...] as inúmeras situações sociais do exercício da cidadania que se colocam fora dos muros da escola - a busca de serviços, as tarefas profissionais, os encontros institucionalizados, a defesa de seus direitos e opiniões - os alunos serão avaliados (em todos os termos, aceitos ou discriminados) à medida que forem capazes de responder a diferentes exigências de fala e de adequação às características próprias de diferentes gêneros do oral. (Brasil, 1998, p. 25).

Na prática interdisciplinar, cada professor pode contribuir para a aquisição do conhecimento linguístico. De acordo com a especificidade da sua área, se cada um trabalhar a prática da produção textual, a compreensão do conhecimento transmitido se tornará mais simples e elucidativa, porque mesmo nas suas particularidades, todas estarão trabalhando a partir de um mesmo propósito de forma articulada, para que haja a assimilação do conhecimento para posterior produção. Sendo assim, Winter (2017, p. 219) ressalta que a interdisciplinaridade:

Caracteriza-se pelas trocas efetuadas entre as matérias e os professores e pela interação entre as disciplinas em um mesmo projeto que busca a unificação do conhecimento e a luta contra as divisões disciplinares, favorecendo as interações. Essa interação vai do simples partilhar de ideias até a interação de conceitos e conhecimentos.

Nesse sentido, verifica-se que a produção textual é uma atividade comum a todas as áreas do conhecimento, sendo assim, é importante que todas entrem em um consenso para manter uma relação de reciprocidade objetivando conseguir um meio melhor para o desempenho das atividades propostas. Sendo assim, é importante que as disciplinas se mobilizem e articulem a melhor maneira para o desenvolvimento em conjunto dessa competência que é fator preponderante na comunicação e interação entre os homens: a produção textual.

CAPÍTULO 2: LEITURA, ESCRITA E FORMAÇÃO DE ESCRITORES

A leitura e a escrita são processos que se utilizam da palavra para estabelecer relações com mundo e com o outro. Ler não é simplesmente se apropriar do código linguístico, é mobilizar uma gama de conceitos prévios para apreender o que está escrito, permitindo que o indivíduo se relacione com o texto. Segundo Senna (2015, p. 20), “a participação do ser humano no mundo ocorre por meio da linguagem”, fator indispensável para a interação e comunicação do homem que se expressa por meio da fala e da escrita. A leitura e a escrita são habilidades essenciais para a formação de escritores. Elas possibilitam a aprendizagem e auxiliam no processo comunicativo do homem. Nogueira (2016, p. 44), reforça que:

O escopo do trabalho com a leitura é a formação de leitores e escritores competentes, pois a possibilidade de conceber textos eficazes está intimamente associada a prática da leitura, que nos fornece matéria-prima para a escrita (o que escrever) e contribui para a composição de modelos (como escrever).

A leitura pressupõe o significado do texto, formando leitores e oportunizando momentos para a formação de escritores. Sendo assim, “o domínio da linguagem escrita se adquiri muito mais pela leitura do que pela própria escrita” (Nogueira, 2016, p. 45), isso porque quando o indivíduo é envolvido pela leitura ele se apropria de uma imensa bagagem de informação que lhe servirá de base para a escrita, ou seja, para que haja a escrita é necessário que se leia textos variados que assegurem essa escrita. Segundo os PCNs, o ensino de Língua Portuguesa deve valorizar a leitura como fonte de informação.

Ao trabalhar com atividades que englobem a leitura – a compreensão, a interpretação – e a produção escrita, mais possibilidades o estudante terá para desenvolver suas habilidades de linguagem e, assim, usar um número cada vez maior de recursos da língua materna para produzir sentidos e promover sua interação com o mundo. (Souza & Feba, 2011, p. 162).

Diante o exposto, é conveniente enfatizar que a linguagem promove a interação e o diálogo entre os homens. Nesse sentido, é importante conhecer o seu processo histórico, a sua importância para a sociedade e as suas práticas ocorridas no cotidiano de cada indivíduo, como recursos apropriados para a expressão do pensamento e o compartilhamento das informações, aspectos relevantes para a formação de leitores e escritores proficientes, pois segundo Paviani (2012, p. 34), “o uso da linguagem é, certamente, um dos domínios

fundamentais para a construção de conhecimento em todas as áreas do conhecimento e da cidadania”. Nesse contexto, é importante perceber que a fala é individual, já a escrita é social, porém, ambas devem estar ajustadas ao modelo linguístico atual para serem compreendidas por todos ao momento da sua leitura.

Na escola, a leitura, escrita e as práticas de produção textual são atividades raramente desenvolvidas pelo professor de Língua Portuguesa em razão do baixo nível de produtividade pelos alunos. Isso acarreta problemas referentes a construção do conhecimento e as dificuldades sentidas pelo professor em mediar tais atividades, principalmente quando essa baixa produtividade ocorre nos anos finais do ensino fundamental.

É difícil para o professor, nessa altura de ano escolar, ter que voltar no tempo para fazer um trabalho que deveria ser realizado nos primeiros anos da vida escolar do aluno, pois ensinar a ler e escrever não são habilidades que se aprendem com rápida facilidade, isso requer tempo e paciência, até porque nem todos os alunos tem o mesmo nível de aprendizagem, sendo assim, a capacidade de interpretar e produzir textos é primordial para o avanço desse aprendizado. Para Piccoli (2012, p.21), o comportamento humano é movido pela informação, interação e comunicação e isso “[...] envolve o estudo das funções e práticas da língua escrita e seu impacto na vida social, tanto para crianças quanto para jovens e adultos”. Sendo assim, é fundamental considerar a língua com o processo de interação social na busca dos sentidos e na construção de significados, não sendo suficiente apenas, decifrar o código linguístico, e sim ter habilidades que possibilitem o saber ler e escrever com valores significativos, pois o processo de leitura e escrita são habilidades centrais diárias de todo indivíduo.

2.1. Linguagem e Comunicação

Durante muitos anos, o homem não dispunha do processo de linguagem verbal e se comunicava e interagia com seus pares através de gestos e sons, que mais pareciam uma espécie de grunhidos. Ao passar do tempo, houve a necessidade de evoluir o processo de comunicação, passando o homem a interagir e se comunicar por meio de desenhos, pinturas, gestos, imagens, fala e escrita, entre outras maneiras de interpretar a realidade e seu contexto histórico e social. Nesse sentido, os PCNs (Brasil, 1998, p. 19), complementam que “[...] pela linguagem os homens e as mulheres se comunicam, têm acesso a informação, expressam e defendem pontos de vistas, partilham ou constroem visões de mundo, produzem cultura”.

A partir dessa visão, é importante ressaltar que a linguagem se configura como o fator preponderante para a formação do cidadão.

Desde a perspectiva do ensino, portanto, o trabalho com a linguagem não pode ser visto como o tarefa de uma só área ou disciplina, pois se é a língua que oportuniza o acesso à informação, a formação de conceitos, a construção do conhecimento e o desenvolvimento de competências e habilidades, todos os tipos de conhecimento (do senso comum ao conhecimento científico) e todas as áreas se valem da linguagem para a aquisição e a produção do conhecimento. (Paviani, 2012, p. 40).

A linguagem, promove a transmissão de informações precisas que facilitam os momentos de comunicação e interação entre o sujeito que fala e o sujeito que ouve, pois ela é a criação dos sentidos, é a articulação e organização das ideias, é enfim, um instrumento indispensável à comunicação humana e, conseqüentemente, um fator preponderante para a formação do cidadão.

Em síntese, interagir pela linguagem significa “[...] realizar uma atividade discursiva: dizer alguma coisa a alguém, de uma determinada forma, num determinado contexto histórico e em determinadas circunstâncias de interlocução” (Brasil, 1998, p. 20). Nesse contexto, observa-se que o homem sempre teve a necessidade de se comunicar e registrar a sua existência desde os tempos mais antigos, seja por via gestual, oral ou escrita. A comunicação proporcionava-lhe uma nova forma de sobreviver e suprir suas necessidades. Nesse sentido, Rossi (2015, p. 125) ressalta que:

[...] o papel primordial da linguagem, de acordo com Vygotsky, é o de constituir a consciência e organizar o pensamento. É por meio dela que os indivíduos interatuam, ao mesmo tempo que internalizam os papéis sociais e o conhecimento que tendem a possibilitar a sua formação, uma vez que a linguagem, dependendo da situação contextual específica de produção, bem como da relação entre os interlocutores, pode ser expressa em múltiplas significações e sentidos.

A linguagem e a comunicação são a porta de entrada que promovem o acesso aos saberes linguísticos necessários ao desenvolvimento integral do ser humano, ampliando a sua visão de mundo, sua capacidade de se expressar com clareza e determinação, levando-o a um patamar de plenitude e enriquecimento de suas capacidades humanas nas diversas situações de uso da língua.

São formas de interação que possibilitam a troca de informação humana, a busca de sentidos, a articulação entre as ideias e pensamentos que possam projetar o homem para as novas e futuras perspectivas de vida, permitindo que o conhecimento tenha um verdadeiro significado para o aluno. Diante disso, Saldanha (2016, p. 2) compreende que:

Entender a linguagem ou a própria fala como experiência de interação humana e social implica assumir que as palavras pronunciadas por qualquer um de nós estão estreitamente ligadas ao contexto, as nossas intensões, aos papéis e as funções que desempenhamos na sociedade ou nas relações interpessoais, além de outros aspectos. Isso quer dizer que a fala ocorre no contexto de práticas sociais, sendo mais do que uma forma de expressar ideias e comunicar uma mensagem.

A linguagem é a porta de entrada para o universo da cultura oral e escrita, sendo um processo contínuo de ação, interação e domínio de competências, onde o ler e escrever se tornam dimensões essenciais no sistema de comunicação de uma sociedade.

Nessa perspectiva, os PCNs (Brasil, 1998, p. 20), esclarecem que a língua é considerada “um sistema de signos específicos, históricos e social, que possibilita homens e mulheres significar o mundo e a sociedade. Aprender a língua é aprender [...] pragmaticamente seus significados culturais”, entendendo e interpretando a sua realidade.

2.1.1. Breve histórico da leitura e escrita na educação brasileira

O surgimento da escrita foi um marco referencial para o desenvolvimento da humanidade, principalmente quando ela se apropria da realidade para construir e produzir saberes. Sendo assim, a escrita tornou-se um instrumento de valor e o ponto fundamental para o estabelecimento da comunicação entre os indivíduos.

A evolução da escrita foi se ampliando e ganhando espaço e relevância nas relações sociais, na difusão das ideias e na propagação da informação, possibilitando a organização do pensamento e promovendo o desenvolvimento intelectual e crítico, com o objetivo de formar seres humanos capazes de transformar o mundo em que vivem.

No Brasil – período do descobrimento – o desenvolvimento da leitura e escrita acontecia de modo extremamente lento e, ainda assim, estavam restritas a uma pequena parte da população, formadas pelas classes elitizadas de ascendência portuguesa. Mesmo com a chegada das Capitânicas Hereditárias, em meados do século XVI, entre 1534 a 1549, ainda

não havia nenhuma preocupação com a educação escolarizada e nem indícios das necessidades do ler e escrever.

Com o passar do tempo e a chegada dos jesuítas no Brasil, em 1549, houve a preocupação com a educação no sentido de tornar a população inocente e submissa aos serviços e anseios da cultura europeia. Sendo assim, iniciou-se dois tipos de educação: uma baseada nas escolas de ler e escrever, para os índios, com o objetivo de catequizá-los e instruí-los para a religião e servidão e, outra, de caráter elitista, direcionada aos descendentes da nobreza, filhos de colonos, senhores de engenho e de famílias privilegiadas, com o objetivo de letrá-los e prepará-los intelectualmente para que ocupassem uma elevada posição na sociedade.

Percebe-se então, que a leitura e escrita era permitida a poucos para enriquecer sua hegemonia através do discurso dominante. No entanto, essa educação contribuía para a evolução dos processos de leitura e escrita na educação brasileira.

Após a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, houve uma reestruturação na educação brasileira, oficializando assim, o ensino público que tinha como interesse formar indivíduos para o Estado. Após algum tempo, com a chegada da Família Real ao Brasil, o processo educacional acabou tomando novamente outros rumos que impossibilitavam a construção do saber pelas camadas mais pobres da população. Nesse período, escolas foram construídas e houve o reestabelecimento do processo educacional, porém a intenção era focar apenas no ensino secundário, mais uma vez destinado para a elite.

Com o ingresso da indústria no Brasil, a educação passou a acontecer em níveis mais técnicos e os acervos para a leitura, pautados nesse tipo de educação, eram muito reduzidos, ou seja, pouca coisa era oferecida para esse ensino. Os homens desse período se valiam apenas de livros religiosos e obras de caráter histórico, gramática e dicionários. As aulas de ler e escrever continuaram sendo avulsas em nível de instrumentalização técnica.

A partir das diversas constituições promulgadas no Brasil, em especial a de 1988, a educação foi ganhando outra roupagem, e as habilidades de ler e escrever foram expandidas para toda a população, principalmente ao se entrelaçarem a novos documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs - e as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica – DCNs, que fortaleceram cada vez mais o ensino da leitura e escrita no Brasil.

Hoje, os acervos didáticos para o ensino da leitura e escrita são imensos. Existem uma diversidade de ferramentas criadas para a melhoria do ensino e apropriação dessas

habilidades surgidas para sanar o alto índice de analfabetismo ainda existente no Brasil. Nos dias atuais busca-se, a democratização da escola e sua integração com a comunidade, busca-se ainda uma reciprocidade dialógica entre professores e alunos, conteúdos e métodos de ensino, enfim uma gama de recursos apropriados para o alcance da educação desejada por toda a sociedade brasileira.

2.1.2. A importância do ato de ler e escrever

Leitura e escrita são modalidades da linguagem verbal explícitas no dia a dia das pessoas, promovendo a formação do senso crítico e o amadurecimento das ideias, pois querendo ou não todos os indivíduos estão imersos ao mundo letrado, onde a importância do ato de ler e escrever tornam-se habilidades imprescindíveis para a construção do saber.

Ler e escrever são os pilares do ensino de língua portuguesa, tornando-se em ações permanentes que se complementam e ampliam o processo de interação da linguagem e do conhecimento, que permitem a participação do homem no mundo. Nesse sentido, a melhor maneira de aprimorar a escrita é apropriar-se da leitura, a qual proporciona subsídios com base em informações para que a escrita aconteça. Segundo Senna (2015, p. 136), a leitura é uma “[...] atividade cognitiva por excelência, a qual se envolve não somente sua natureza cognitiva, mas também os aspectos linguísticos e socioculturais”, que permitem a construção dos sentidos. Portanto, a leitura, acessa a memória, a apropriação da informação, o domínio da linguagem e o conhecimento de mundo, fatores que se tornam elementos primordiais para o enriquecimento da escrita.

[...] a leitura da palavra é sempre precedida pela leitura de mundo. E aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. (Freire, 1989, p. 7).

Nesse diapasão, é conveniente ressaltar que aquele que escreve deve priorizar as suas vivências e experiências, ou seja, seu conhecimento de mundo, pois o ato de ler “[...] implica sempre percepção crítica, interpretação e “re-escrita” do lido [...]” (Freire, 1989, p. 14). Dessa forma, observa-se claramente, a importância que a leitura e a escrita representam para a formação do leitor/escritor contemporâneo. Nesse contexto, Santos (2012, p. 40) reconhece que quanto a escrita:

[...] não basta a alfabetização para que os alunos se tornem leitores, pois decodificar textos não significa lê-los: é necessário que haja, de fato, o letramento, ou seja, o processo de ler deve fazer com que os alunos assimilem o conhecimento a sua volta, com os seres sociais que são, fazendo inferências e levantando hipóteses.

A ação de ler enriquece a do escrever, “[...] a *priori*, então, não se chega a escrita sem a leitura, e a leitura, por sua vez, não é realizada, sem a fala. Trata-se de um sistema interligado” (Rossi, 2015, p. 76). Salienta-se então, que não basta ler o enunciado, é preciso entender o que se lê, compreendendo o sentido do texto para a garantia bem estruturada, clara e concisa, que atinjam as expectativas do leitor.

Observa-se então, que a leitura, quando realizada com cautela e atenção, facilita a organização do pensamento, levando o leitor a fazer ligações necessárias para a sua compreensão. Rossi (2015, p. 163), esclarece que “[...] ao ler, o ser humano apodera-se dos conhecimentos registrados nos textos escritos; sendo assim, quanto mais o sujeito ler, maior será a sua capacidade de articulação linguística com o mundo que o rodeia [...]”. A partir da leitura, o sujeito leitor também consegue apropriar-se da escrita e, com facilidade, construirá subsídios para o desenvolvimento da produção textual, pois aquele que ler aprende a fazer inferências, a observar as entrelinhas, compreende as ideias e é capaz de interagir com elas a partir da escrita.

Nesse diapasão, conclui-se que a leitura desenvolve a criatividade, a imaginação, o pensamento e as ideias, permitindo com que o leitor amplie seus conhecimentos e adquira com precisão novas informações e um vocabulário que lhe permita a construção de uma boa escrita e produção textual. Ribeiro (2012, p. 71), ressalta que “a leitura é o ato de poder perceber o mundo, conhecer e compreender seu entorno social. O homem precisa ser motivado a ler o mundo; a partir daí ele se motivará a fazer uso da leitura e da escrita para viver melhor num universo onde conhecerá cada vez mais”. Portanto, a partir da leitura o indivíduo perceberá o mundo e entenderá as diferenças e semelhanças existentes a sua volta. Além disso, ele se tornará apto a compreender o sentido das coisas e atuar sobre cada uma atribuindo-lhe significados.

Diante de tal afirmação, Tiepolo (2014, p. 104), complementa que “ler é muito mais do que juntar letras em palavras, frases e parágrafos. É perceber que em todo o texto há alguém, em um determinado tempo e lugar, que expressa suas visões de mundo”. De acordo com Tiepolo o texto é percepção, compreensão e interpretação, fatores fundamentais para a compreensão do mundo e das coisas.

A escrita, por sua vez, tem grande importância nas relações sociais. Quem ler com fluência e compreensão está mais propício a escrever bem, colocando no papel, textos claros, concisos e bem estruturados, pois a leitura é a base para a escrita e ambas se complementam proporcionando a construção do conhecimento e a inserção do homem na cultura letrada da sociedade.

Segundo os PCNs de Língua Portuguesa, “um escritor competente é, também capaz de olhar para o próprio texto como um objeto e verificar se está confuso, ambíguo, redundante, obscuro ou incompleto. Ou seja: é capaz de revisá-lo até considerá-lo satisfatório para o momento” (Brasil, 1998, p. 38). Como se viu, a escrita requer leitura e releitura visando a organização e a compreensão do texto pelo sujeito que ler. Nesse sentido, é de suma importância que a escola adquira a constante utilização da leitura e escrita em suas práticas pedagógicas com os alunos, visando aperfeiçoar a leitura e a escrita, e consequentemente, sanar as dificuldades apresentadas quanto ao domínio dessas habilidades tão necessárias para o processo comunicativo entre as pessoas.

2.1.3. O perfil do leitor/escritor contemporâneo

No âmbito da leitura e escrita, o aluno recebe o conhecimento da leitura de mundo e, após esse resultado, cria e recria a sua própria escrita. Leitura e escrita são práticas complementares, que se associam às experiências e vivências de cada ser humano e se transformam mutuamente, possibilitando a construção de diferentes gêneros do discurso.

O bom leitor não se preocupa apenas em extrair do texto informações superficiais da escrita, pois para ele a leitura não é um ato mecânico. Para Rossi (2015, p. 76), “[...] a priori, então, não se chega a escrita, sem a leitura, e a leitura, por sua vez, não é realizada, sem a fala. Trata-se de um sistema interligado”. Ele se preocupa em analisar o texto, lendo nas entrelinhas para conquistar o seu real sentido, aquele que proporciona a verdadeira interação entre o leitor e o texto.

A leitura é um instrumento que possibilita a aprendizagem e auxilia no processo interativo comunicacional do homem. Ela favorece o desenvolvimento intelectual e crítico do leitor permitindo a ele a construção de novos conhecimentos. No entanto, formar bons leitores nos dias atuais é uma missão desafiadora.

Na atualidade, leitura e escrita são habilidades que causam entraves na educação do país. O processo de ensino-aprendizagem não é satisfatório tanto para os alunos, quanto para os professores, no sentido de alcançarem os objetivos da linguagem. O gosto pela leitura não

acontece mais, e isso é percebido quando os alunos apresentam defasagem nas informações, quando estas, apresentam-se de forma insuficiente para o desenvolvimento da produção; quando apresentam baixo rendimento no diálogo com o texto, quando não leem, ou até mesmo quando leem, mas não conseguem compreender o que se leu.

A convivência com textos de uso formal, ou escrita formal propicia o aprendizado com os próprios padrões de escrita formal. Todavia, como os alunos leem muito pouco também enfrentam um problema que é consequência da falta de leitura: a dificuldade em escrever. Como os alunos não dominam o conteúdo, conhecem muito pouco, não têm repertório da leitura, não conseguem opinar e, por isso, os textos que redigem não dizem quase nada, apenas algumas informações sem nexos para completar o número de linhas exigido. (Fontana & Porsche, 2011, p. 17).

Segundo a última pesquisa realizada em 2011, em alguns estados brasileiros, intitulada “Retratos da Leitura no Brasil”, o número de leitores caiu de 9,1% de 36% em 2007 para 24% em 2011, dados publicados em março de 2018. Com base nesses dados e na realidade das escolas, o perfil do leitor/escritor contemporâneo apresenta baixo desempenho, pois, muitos alunos aprendem a ler mecanicamente, outros leem pela necessidade de cumprir algum objetivo, mas a grande maioria está longe de desenvolver o gosto pela leitura, contentando-se apenas com algo superficial que leva a rejeição, a dificuldades e ao desinteresse. Segundo os PCNs (Brasil, 1997, p. 53):

O trabalho com leitura tem como finalidade a formação de leitores competentes e, conseqüentemente a formação de escritores competentes, pois a possibilidade de produzir textos eficazes tem sua origem na prática da leitura, espaço da construção da intertextualidade e fontes de referências modelizadoras. A leitura, por um lado, nos fornece matéria-prima para a escrita: o que escrever. Por outro lado, contribui para a constituição de modelos: como escrever. (Brasil, 1997, p. 53).

Leitura é diálogo, troca de informação, enriquecimento do senso crítico e da difusão das ideias e valores. Sendo assim, cabe à escola e a própria família utilizar-se de práticas estimuladoras para mudar os rumos da educação no país. Conforme tais ideias, Souza & Feba (2011, p. 148), acrescentam que:

[...] a escola se caracteriza como um ambiente profícuo a formação de leitores e para tanto é preciso aprofundar as discussões sobre o trabalho com leitura no ambiente escolar, propondo o desenvolvimento de práticas que

possibilitem o compartilhamento de diversos gêneros que auxiliem na compreensão do texto e na formação de um leitor autônomo não apenas na sala de aula, mas também fora dela.

Sabe-se que existem uma infinidade de fatores que interferem negativamente no processo de formação de leitores/escritores. Porém, é sabido que um bom leitor e escritor não se fazem por acaso, para isso, é necessário que os professores não façam uso de textos fragmentados e fora do seu contexto social, e sim, ofereçam uma diversidade de textos que possam fomentar a reflexão e a análise crítica do aluno para que ele se sinta capaz de produzir novos textos a partir da sua visão de mundo e o conhecimento aprendido na escola. Nesse sentido, Tiepolo (2014, p. 98-99) acrescenta que:

[...] cabe ao professor constituir as pontes entre o que os alunos conhecem e o que não conhecem; apresentar o contexto de produção do texto a ser lido [...]; explicitar as convenções próprias de cada tipo de texto; criar espaços de diálogo entre os diferentes leitores do mesmo texto. Além disso, é importante que a escola ofereça bons textos, proponha a leitura colaborativa de gêneros diversos, organize uma rotina de empréstimos de textos e frequência de leitura, enfim, crie situações comunicativas nas quais os alunos possam vivenciar o que é ser leitor.

A preocupação com o aprendizado da leitura e escrita para a formação de leitores/escritores requer condições, estímulos, experiências e vivências que facilitem a construção desse processo e a ampliação de novos horizontes e expectativas, que permitam garantir essas competências na classe estudantil, pois leitura é descoberta, é construção de sentidos, é expressão do pensamento e instrumento de comunicação. Portanto, ela não se esgota, é uma prática constante. Para Nogueira (2016, p. 44), a formação do leitor/escritor:

[...] presume a capacidade de compreensão daquilo que lê, assim como das entrelinhas, do que não está dito claramente nas palavras grafadas; a capacidade de relacionar o texto em leitura a outros já lidos; a capacidade de atribuir vários sentidos a um único texto; a capacidade de justificar e validar sua leitura a partir da localização de elementos discursivos.

Sendo assim, o trabalho com a leitura e escrita deve ser essencial para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno e para isso, o professor precisa se valer dos mais variados procedimentos metodológicos eficazes para desenvolver em sala de aula com seus alunos, tendo como finalidade a formação do leitor/escritor proficiente capaz de ler e escrever com compreensão.

2.1.4. A prática da leitura e escrita no contexto escolar

No ambiente escolar, o papel da escola é estimular e capacitar os alunos para o domínio da leitura e escrita, tendo como objetivo principal a criação de um espaço de aprendizagem onde alunos e professores sejam parceiros na construção do saber, pois segundo Freire (1996, p. 13), “[...] não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. Portanto, pode-se dizer que a docência e a discência se complementam, pois onde há o ensino há a aprendizagem.

O conhecimento é uma via de mão dupla, onde tanto o professor, quanto o aluno ensinam e aprendem uns com os outros. Nesse sentido, Souza & Feba (2011, p. 147) corroboram enfatizando que “cabe à escola a relevante tarefa de ensinar a ler e escrever, por isso é necessário desenvolver uma política de leitura e de escrita que busque uma consistente formação leitora e produtora textual de crianças e jovens”. A aquisição da leitura e escrita abrange processos de aprendizagem bastante complexos que envolvem a apropriação do código formal e de regras linguísticas, com a finalidade de desenvolver no aluno a capacidade do domínio de habilidades e competências fundamentais que possam garantir a apropriação e uso apropriado do saber nas diversas formas de interação comunicacional da vida em sociedade.

Para alcançar o domínio da leitura e escrita no contexto escolar é importante que a escola se aproprie da aplicação de atividades e metodologias variadas em busca desse propósito. Sendo preciso também, a organização e o planejamento para a transmissão de um ensino significativo, que possa ir além das expectativas do leitor e do próprio escritor, pois a ação de escrever também está ligada a ação de criar, elaborar e produzir textos que serão lidos por outras pessoas. A leitura e escrita na escola deve fazer sentido ao aluno, sendo assim, é essencial a utilização de diversos textos e gêneros relacionados ao dia a dia do aluno, buscando sempre proporcionar a eles, atividades inovadoras que facilitem o desenvolvimento da capacidade de ler, escrever e produzir.

Nesse contexto, é importante que o aluno vivencie situações de seu dia a dia para poder conhecer, discutir, dialogar e aprender a partir das leituras e escritas realizadas. Em sala de aula, o professor não pode se eximir em trabalhar a leitura e escrita, tampouco se limitar a apresentar leituras fragmentadas e descontextualizadas da realidade do educando, pois ler não é apenas oralizar qualquer tipo de texto como muitas vezes

acontece dentro do ambiente da sala de aula, levando tal fato a enfraquecer a prática pedagógica, desestimulando o interesse que porventura já exista ou venha a existir no aluno.

Diante de tais preposições, ainda se observa nos dias atuais que em muitos casos o aluno ainda é obrigado a escrever conforme os padrões das regras gramaticais estipuladas. Desse modo, o aluno escreverá para o professor, que o avaliará com a finalidades quantitativas. Nesse sentido, é fundamental que haja uma reflexão sobre a prática pedagógica exercida pela escola, com o objetivo de propor mudanças que possam permitir a liberdade de expressão para os alunos, com vistas a se tornarem pessoas responsáveis, autônomas e capazes de entender o mundo e se inserir nele.

A prática constante de atividades que envolvam a leitura e a escrita no ambiente escolar fazem a diferença na aprendizagem do aluno, tornando-se em ações decisivas para a sua formação e o seu desenvolvimento quanto à capacidade de ler, escrever e produzir textos bem estruturados e compreensivos para qualquer leitor, pois escrever é difícil para qualquer pessoa que não tem a prática e o hábito da leitura e da escrita.

O desenvolvimento dessas práticas possibilita ao aluno o acesso a determinados papéis sociais em diferentes eventos da linguagem, contribuindo para a formação de leitores/escritores autônomos e competentes desenvolvendo um papel ativo a partir da prática ofertada e do conhecimento de mundo que possuem. Segundo Terra (2015, p. 40-41), “a leitura, seja na tela do computador, seja num livro impresso, exige paciência, pois a compreensão do que se lê nem sempre é imediata, por isso devemos ir ao texto sem pressa, ler, reler, dialogar com o texto”. A leitura e a escrita são os pilares do ensino de língua portuguesa devendo portanto, receberem maior atenção do professor, e da escola como um todo, pois é dever de ambos o papel de ensinar os saberes básicos para a boa comunicação entre os indivíduos.

Nesse sentido, é necessário levar em conta que a falta de estímulos na leitura e escrita acarreta problemas na oralidade e na grafia. Por isso, Piccoli (2012, p. 45), esclarece que “é imprescindível planejar de forma que a intencionalidade pedagógica esteja direcionada ao desenvolvimento da leitura, da escrita e da oralidade”. Não se pode pensar em aprendizagem de qualidade distanciando-se das práticas de leitura e escrita, pois ambas se completam.

2.1.5. Objetivos da leitura e escrita para a produção textual

Na atualidade, ler e escrever não são atividades atrativas para os alunos, visto que eles sempre mostram uma grande resistência em relação a essas práticas. A ignorância,

alienação e o desempenho linguístico provocam a incapacidade de expressão do pensamento, de articulação e organização das ideias e informações necessárias para a produção textual.

No entanto, cabe à escola promover situações de leitura, escrita e produção de texto, a partir de novas estratégias de ensino que possam resultar em aprendizado para os alunos, no sentido de despertar-lhes para o gosto e o prazer de interagir e tornar-se cidadão crítico e atuante em seu contexto. Para traçar os objetivos pretendidos quanto a leitura e escrita, a escola precisa conhecer as necessidades de aprendizagem dos alunos, pois ler e escrever são ações fundamentais para a produção, compreensão e interpretação do texto.

O escopo do trabalho com a leitura é a formação de leitores e escritores competentes, pois a possibilidade de conceber textos eficazes está intimamente associada à prática de leitura, que nos fornece matéria-prima para a escrita (o que escrever) e contribui para a composição de modelos (como escrever). (Nogueira, 2016, p. 44).

Leitura e escrita são habilidades que requerem atenção, interação e domínio dos processos linguísticos, tendo como finalidade a capacidade de ler e escrever com compreensão para produzir textos eficazes e coerentes, que proporcionem prazer àquele que ler. Costa (2017, p. 51), comenta que:

A leitura é uma prática libertadora ao permitir ao indivíduo o acesso ao mundo das palavras e a outros universos. Entretanto, para ter acesso a esses universos, não é suficiente ler e identificar as palavras, reconhecendo-lhes o significado, é imprescindível alcançar a intenção do texto, atribuindo-lhe sentido.

Estabelecer objetivos para a produção textual é uma estratégia metacognitiva na medida em que possibilita a apropriação do conhecimento, além da percepção e retenção daquilo que se lê. Nesse caso, pode-se dizer que o objetivo da leitura e escrita para a produção textual é a intencionalidade na escrita, com possibilidades de compreender e interpretar a mensagem transmitida. Sendo assim, ler e escrever se tornam habilidades de fundamental importância para a produção textual.

A leitura é uma atividade de reflexão, de descoberta e de possibilidades para a escrita. Ela propicia a relação entre as ideias, a articulação entre as informações, a ampliação do vocabulário e novas possibilidades de leitura, pois “[...] ler é tentar compreender o “mundo” pela recriação das circunstâncias em que o texto foi produzido linguisticamente” (Costa, 2017, p. 67). No entanto, é fundamental o bom planejamento e organização para que essas habilidades sejam constantemente aperfeiçoadas.

CAPÍTULO 3: PRODUÇÃO TEXTUAL: PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

A produção textual tem como finalidade formar leitores e escritores competentes capazes de movimentar a construção do saber. A partir do surgimento da escrita a apropriação dessa habilidade pelo homem, garantiu a necessidade de registrar as histórias e memórias que marcaram a sua existência na humanidade. Desde então, a escrita se tornou uma tecnologia de comunicação capaz de contribuir para o desenvolvimento da formação do homem. Tais registros dessa história, foram elaborados a partir de textos que precisavam estar bem organizados para a compreensão dos futuros leitores.

Para aprender a escrever, é necessário ter acesso à diversidade de textos escritos, testemunhar a utilização que se faz da escrita em diferentes circunstâncias, defrontar-se com as reais questões que a escrita coloca a quem se propõe produzi-la, arriscar-se a fazer como consegue e receber ajuda de quem já sabe escrever. Sendo assim, o tratamento que se dá à escrita na escola não pode inibir os alunos ou afastá-los do que se pretende; ao contrário, é preciso aproximá-los, principalmente quando são iniciados “oficialmente” no mundo da escrita por meio da alfabetização. Afinal, esse é o início de um caminho que deverão trilhar para se transformarem em cidadãos da cultura escrita. (Brasil, 1998, p. 48).

A produção textual é uma atividade complexa, que requer planejamento e organização para que a mensagem possa ser clara e compreensível pelo receptor, apresentando relações lógicas para a sua materialização e assim, adequar vocabulário, frases, parágrafos, e todos os elementos que estruturam a escrita do texto.

Ainda segundo os PCNs, o texto ao ser produzido é representado por “uma sequência verbal constituída por um conjunto de relações que se estabelecem a partir da coesão e coerência. Em outras palavras, um texto só é texto quando pode ser compreendido como unidade significativa global [...]” (Brasil, 1998, p. 21), ou seja, não basta escrever por escrever, é preciso escrever de forma planejada e organizada, onde as unidades de texto se constituam em elos que se garantam a qualidade da produção textual.

A produção textual não é uma atividade mecânica, por isso ela precisa ser planejada e organizada, garantindo uma escrita que combine as expressões linguísticas e os elementos fundamentais para a sua elaboração, como o texto e a textualidade a, coesão e coerência, a

diversidade dos gêneros textuais e a análise linguística que fomentam a articulação das ideias e recursos para a construção do texto.

Ainda nessa perspectiva, a elaboração de um bom texto deve ser ensinada para o aluno “[...] de tal forma que ele não se preocupe em memorizar aspectos gramaticais da língua para passá-los à produção escrita, mas, sim, em entender como funciona um texto” (Correa, 2013, p. 14), pois o objetivo é formar cidadãos capazes de utilizar a escrita com eficácia, capaz de assumir a palavra e também produzir textos adequados, além disso, é preciso organizar o trabalho educativo para que experimentem e aprendam isso na escola.

3.1. A organização do texto no universo da escrita

Na vida cotidiana, os indivíduos estão sempre interagindo uns com os outros a partir de textos comunicativos. Tais textos, ao serem elaborados, passam por uma organização de ideias e pensamentos. No universo da escrita, organizar o texto não se trata de uma atividade prática e fácil. A escrita requer habilidade e paciência, além da eficiência de conteúdos conquistados a partir das leituras realizadas com o suporte para a escrita.

É necessário, portanto, ensinar os alunos a lidar tanto com a escrita da linguagem — os aspectos notacionais relacionados ao sistema alfabético e às restrições ortográficas — como com a linguagem escrita — os aspectos discursivos relacionados à linguagem que se usa para escrever. Para tanto é preciso que, tão logo o aluno chegue à escola, seja solicitado a produzir seus próprios textos, mesmo que não saiba grafá-los, a escrever como lhe for possível, mesmo que não o faça convencionalmente. (Brasil, 1998, p. 48).

Redigir um texto, requer uma série de fatores fundamentais para a sua formulação como, o cuidado da escrita correta das palavras, a organização das ideias, a clareza das mensagens e objetivos a serem conquistados, pois a escrita do texto não pode ser vista como um amontoado de frases soltas e sem sentido. Pelo contrário, é preciso que haja ligação entre os fatos escritos de modo que as informações se encaixem, paulatinamente no contexto, permitindo ao aluno, a formação do senso crítico e o enriquecimento da sua capacidade de escrever, criar e produzir.

Modos de organização discursiva são formas de organizar as produções verbais, que incluem aspectos socioculturais (intenções, interlocutores, temas, local da interação, escolha da maneira de interagir, padrões ou convenções na comunidade de falantes) e aspectos linguísticos (relações

lógicas, tempos verbais, escolha lexical, construção sintática), característicos de gêneros que circulam em determinados ambientes discursivos. (Fontana, 2009, p. 150).

Nesse sentido, é imprescindível organizar a lógica escrita do texto a começar pela escrita correta das palavras, pela formação clara e objetiva de seus parágrafos, a utilização dos aspectos de coesão e coerência, os quais exploram os sentidos e significados do texto, enfim, todos os aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos. De acordo com Nogueira (2016, p. 45), “um escritor competente é, também, capaz de olhar criticamente para o próprio texto, revisando, corrigindo, excluindo trechos ou inserindo outros”. Para que a escrita seja orientada, o texto exige que os erros sejam detectados e corrigidos para a sua melhor compreensão, sendo assim, cabe ao escritor esse olhar crítico considerando os aspectos da coerência, da coesão e da progressividade para que o texto se torne significativo para o leitor.

Nesse diapasão, à medida que o aluno produz (escreve), ele desenvolve a capacidade de organizar o texto a partir da seleção das ideias e do pensamento, buscando na medida do possível, revisá-lo para detectar possíveis erros ou dúvidas. “Um escritor competente é, também capaz de olhar para o próprio texto como um objeto e verificar se está confuso, ambíguo, redundante, obscuro ou incompleto. Ou seja: é capaz de revisá-lo até considerá-lo satisfatório para o momento” (Brasil, 1998, p. 38). As vivências, experiências e leituras anteriores, servirão de suporte para que o escritor desenvolva uma boa escrita ao assumir a palavra para produzir textos adequados, coerentes e concisos, que sejam capazes de fornecer significados ao sujeito leitor, pois o universo exige muito da escrita e para que ela seja entendida, é preciso planejamento e organização das palavras e dos sentidos.

Nesse contexto, a escola tem o dever e a obrigação de orientar os alunos na organização da escrita textual, pois a escrita é considerada um entrave no ensino de língua portuguesa. Sendo assim, é conveniente que o professor analise as dificuldades do aluno e interceda na organização do pensamento para uma boa produção escrita, pois é na sala de aula que essa escrita pode ser aprimorada com a intervenção do professor.

3.2. Os elementos da produção textual

Os elementos da produção textual se referem aos complementos essenciais para a boa comunicação, ou seja, aos itens necessários para a organização do texto e a compreensão dos sentidos, como os fatores linguísticos de coesão e coerência e os fatores pragmáticos relacionados aos processos sociocomunicativos.

O texto materializa suas intenções e objetivos através de categorias lexicais, semânticas, sintáticas e estruturais. Tais elementos devem se correlacionar entre si e contribuir para que todos os elementos possam dar um sentido global ao texto. Segundo Hertmann (2012, p. 68), “o texto, e não a frase, é a unidade básica de comunicação”. Sendo assim, precisa estar fundamentado em elementos primordiais que possam garantir o processo de interação e comunicação da linguagem. Coelho & Palomanes (2016, p. 87), complementam esclarecendo que:

A produção de texto envolve uma multiplicidade de fatos linguísticos e fatores, derivados da própria complexidade do texto, tais como: aspectos de coesão e coerência, categorias do texto (tipo/subtipos, gêneros, espécies), processos argumentativos, conhecimento linguístico em geral, entre outros.

Conhecer tais fatos é de suma importância para que a produção se torne compreensível para aquele que ler o texto produzido. Além disso, é conveniente ressaltar que a produção de texto se manifesta na diversidade dos gêneros textuais, interpretados de acordo com o ponto de vista de cada leitor, ou seja, de acordo com os elementos existentes no texto. O leitor textualiza da maneira que lhe convém. Segundo Senna (2015, p. 136), a leitura é a:

[...] atividade cognitiva por excelência, a qual envolve não somente a sua natureza cognitiva, mas também os aspectos linguísticos e socioculturais. É uma atividade que compreende identificação, construção e reconstrução de sentidos sob um olhar do sujeito leitor sobre referentes no mundo.

Os elementos da produção textual precisam dar suporte para que o texto seja compreendido pelo leitor, que organiza as ideias a partir das análises e dos objetivos que sejam passíveis de entendimento. Sendo assim, na elaboração do texto é fundamental analisar as formas linguísticas que envolvem as palavras, as sentenças, os parágrafos e todos os elementos que darão estrutura e sentido ao texto produzido, como a textualidade, a coesão e coerência, os gêneros textuais e a análise linguística dos textos.

Para uma boa produção é preciso combinar os componentes textuais, organizar suas partes, inserir os recursos linguísticos apropriados para cada situação, entre outros elementos que oferecem sentido e significado ao texto produzido. Segundo Bakhtin (2000, p. 282), “ignorar a natureza do enunciado e as particularidades do gênero que assimilam a variedade do discurso em qualquer área do estudo linguístico leva ao formalismo e a abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida”. Dessa forma, é conveniente também levar em consideração, que cada texto se refere a um

gênero textual, portanto, para cada gênero existe uma variedade de elementos constitutivos que variam de acordo com seu tipo e as escolhas do produtor.

3.2.1. Texto e textualidade

Para muitos autores o texto é visto como o produto da atividade verbal. Dessa forma, os PCNs, enfatizam que o texto é considerado um “produto da atividade verbal oral ou escrita que forma um todo significativo e acabado, qualquer que seja a sua extensão” (Brasil, 1997, p. 25). De acordo com esse enunciado, pode-se dizer que o texto está intrinsecamente ligado a existência de relações entre as partes e seus elementos, que se encaixam em um determinado contexto e facilitam a compreensão.

Em sentido mais estrito, o texto pode se referir, segundo Lombardi (2015, p. 90), “[...] a uma unidade linguística de forma e de sentido, falada ou escrita, de tamanho variável, dotada de textualidade, ou seja, com propriedades que possibilitam a compreensão pela unidade linguística”. Diante desses conceitos, compreende-se o texto como uma unidade básica do ensino e, conseqüentemente, como um recurso fundamental para a veiculação da linguagem. Dessa forma, Rossi (2015, p. 126) ainda o “concebe como discurso, isto é, a língua em uso, em sua plenitude concreta e viva em situações reais de comunicação”. Portanto, é através do texto que o indivíduo obtém a informação para a construção da unidade linguística que permite a expressão do pensamento e da comunicação.

No entanto, é notório perceber que em dias atuais, a noção de texto no âmbito escolar, ainda é visto de forma artificial e ao ponto de não contribuir significativamente para a formação de alunos leitores. O texto não pode ser concebido como um aglomerado de frases desconexas e isoladas, com o intuito de explorar apenas a gramática normativa. É preciso ir além, e superar a visão abstrata à medida que este não é concebido como unidade de sentido.

Isso equivale dizer, que seja ele escrito ou falado, é dotado de unidades sociocomunicativas, onde se expressam ideias, sentimentos, expressões e intenções capazes de reproduzir a informação e o diálogo e promover a produção dos sentidos, que conforme a necessidade social, influencia o leitor e age sob a sua realidade.

No que concerne à textualidade há que se falar da organização do texto, observando o seu propósito temático. A textualidade relaciona-se também com os processos linguísticos e pragmáticos que compõe, a totalidade do texto. De acordo com Colello (2011, p. 173):

A textualização é um dos momentos em que o professor pouco intervém, pois os alunos, principalmente os que estão em processo de aquisição da escrita,

precisam se concentrar em muitas variáveis: com que letra vão escrever, o que dizer e a maneira com o vão dizer, entre outras.

Nesse contexto, é conveniente que o professor auxilie o aluno nos momentos precisos para que a escrita seja organizada e apresente os elementos necessários para a sua compreensão e sentido. Portanto, pode-se dizer que textualizar é organizar linearmente o texto de acordo com a sua temática, a coesão entre os enunciados e a coerência entre as partes do texto.

A textualidade preocupa-se com o contexto e a situação comunicativa, pois de acordo com Silva (2012, p. 107), “muitos textos só fazem sentido dentro de uma determinada situação, muitos se tornam “pesados” por terem muitas informações novas, ou enfadonhas, por não se manterem focadas em um determinado ponto ou assunto”. Para evitar esse tipo de problema o texto precisa ser elaborado a partir de um conjunto de características que estabelecem o sentido e a leveza aos textos e são determinados por alguns fatores da textualidade. Tais fatores classificam-se em:

➤ Fatores linguísticos – centrados no texto, são regulados pela coesão e coerência que organizam as partes internas do texto. A coesão está pautada no caráter gramatical, sintático e semântico, que se encontram explícitos no texto e se interligam favorecendo a compreensão do sentido do texto. A coerência está pautada na configuração dos sentidos que se encontram implícitos no texto, buscando a inteligibilidade no todo.

De forma bastante simplificada, coesão é a conexão entre as partes do texto, do parágrafo, da frase, de modo que tudo fique harmonioso. Já coerência é uma relação de lógica entre as ideias encadeadas de forma que sejam complementares, não se contradigam e constituam um significado para o texto. (Lombardi, 2015, p. 95).

➤ Fatores pragmáticos – são fatores de ordem externa ao texto, que se relacionam ao processo sociocomunicativo. Dentre esses fatores temos: a informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade e intertextualidade. A informatividade, refere-se as informações contidas no texto que correspondam com as expectativas do leitor. A intencionalidade, refere-se ao objetivo que o leitor tem em determinada situação. A aceitabilidade, refere-se a relevância do texto pelo leitor, ou seja, se é aceitável ou não. A situacionalidade, refere-se ao contexto em que o texto se apresenta. Dependendo da situação, o texto pode ter vários sentidos. A intertextualidade, refere-se à relação existente entre outros textos.

3.2.2. Coesão e coerência

Coesão e coerência são mecanismos da linguagem que permitem ao leitor a obtenção do entendimento nítido de um texto no contexto em que ele é inserido. Na escola, é com um professor ou qualquer outra pessoa, ao apreciar uma produção realizada pelos alunos, se depararem com ideias sem sentido e desconexas do mundo que os cerca.

Buscando se fazer entender, é preciso que os professores em geral, orientem seus alunos para a prática da escrita sequencializada, agraciada de termos e orações que se entrelaçam para dar sentido a atividade produzida, pois não basta o aluno escrever por escrever, é preciso escrever com sentido, contextualizando o texto com as situações reais do dia a dia, onde haja a organização do pensamento para facilitar a compreensão pelo leitor.

Em se tratando da coesão textual, Koche (2015, p. 25) ressalta que “[...] ela diz respeito as relações de sentido que ocorrem no interior do texto, por meio das quais uma sentença se liga a outra. Essa ligação dá-se através do emprego de elos coesivos na organização textual, permitindo a concatenação das suas partes”. Para a existência da coesão no texto é necessário que haja uma relação entre os elementos que o constituem, possibilitando uma sequencialização lógica entre os enunciados que darão sentido ao texto e permitirão a imediata compreensão pelo leitor.

No texto, os enunciados devem ser organizados de acordo com determinados procedimentos lexicais ou gramaticais que possam permitir a sua compreensão. Segundo Koch (2011, p. 46), “os fatores de coesão são aqueles que dão conta da sequência superficial do texto, isto é, os mecanismos formais de uma língua que permite estabelecer, entre os elementos linguísticos do texto, relações de sentido”. Ou seja, enunciados do texto devem possuir as palavras conectoras que os interliguem para que seja estabelecido uma sequência lógica que permita o entendimento do texto pelo leitor.

No que tange a coerência textual, a conexão dos sentidos é fator primordial. Nela, as palavras estabelecem vínculos e relações que encadeiam ideias para promover a compreensão do texto. Koche (2015, p. 17), explica que é:

[...] o resultado de um processo de construção de sentido feito pelos interlocutores, numa situação de interação. Ela permite que uma sequência linguística constitua-se em um texto, pois estabelece relações entre os seus elementos [...]. A coerência, no entanto, não está somente dentro dos textos, mas é construída também pelo receptor no momento da leitura.

Para que a coerência textual seja eficiente, é fundamental o conhecimento prévio e recíproco entre os interlocutores, permitindo que os destinatários possam obter o domínio das informações veiculadas no texto. Segundo Silva (2012, p. 38), “para haver coerência é preciso que haja possibilidade de estabelecer no texto alguma forma de unidade ou relação entre seus elementos”. Portanto, quando não há relação entre seus elementos o leitor não consegue entender a vinculação das ideias, nesse caso, o texto torna-se incoerente.

Em complemento a essa ideia Silva (2012, p. 44), ainda ressalta que “um texto deve ser coerente dentro de um mundo possível e é considerado bem formado quando seu sentido consegue ser recuperados pelos usuários”. Para que o texto não se apresente como um amontoado de frases soltas ou isoladas, sem conexões e sentidos, existem os fatores de coerência, que são os elementos de ligação, necessários para o esclarecimento do texto. Tais fatores são: os elementos linguísticos, o conhecimento de mundo, os conhecimentos implícitos e a intertextualidade.

Os elementos linguísticos dizem respeito aos itens lexicais, ou seja, as estruturas sintáticas que ajudam o leitor na ativação do conhecimento já existente em seu subconsciente. O conhecimento de mundo refere-se ao que o aluno já traz consigo, a sua bagagem cultural, adquirida através das vivências e experiências no dia a dia. O conhecimento implícito são as informações que precisam de clareza para o seu entendimento. Somente a partir de um bom esclarecimento é que as informações serão entendidas, tornando-se explícitas para o leitor. A intertextualidade refere-se ao suporte dado pelas leituras anteriores sobre a temática, ou seja, os textos lidos anteriormente servirão de base para que a leitura atual seja compreendida e elucidada pelo leitor.

Todos esses fatores colaboram para que o texto apresente uma coerência eficiente e desejada para a construção dos sentidos do texto.

3.2.3. A aquisição dos gêneros textuais na escola

De acordo com as orientações dos PCNs para o ensino fundamental do 6º ao 9º ano, o texto é contemplado como a unidade central para capacitar o aluno frente as demandas sociais de comunicação, exercendo assim a sua cidadania na sociedade onde está inserido. Levando em consideração o baixo nível de competência demonstrada pelos alunos quanto a leitura e a escrita, cabe à escola analisar e modificar estrategicamente suas ações, oportunizando novas experiências que estejam vinculadas a ação de ler e escrever a partir da concepção dos gêneros textuais.

Na vida diária, a interação ocorre por meios de gêneros textuais específicos que o usuário utiliza, disponíveis num acervo de textos constituídos ao longo da história pela prática social, e não simplesmente por meio de tipologias textuais [...]. A escolha do gênero textual depende da interação do sujeito e da situação sociocomunicativa em que está inserido [...]. (Koche, 2014, p. 11).

Sob essa perspectiva, é conveniente ressaltar que a sociedade se encontra repleta de novas oportunidades de leitura emergidas a partir dos gêneros textuais. Cada uma agindo conforme as necessidades do sujeito, interferindo em suas tarefas comunicativas diárias que colaboram para o ordenamento das atividades interativas. Marcuschi (2005, p. 22), ressalta que “[...] é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero textual, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto. Em outros termos, partimos da ideia de que a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual”. Os enfoques em basados nos gêneros textuais se constituem como ações sócio discursivas que oportunizam o sujeito a agir sobre o mundo e dizer o mundo, ao lidar com a língua em seus mais diversos usos no dia a dia.

A existência dos gêneros textuais é diversa e inesgotável. Enquanto inúmeras formas caem no desuso, outras tantas surgem a cada dia com o propósito de colaborar para o ordenamento das atividades comunicativas que circulam entre os homens. Nesse sentido, Lima (2014, p. 29) ressalta que a “[...] noção de gênero textual é de fundamental importância para o tratamento da fala, da leitura e da escrita nas interações comunicativas por reafirmar o caráter situado, cultural e histórico dos fenômenos da linguagem”. Portanto, pode-se dizer que os gêneros textuais podem ser vistos como ferramentas extraordinárias, podendo serem utilizados de acordo com as diferentes situações e contextos de comunicação e interação em que o sujeito se envolve.

O trabalho a partir dos gêneros textuais prepara o aluno para a apropriação e utilização da linguagem oral e escrita atribuindo a escola a tarefa de “viabilizar o acesso do aluno ao universo dos textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los” (Brasil, 1997, p. 26). Nesse diapasão, é notório entender que os gêneros textuais são a base para o desenvolvimento de situações comunicativas entre os indivíduos em virtude do avanço tecnológico de informação e comunicação - TIC, que abrem uma gama de oportunidades para a troca de mensagens envolvendo os textos, a partir das variedades de recursos que disponibilizam aos indivíduos.

A escola, portanto, tem a oportunidade de desenvolver um trabalho expressivo em grandes proporções, priorizando a formação de seres humanos autônomos, responsáveis e capazes de transformar a sociedade a partir de suas interferências, inferências, observações e interações realizadas com o apoio da diversidade dos gêneros textuais existentes. Nesse sentido, Carvalho (2010, p. 15) esclarece que a escola deve:

[...] apresentar uma ampla variedade de textos é favorecer um mergulho no mundo da escrita, com a exploração de mil e uma possibilidades. [...] Para formar indivíduos letrados, não apenas alfabetizados, o repertório e as situações de leitura, tanto das crianças quanto dos jovens e adultos, precisa ser ampliado para conter diversos tipos de textos que circulam intensamente na vida social.

Nessa mesma linha de raciocínio, Bakhtin (2000, p. 279) complementa dizendo que:

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa.

Nesse contexto, percebe-se que a variedade de textos que devem ser selecionadas e ofertados ao aluno precisam ter grande circulação no seio da sociedade e também ter direcionamentos específicos, pois os textos que circulam no meio social são inesgotáveis e cada um está intimamente ligado às diferentes necessidades e interesses individuais e coletivos. “Resumindo: os gêneros são apreendidos no decorrer da nossa vida, pois todos, e cada um de nós, somos membros de comunidade de fala, de escrita e de comportamentos” (Silva, 2012, p. 16). A variedade de atividades humanas é infinita, e cada uma delas se diferencia uma das outras requerendo gêneros textuais também distintos e apropriados para a interação de cada momento. A utilização dos gêneros textuais ocorre em uma relação dinâmica que envolve linguagem e realidade.

3.2.4. Análise linguística em função da produção textual

A análise linguística trata a reflexão da língua e seus diferentes usos visando avaliar os fenômenos gramaticais existentes no texto e no discurso. Para termos uma compreensão mais ampla, Fontana & Porsche (2011, p. 224), ressaltam que por análise linguística entende-se não só:

[...] as questões tradicionais gramaticais, mas também as reflexões feitas a partir da língua em uso (propósitos do texto, posição dos interlocutores, recursos expressivos empregados, intenções dos falantes). O autor distingue, no interior da AL, atividades epilinguísticas (que refletem sobre a linguagem e o uso em situações comunicativas) e as atividades metalinguísticas (que são reflexões analíticas sobre os recursos expressivos).

É fundamental que em plena era da comunicação a escola realize um trabalho voltado para as práticas de linguagem e comunicação, envolvendo a análise linguística em função da produção textual, com o objetivo de fomentar a assimilação do conhecimento pelo aluno. Segundo Rossi (2015, p. 139), os “PCN enfatizam que a prática da análise linguística não é uma nova denominação para o ensino de gramática, mas uma forma de perceber fenômenos linguísticos e relacioná-los aos textos”. A análise linguística surge para auxiliar o indivíduo no domínio da complexidade dos recursos linguísticos que favoreçam a compreensão e o sentido do texto.

Para que a compreensão e o sentido do texto aconteçam, os PCNs reforçam que cabe “[...] planejar, implementar e dirigir as atividades didáticas, com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço da ação e reflexão do aluno, procurando garantir a aprendizagem efetiva” (Brasil, 1998, p. 22). Essas ações devem preocupar-se também com trabalho da análise linguística de textos, evidenciando a sua importância e, conseqüentemente, a sua organização e o seu planejamento. Sendo assim, é fundamental que a escola incentive o aluno a buscar o conhecimento, refletindo e agindo sobre ele, de forma a ampliar a sua organização dentro do contexto da produção desenvolvida.

A escola necessita trabalhar na perspectiva da análise linguística, ou seja, criando condições para que os alunos possam refletir sobre o funcionamento das linguagens oral e escrita. Trata-se de uma abordagem bastante diferente das tradicionais atividades de gramática, em que os exercícios de repetição e memorização de conceitos, listas e regras descontextualizadas balizam o ensino de língua portuguesa. (Tiepolo, 2014, p. 181).

Sendo assim, o desenvolvimento da formação linguística de análise textual compreende a organização do texto escrito e o seu uso adequado nos diferentes contextos de produção social em que o aluno se insere, observando assim, as suas particularidades e os fatores necessários ao processo de compreensão e organização cognitiva. Segundo Santos (2012, p. 75):

[...] com a prática da análise linguística, espera-se que os alunos construam um conjunto de conhecimentos sobre o sistema linguístico relevantes para a prática de escuta, leitura e produção de textos apropriem-se de instrumentos procedimentais e conceituais necessários para a análise/reflexão linguística e reconheçam as especificidades das variedades do português.

Em todos os ambientes em que existe relações comunicativas, os indivíduos se apropriam de textos para que haja uma interação. Nesse sentido, a análise linguística preocupa-se com a organização do texto no que se refere as suas estruturas gramaticais e seus termos linguísticos de forma a atender a sua organização dentro do contexto e deixá-lo compreensivo para o aluno. Diante disso, Santos (2012, p. 76), reforça que “[...] a prática da análise linguística não deve limitar-se a correção dos textos discentes nos seus aspectos gramaticais e ortográficos; ela precisa constituir-se em um trabalho que vise a adequação deles aos seus objetivos junto aos leitores”. Pode-se inferir então, que o uso adequado de mecanismo de textualização e as normas linguísticas lexicais e gramaticais devem sempre serem vistas de modo a ampliar o processo ensino-aprendizagem do aluno.

Nesse contexto, pode-se dizer que a escola é o lugar onde a escrita deve ser aprendida e aperfeiçoada devendo seus autores, fomentarem nos alunos a motivação de que precisam para desenvolvê-la em situações do dia a dia. Diante disso, Colello (2011, p. 175) complementa dizendo que “a escola necessita de práticas que levem em consideração a construção do saber pelos aprendizes. Aprender a escrever é muito mais do que discorrer sobre um tema pedido implica colocar os alunos diante de desafios reais de escrita”. A linguagem é interação social, sendo assim, precisa ser clara e objetiva, respeitando os recursos linguísticos adequados que favoreçam a sua compreensão e a construção de seus significados, a partir da reflexão sobre a organização do texto para alcançar os objetivos esperados.

CAPÍTULO 4: NOVAS POSSIBILIDADES NO ENSINO DA PRODUÇÃO DE TEXTO

A escrita surge em decorrência da necessidade do homem tornando-a fundamental para se estabelecer a comunicação entre eles. Ao se comunicar, o homem se apropria tanto da linguagem oral quanto da linguagem escrita, mas para isso, é necessária uma imensa bagagem cultural fornecida a partir da leitura. Aquele que lê, tem acesso à informação e,

consequentemente, será capaz de acessar e se apropriar da realidade com vistas a sua transformação em benefício da sociedade.

A leitura favorece a escrita, e está é capaz de reproduzir por escrito as informações obtidas na leitura com o propósito de produção textual ao produzir textos bem estruturados que possam atingir as expectativas do bom leitor. A leitura e a escrita são o alicerce da linguagem comunicativa, são habilidades de extrema importância para a formação do leitor/escritor contemporâneo. Diz-se do leitor/escritor contemporâneo, aquele que se utiliza da leitura para aperfeiçoar sua escrita na produção de textos com mais conteúdo, criticidade, coesão e coerência. De acordo com os PCNs:

Um escritor competente é alguém que, ao produzir um discurso, conhecendo possibilidades que estão postas culturalmente, sabe selecionar o gênero no qual seu discurso se realizará escolhendo aquele que for apropriado a seus objetivos e a circunstância enunciativa em questão. (Brasil, 1997, p. 65).

Para o desenvolvimento da produção textual é necessário planejar, esquematizando a organização do pensamento e das ideias para construir algo que possa beneficiar os indivíduos no contexto da sociedade. A mediação do professor para essa prática é de fundamental importância e objetiva alcançar o aprimoramento das habilidades e competências dos alunos.

Além disso, novas possibilidades podem ser aproveitadas para ampliar o ensino da produção textual, como as reformas educacionais, as novas estratégias de ensino, a capacitação dos professores quanto ao ensino-aprendizagem dessas práticas, a resignificação do currículo escolar, a inserção e uso pedagógico de recursos informatizados, enfim, possibilidades capazes de estimular o processo de produção textual, fundamental para o progresso do ensino. Nesse sentido, o professor precisa sempre intervir nesse ensino possibilitando ao aluno a capacidade de se tornar um ser comunicante que interage com o outro e com o mundo a partir da sua própria produção escrita.

4.1. A produção do texto para além da escola

Na atualidade, as variadas ações humanas requerem o uso da produção textual, principalmente com a grande demanda de recursos tecnológicos de informação que aguçam a interação e comunicação entre as pessoas. Segundo Santos (2012, p. 96), “ler e escrever são atividades que desempenhamos constantemente, nas diversas situações do cotidiano, como na leitura e na escrita de e-mails, bilhetes, listas de compras, embalagens, placas,

avisos etc. São práticas de linguagem em situações de uso”. No entanto, na maioria das vezes, são textos básicos e por vezes, realizados sem o mínimo cuidado de retoques gramaticais, ou coesão e coerências que um texto precisa ter para ser entendido.

Dessa forma, cabe à escola acompanhar esse ritmo tecnológico, disponibilizando tempo e espaço para apropriar-se de práticas inovadoras que estejam contextualizadas a realidade de vida dos alunos, para que sejam aproveitados da melhor forma fora do espaço escolar, pois “os seres humanos não são seres que apenas existem no mundo, mas que estão em plena relação com esse mundo, e dessa forma são capazes de tomarem consciência de si e do mundo”. Portanto, o aluno com ampla capacidade de desenvolvimento faz parte da dinâmica de relação que envolve linguagem e realidade, sendo assim, deve ser capaz de interpretar o texto à luz do seu contexto. Nesse diapasão, Colello (2011, p. 23-24), ainda acrescenta que:

A construção dos sentidos requer reflexão não somente sobre os processos linguísticos, mas também quanto ao contexto histórico e os traços ideológicos e culturais dos discursos produzidos. Assim, torna-se imprescindível o desenvolvimento de um trabalho mais consciente no ambiente escolar, buscando sempre ecoar para fora dos limites físicos deste, no que se refere não somente a variedade linguística, mas também a diversidade cultural, em relação à individualidade e à subjetividade dos sujeitos.

Na atualidade, adolescentes e jovens em geral, fazem uso dos recursos tecnológicos da informação e comunicação, para se relacionarem-se a partir de textos, das mais diversas formas, sem se darem conta dessa produção. Relacionam-se a partir das redes sociais, chats, e-mails, aplicativos de software, entre tantos, que facilitam o contato entre uns e outros de forma rápida e em tempo real. A tecnologia, passa a fazer parte do cotidiano dos estudantes, sendo assim, eles aprendem a produzir seus textos de maneira interacional fora do ambiente escolar. Nesse sentido, é impossível negar que os avanços das novas tecnologias da informação e comunicação são de fundamental importância para a mediação escolar, pois estas se configuram como o fator preponderante no processo de ensino e aprendizagem, que farão parte da vida dos alunos em outros ambientes, que não sejam os escolares.

[...] o ciberespaço é uma hipermídia. Mídias que antes circulavam em suportes diferentes hoje são acessadas por um único suporte: o computador. Por meio dele, linguagem se cruzam e se hibridizam, assistimos a filmes, ouvimos estações de rádio, enviamos e recebemos mensagens de voz,

ouvimos músicas, tiramos fotos etc., o que faz o computador um instrumento multissemiótico. (Terra, 2015, p. 30).

Corroborando com as expressões citadas, Ribeiro (2012, p. 106) complementa:

As novas tecnologias da comunicação vêm repletas de aspectos positivos para as pessoas e a sociedade em geral. É inegável a agilidade com que a socialização de saberes, troca de informações por meio desse suporte “facilitador” para a resolução de diversos tipos de problemas. A internet, assim, como outros meios de comunicação, possibilita-nos saber o que acontece no mundo em tempo real.

De fato, os recursos tecnológicos de informação e comunicação mostram-se como instrumentos atrativos para os alunos não só no ambiente escolar, como fora dele. São instrumentos que a cada dia se renovam e são capazes de inovar e facilitar a interação e comunicação entre as pessoas. No âmbito escolar, podem também ser utilizadas como ferramentas capazes de facilitar a prática pedagógica do professor frente ao ensino da leitura, escrita e produção textual, habilidades necessárias de interação e comunicação.

O compromisso de ensinar a ler e escrever na escola constitui-se em um meio e uma meta para todos os educadores. Meta porque alfabetizar é uma atribuição formal da escola. Meio porque, sem o domínio da leitura e da escrita, nossos alunos ficariam à margem dos propósitos educativos mais amplos; entre eles, o de participar efetivamente de muitas práticas sociais de comunicação. (Colello, 2011, p. 11).

Sendo assim, cabe à escola a utilização dos diversos recursos tecnológicos disponíveis, que possam servir de instrumentos para intensificar os gêneros textuais a serem utilizados em prol do desenvolvimento do aluno.

Ensinar a escrever textos torna-se uma tarefa muito difícil fora do convívio com textos verdadeiros, com leitores e escritores verdadeiros e com situações de comunicação que os tornem necessários. Fora da escola escrevem-se textos dirigidos a interlocutores de fato. Todo texto pertence a um determinado gênero, com uma forma própria, que se pode aprender. Quando entram na escola, os textos que circulam socialmente cumprem um papel modelizador, servindo como fonte de referência, repertório textual, suporte da atividade intertextual. A diversidade textual que existe fora da escola pode e deve estar a serviço da expansão do conhecimento letrado do aluno. (Brasil, 1997, p. 28).

Ler e escrever requerem esforço e dedicação tanto do professor quanto do aluno, sendo assim, muitas são as dificuldades para que a produção textual seja levada para além dos muros da escola. No entanto, conhecer as normas da escrita para a elaboração de textos claros e bem estruturados para atingir as expectativas do leitor é fundamental para essa conquista, permitindo que o aluno se torne um ser capaz de pensar criticamente e usar com eficiência todas as ferramentas necessárias para interpretar o mundo ao seu redor nas mais diversas situações de comunicação, através da sua produção escrita ou oral.

4.1.1. A mediação do professor como condição de aprendizagem

A aprendizagem e a construção do conhecimento são processos que emergem com naturalidade e espontaneidade no ser humano. Porém, esses processos precisam ser estimulados para que venham à tona e aconteçam. No espaço escolar não é diferente, o processo de aprendizagem também precisa ser motivado pelo professor para que a aprendizagem e a construção do conhecimento aconteçam de maneira prazerosa e menos complexa para o aluno, permitindo a garantia de um aprendizado conforme o seu ritmo de desenvolvimento e as possibilidades que o ambiente escolar lhe propicie.

Nesse sentido, o professor é a peça basilar para mediar o conhecimento e a apropriação desse pelo aluno, combinando métodos e estratégias que possam beneficiar o seu aprendizado. Coelho & Pallomanes (2016, p. 59), complementam que “em qualquer estratégia, os professores devem sempre atuar como mediadores. Acompanhar a leitura dos textos, criar novas práticas e partir do desejo ou da necessidade dos alunos, dinamizar as aulas, tornando-as agradáveis e produtivas”. Para atuar como mediador o professor precisa ser criativo e flexível para alcançar o objetivo da aprendizagem.

Muitas habilidades e competências que precisam ser conquistadas no ambiente escolar resultam em rejeição e desinteresse por parte do aluno devido a alguns fatores como, a fragmentação do ensino, a prática tradicional ainda presente no trabalho do professor e o descaso deste com o processo de ensino. Quanto a isso, Belther (2014, p. 23) enfatiza que “o ensino e a aprendizagem não serão alcançados mediante a mera transmissão de conhecimentos. É preciso formar pessoas autônomas, capazes de entender o contexto ao seu redor e agir sobre ele”. Para isso, é imprescindível a atuação do professor como mediador do conhecimento no processo de ensino-aprendizagem.

Em virtude dos avanços tecnológicos e do processo de globalização é imprescindível uma mudança radical que possa resolver certos problemas e desafios com perspectivas de

superar as falhas e lacunas existentes na educação. Sendo assim, Piccoli (2012, p.45) acrescenta que é preciso “perceber os diferentes estilos de aprendizagem, as diferentes capacidades de concentração e os diferentes interesses para saber como lidar com a diversidade”. Cabe então a escola, mais precisamente ao professor, o redirecionamento quanto as novas possibilidades de avanços no processo de ensino-aprendizagem a partir de uma mediação que permita a formação de alunos capazes de agir com autonomia, segurança e criticidade, interpretando o mundo ao seu redor e agindo sobre ele, para isso é preciso que o professor adote o papel de observador para entender como cada aluno aprende.

Nesse contexto, reforçar-se também a formação do professor, ou seja, a sua qualificação profissional, cuja qualidade dos conhecimentos possibilita inovar suas práticas quanto ao ensino da leitura e escrita. Para mediar o conhecimento é fundamental que o professor se atualize as novas formas de interação comunicacional surgidas a todo instante, formas essas, que podem servir de suporte para o seu trabalho em sala de aula, favorecendo assim, o seu preparo profissional para a realidade da escola.

O mundo globalizado e informatizado requer profissionais formados e bem capacitados. Segundo a Lei nº 9394/96 a formação do professor é a de nível médio para atuar até o 5º ano do ensino fundamental, a partir do 6º ano do ensino fundamental, e alcançando a atuação no ensino médio, sua formação deve ser específica para a área da Língua Portuguesa, em nível superior.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

[...]

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância. (Brasil, 2017, p. 42).

A formação do professor é evidenciada em lei oficial e ela precisa acontecer para que a prática pedagógica se renove e seja significativa para o processo educativo. Nesse diapasão, Winter (2017, p. 145-146) comenta que a formação do professor deve ser sempre contínua emergindo “[...] das questões contemporâneas e dos problemas educacionais que

invadem as escolas e as salas de aula, exigindo que professores invistam em atualizações pedagógicas”. Quando os profissionais da educação começam a refletir sobre sua prática dentro de uma visão pedagógica, se torna mais fácil analisar as dificuldades que seus alunos têm no processo de aquisição da linguagem.

Portanto, pode-se dizer que o trabalho do professor é fundamental no processo de ensino-aprendizagem, pois para mediar o conhecimento, também é necessário o conhecimento docente que “[...] medeia a aquisição de sabedoria e humanização dos alunos, levando-os à reflexão e à construção humana” (Winter, 2017, p. 135). Ensinar a ler e escrever são ações que requerem a atuação do professor. No entanto, ele precisa estar sempre em contato com informações atualizadas para desenvolver uma prática pedagógica de qualidade.

Além disso, o professor precisa ser ousado implementando em seu currículo práticas metodológicas capazes de garantir o aprendizado da leitura e escrita para que todos os indivíduos possam ser cidadãos atuantes na sociedade, pois segundo Freire (2006, p. 71), desde a infância “[...] aprendemos a entender o mundo que nos rodeia. Por isso, antes mesmo de aprender a ler e escrever palavras e frases, já estamos “lendo”, bem ou mal, o mundo que nos cerca. Mas este conhecimento que ganhamos de nossa prática não basta. Precisamos ir além dele”. Entende-se então, que é na escola que se adquire o conhecimento necessário e complementar para a realização das ações diárias que requerem a uso da leitura e da escrita.

4.1.2. Práticas de letramento no currículo escolar

Desde o momento em que nasce, o homem utiliza-se de diferentes linguagens para se comunicar. Diante disso, percebe-se que a aprendizagem e a construção do conhecimento acontecem espontaneamente, de acordo com o seu ritmo de desenvolvimento e as conveniências que o meio lhe oferece. No entanto, é no espaço escolar que o indivíduo terá probabilidade de se apropriar do conhecimento sistemático para o fortalecimento da sua linguagem.

O processo de leitura e escrita tem grande relevância na aprendizagem do indivíduo, pois é através da apropriação dessas aptidões que o homem é inserido na cultura letrada, apropriando-se de um mundo amplo de conhecimentos e significados. Hein (2016, p. 6), corrobora dizendo que:

A escola é, por excelência, o lugar do ensino e da aprendizagem, o que é evidenciado principalmente na relação professor-aluno. Nesse espaço, aprender a ler e a escrever é o caminho mais propício para que o aluno se

constitua como o cidadão pleno, atuante e que transforma o seu entorno, podendo ultrapassar as fronteiras mais próximas e modificando sua realidade.

O desenvolvimento da capacidade de ler e escrever com compreensão precisam ser ensinados de forma sistematizada e responsável, desde o início do ensino fundamental, tornando-se contínuas e complementares a cada ano escolar, pois é preciso entender que esse trabalho não se finda na alfabetização.

Aquele que não saber ler não tem acesso aos diplomas, nem ao poderoso mundo das informações [...]. Vive, assim, à margem de nossa sociedade e tudo aquilo que ela oferece por meio da escrita. [...] Saber ler, apropriar-se da escrita, não torna uma pessoa mais inteligente ou mais humana, não lhe concede virtudes ou qualidades, mas lhe dá o acesso a uma ferramenta poderosa para construir, negociar e interpretar a vida e o mundo em que vive. (Cosson, 2014, p. 33).

Ler e escrever não são tarefa fáceis, por isso não basta ler por ler, ou escrever por escrever; é preciso atuar com compreensão ampliando o domínio da codificação e decodificação dos signos linguísticos, que superem a alfabetização e garantam a apropriação dos saberes que facilitam os processos de comunicação do homem na sociedade. Nessa perspectiva, é oportuno ressaltar a importância da inclusão das práticas de letramento no currículo escolar de forma que este possa ser promovido em todas as áreas do conhecimento.

Segundo Godoy (2014, p. 113), o letramento é o “estado ou condição de quem não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de leitura e escrita que circulam na sociedade em que vive, conjugando-as com as práticas sociais de interação oral”. O letramento acontece quando se aprende a utilizar a leitura e a escrita para interpretar as situações do dia a dia ocorridas em nível local e mundial para que o indivíduo se torne um sujeito pensante e atuante na sociedade.

Mais a fundo quanto a questão do letramento, Hein (2016, p. 4) cita Clarice Lispector que diz: “Escrevo porque à medida que escrevo vou me entendendo e entendendo o que quero dizer, entendo o que posso fazer. Escrevo porque sinto necessidade de aprofundar as coisas, de vê-las como realmente são”. O letramento proporciona o entendimento, tanto daquilo que se escreve, quanto daquilo que se lê, tornando a escrita mais clara e objetiva para a interpretação do leitor.

O Letramento implica a conquista de habilidades, com o a de ler e escrever para obter informação e interagir com ela fazendo uso das práticas sociais e articulando-as com as práticas de interação oral em cada situação vivida. Para Lima (2014, p 27), o letramento “[...]”

reconhece que o falante está constantemente aprendendo as práticas sociais de uso da escrita, da leitura e da oralidade [...]”. Diante desses conceitos e de uma sociedade cada vez mais complexa, cabe à escola, a adequação de seus currículos escolares, contemplando-os com as práticas de letramento para que a leitura e a escrita tenham significado para o aluno e, possibilitem inseri-lo a determinados papéis sociais nos diferentes eventos da linguagem. Em complemento a esses conceitos, Souza & Feba (2011, p. 7) acrescentam que:

[...] À medida que a sociedade moderna avança e as benesses do capitalismo dão origem à urbanização crescente e às estruturas econômicas mais complexas, as necessidades de alfabetização se impõem cada vez mais, pois da diversificação e da segmentação do trabalho resultam tarefas que exigem do sujeito domínio da leitura e da escrita no mundo letrado. As novas profissões dependem desses conhecimentos, uma vez que registros, instruções e muitos outros atos comunicativos se fazem através do papel.

O comportamento humano é movido pela informação, daí a importância do letramento, pois ele ultrapassa os muros escolares e se estabelece em diversas esferas sociais vivenciadas pelo indivíduo, pois segundo Piccoli (2012, p. 25), “pensar em letramento [...] implica considerar as práticas que ocorrem fora da escola, levando em conta os textos que circulam em diversos grupos sociais dos quais os alunos participam”. Complementando a ideia de Piccoli, Rossi (2015, p. 69) coloca que o “[...] letramento tem por consequência o indivíduo letrado, isto é, o estado ou a condição que um indivíduo passa a ter com o resultado da apropriação da escrita e da leitura”. Nesse contexto, o aluno passa a dominar as habilidades e competências da leitura e escrita, interagindo, compreendendo, interpretando e contextualizando com o seu cotidiano. Nesse sentido, ele passa a fazer uso da informação com intensa propriedade, pois já detém a capacidade de interpretar, articular e organizar a mensagem transmitida.

4.1.3. Contribuições da leitura e escrita na formação do cidadão

O desenvolvimento das capacidades de ler e escrever precisam ser estimuladas dentro e fora do espaço escolar, pois em todas as situações da vida cotidiana, o indivíduo está sempre em contato com a leitura e a escrita e, interagem com elas sem se dar conta de tal fato. No entanto, cabe ao professor, a escola e a própria família fomentar situações de leitura e escrita que contribuam para a formação do leitor/escritor crítico e atuante na sociedade, pois na escola, o “papel do professor requer a capacidade de ser criativo e flexível,

combinando métodos e procedimentos para possibilitar o aprendizado dos alunos” (Belter, 2014, p. 27). O aprender a ler e escrever exigem habilidades e desafios para a formação do cidadão. Nesse sentido, é fundamental não só a dinâmica interativa do trabalho do professor, como também, a disponibilidade do aluno e da família na apropriação dessa aprendizagem.

Sendo assim, é possível perceber que a leitura contribui para a produção do conhecimento e para o aprimoramento da escrita, pois ela ativa as funções intelectuais e cognitivas do cérebro para deixar fluir a imaginação, o pensamento e as ideias. Nas proposições de Costa (2017, p. 51), a leitura é tida como “uma prática libertadora ao permitir ao indivíduo o acesso ao mundo das palavras e a outros universos de saber”. Neste sentido, a leitura e a escrita são importantes instrumentos que contribuem para o desenvolvimento do indivíduo, levando-o a descoberta do novo, ao mundo dos sonhos e das fantasias que se mesclam-se ao mundo real vivido nas experiências do dia a dia.

Destarte, o professor precisa dominar os conteúdos necessários ao processo de ensino-aprendizagem que contribuam para a formação de leitores e escritores competentes capazes de compreender o mundo e agir sob ele com intenções de mudanças que possam beneficiar toda a sociedade. No entanto, há quem ainda não colabore para o hábito da leitura e escrita, visto ainda existirem muitos indivíduos pelo mundo afora sem o uso e usufruto dessas práticas, que são fontes de saber e que viabilizam a compreensão do outro e do mundo. Segundo os PCNs:

Não se formam bons leitores oferecendo materiais de leitura em pobrecidos, justamente no momento em que as crianças são iniciadas no mundo da escrita. As pessoas aprendem a gostar de ler quando, de alguma forma, a qualidade de suas vidas melhora com a leitura. (Brasil, 1997, p. 36).

Diante disso, é fundamental que a escola e seus respectivos professores apresentem aos alunos livros atualizados, com histórias marcantes e mais próximas a sua realidade como forma de fortalecer os objetivos do ensino e estimular o hábito da leitura nos alunos.

O trabalho realizado a partir da diversidade de gêneros textuais e a utilização de recursos tecnológicos são instrumentos que contribuem significativamente para a conquista de habilidades e competências necessárias a formação do cidadão. Santos (2012, p. 16), vai mais longe quando diz que, “textos artificiais ou em formato de frases soltas, que frequentemente víamos em cartilhas, como “Ivo viu a uva” ou “Vovô viu a vovó”, não colaboram para a percepção linguística dos alunos, nem para a sua formação como leitores”, pois na leitura e na escrita o indivíduo não aprende apenas a codificar ou decodificar os signos linguísticos, ele atribui sentido ao que lê e, conseqüentemente, ao que escreve,

ampliando dessa forma a sua visão de mundo para agir com autonomia na sociedade letrada em que está inserido, pois querendo ou não, o homem está imerso a essa cultura e precisa interagir com ela.

Corroborando com essa ideia, Carvalho (2010, p. 15) ressalta que:

[...] apresentar uma ampla variedade de textos é favorecer um mergulho no mundo da escrita, com a exploração de mil e uma possibilidades. [...] Para formar indivíduos letrados, não apenas alfabetizados, o repertório e as situações de leitura, tanto das crianças quanto dos jovens e adultos, precisa ser ampliado para conter diversos tipos de textos que circulem intensamente na vida social.

Entende-se então que ler, é compreender o mundo, é ter acesso aos conhecimentos acumulados pela humanidade, é comunicação e aprimoramento do senso crítico. Nesse sentido, Piccoli (2012, p. 45), alega que “é imprescindível planejar de forma que a intencionalidade pedagógica esteja direcionada ao desenvolvimento da leitura, da escrita e da oralidade”. As contribuições da leitura e escrita podem ser desenvolvidas a partir de novas e diversificadas estratégias produtivas de ensino que possam aprimorar o conhecimento do indivíduo e inseri-lo no convívio social com a finalidade de fazê-lo exercer a sua cidadania e agir positivamente no meio social onde vive.

No entanto, é dever da família, da escola e também da sociedade contribuir para que se resgate no indivíduo o gosto pela leitura, oferecendo condições de tempo e espaço para que estes indivíduos construam o seu próprio conhecimento, pois quem ler acumula uma bagagem cultural que será fundamental para a formação da cidadania, e a partir da diversidade de informações é possível interagir no mundo e transformá-lo conforme as suas necessidades vitais.

4.1.4. Estratégias de leitura e escrita para a produção de texto

Em meados da década de 80, o ensino da Língua Portuguesa estava pautado nas propostas tradicionalistas de ensino, onde o papel da escola era formar o aluno para um modelo idealizador de homem que nada tem a ver com a sua realidade. Os métodos de ensino utilizados pelos professores durante esse período se davam a partir da oralidade, na aplicação de exercícios e avaliações quantitativas, na repetição e na memorização.

No entanto, novas propostas de ensino eram vislumbradas para mudar os rumos da educação, onde o aluno conquistasse também o seu espaço e tivesse a oportunidade de

interagir para aprender melhor. Diante disso, novas propostas foram sendo aproveitadas e incorporadas ao processo de ensino-aprendizagem, possibilitando práticas pedagógicas inovadoras no ensino da leitura e escrita. O professor é um mediador, por isso é conveniente que escolha práticas metodológicas que possam se adaptar com as necessidades cognitivas dos alunos, organizando e planejando atividades que possam envolver o aluno no processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita.

Ao planejar é fundamental que o professor proporcione aos alunos um ambiente rico, motivador e diversificado de materiais escritos, possibilitando o contato com jogos, livros, revistas, gibis, músicas, filmes e recursos tecnológicos que hoje, são instrumentos de grande valia para o processo de ensino. Sendo assim, cabe ao professor criar um ambiente estimulador permitindo com que o aluno se sinta à vontade para criar, recriar e produzir dando respostas positivas às estratégias selecionadas para o avanço dessa aprendizagem.

A capacidade de ler com fluência e escrever com clareza e precisão, fazem parte das exigências sociais da atualidade. Nesse viés, é essencial que o professor estimule os educandos a exercitar as habilidades de leitura e escrita que envolvam a análise, síntese, e produção textual, sempre respeitando o nível de desenvolvimento de cada aluno. É importante também, que o professor oportunize momentos de interação e diálogo pelos alunos, onde eles também possam expor o que pesam sobre as temáticas sugeridas levando em consideração que eles são sujeitos ativos na construção do saber.

As práticas pedagógicas do professor frente as questões do ler e escrever precisam ser inovadoras e atualizadas, capazes de suprir e sanar as dificuldades existentes no ensino para então, formar cidadãos atuantes na sociedade em que vivem.

A metodologia é sustentada por princípios teóricos e expressa os objetivos da prática docente. Um conjunto de sugestões metodológicas, então, não é apenas uma sequência de procedimentos ou técnicas que podem ser repetidas por qualquer um, mas a explicitação da maneira como compreendemos aquilo que fazemos. Em outras palavras, a metodologia revela a práxis pedagógica, na qual teoria e prática não existem separadamente. (Tiepolo, 2014, p. 31-32).

Ao associar a teoria e prática, planejar e organizar atividades motivadoras que possam abarcar o aluno no processo de ensino e aprendizagem podem ser técnicas aproveitadas e incorporadas no processo educativo da leitura e escrita. Além disso, é preciso que o professor repense sua prática pedagógica e avalie suas ações na medida do possível visando modificá-las ou incrementá-las de novas e ousadas ações/atividades que incentivem

o aluno, desenvolvendo a sua capacidade crítica enquanto sujeitos do conhecimento. Nesse sentido, Freire (2006, p. 83) enfatiza que:

Não é possível praticar sem avaliar a prática. Avaliar a prática é analisar o que se faz comparando os resultados obtidos com as finalidades que procuramos alcançar com a prática. A avaliação da prática revela acertos, erros e imprecisões. A avaliação corrige a prática, melhora a prática, aumenta a nossa eficiência.

A leitura e a escrita são atividades muito complexas que requerem domínio, resignação, tolerância e responsabilidades entre todos os envolvidos no processo de aquisição da leitura e escrita. Portanto, ao implementar estratégias de leitura e escrita, é conveniente proporcionar aos alunos, dinâmicas de interação com o objetivo de construir um ambiente escolar harmonioso, participativo e flexível para atender as expectativas da clientela discente e docente, ao favorecer ações que contribuam para romper os vínculos do tradicionalismo no ensino. Sendo assim, Winter (2017, p. 209) diz que o professor deve:

[...] priorizar a construção de estratégias de verificação e de comprovação de hipóteses na construção do conhecimento, argumentação e desenvolvimento do espírito crítico. É importante desenvolver as potencialidades individuais, estimulando a autonomia e a segurança e, ao mesmo tempo, a competência para o trabalho coletivo.

Sendo assim, o desafio do professor de Língua Portuguesa para o trabalho com a leitura, escrita e produção textual é “[...] a mudança de metodologias, para que estimulem o aluno a se comprometer com a própria aprendizagem” (Winter, 2017, p. 221). Além disso, é fundamental que o professor promova algumas estratégias de leitura para acionar o conhecimento prévio do aluno em relação aos temas sugeridos, instigando o aluno a interagir com o texto e criando expectativas que o desafiem a buscar sempre mais do texto trabalhado.

CAPÍTULO 5

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

5. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Este capítulo tem como finalidade apresentar a trajetória percorrida durante a realização da pesquisa, bem como os conceitos a ela inerentes. Aqui, serão apresentados detalhadamente o tipo, o modelo e enfoque da pesquisa, assim como as técnicas e os procedimentos metodológicos apropriados a este estudo.

A justificativa de uma investigação conforme descreve Lakatos & Marconi (2003, p.2019), “consiste numa exposição sucinta, porém, completa, das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que tornam importante a realização da pesquisa”. Nesse contexto, a presente tese intitulada: “*A produção textual com o recurso didático no ensino da Língua Portuguesa na Escola Estadual Dom José Maritano*”, vem retratar a realidade do processo educacional no que se refere as questões da linguagem escrita, uma vez que nossas crianças, ainda não dominam o hábito da leitura e escrita, fator fundamental para sua inserção ao mundo letrado.

Vivemos em uma cultura predominantemente escrita, onde o aprender a ler e escrever exigem capacidade e superação de desafios. A preocupação com a aprendizagem da linguagem decorre da percepção de que os alunos não têm o domínio da escrita, por isso sentem dificuldades em escrever e, conseqüentemente em ler aquilo que escrevem, e isso se reflete desde os anos iniciais do ensino fundamental acarretando em dificuldades para os anos posteriores. Levando-se em consideração que o ensino de Língua Portuguesa é indispensável para a construção do conhecimento, o tema se torna importante porque busca investigar a prática da produção textual e sua aplicação em sala de aula, buscando compreender quais são os reais motivos para a persistência das dificuldades em ler e escrever apresentados pelos alunos da Escola Estadual Dom José Maritano.

Ensinar a ler e escrever não é uma tarefa fácil, e isso vem sendo uma das maiores preocupações no âmbito educacional em todos os níveis de ensino. Nesse sentido, é gravíssimo perceber o quanto a sociedade vive alienada em relação a conhecimentos tão importantes e significativos, que a impedem de alcançar um patamar mais evoluído, crítico e capaz de superar os desafios do mundo contemporâneo.

5.1. Fundamentação Metodológica

Para esclarecer com mais segurança o desenho metodológico da pesquisa, busca-se primeiramente conceituar os aspectos que darão suporte ao seu planejamento e a sua organização, com o método e a metodologia. Nas palavras de Prodanov & Freitas (2013, p. 26), há o esclarecimento de que o método é “o caminho, a forma, o modo de pensamento. É a forma de abordagem em nível de abstração dos fenômenos”. Ou seja, o método é o caminho sistemático para se chegar a um determinado objetivo, enquanto que a metodologia corresponde aos procedimentos executados para que o objetivo se realize. Métodos e metodologias são procedimentos que se interligam para obter um resultado mais eficiente.

Enquanto o método diz respeito ao caminho a ser percorrido para se chegar a determinado fim, a metodologia diz respeito aos procedimentos, ou seja, as técnicas empregadas na pesquisa para a conquista do objetivo esperado.

Para Kauark, Manhães & Medeiros (2010, p. 66), método é “um conjunto de etapas ordenadamente dispostas a serem vencidas na investigação da verdade, no estudo de uma ciência ou para alcançar determinado fim”. E nas palavras de Gil (2002, p.17), o método de pesquisa é “como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Diante desses conceitos compreende-se então, que o método e a metodologia se entrelaçam com o propósito de planejar e organizar o estudo, pautado em uma linha de raciocínio capaz de alcançar os objetivos propostos.

Aprofundando a pesquisa, é conveniente também conceituar o método científico, que segundo Lakatos & Marconi (2003, p. 83), é “[...] o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permiti alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões dos cientistas”. Sendo assim, pode-se dizer que os métodos científicos são as formas mais seguras para compreender os fatos, os fenômenos e o movimento das coisas.

5.2. Problema da Investigação

A utilização das práticas de Produção textual como ferramenta para estimular a leitura e escrita no ensino de Língua Portuguesa é um assunto bastante fundamental e deve ser apreciado, discutido, planejado e organizado de forma adequada pelos professores da disciplina. Pretende-se com essa pesquisa, verificar junto aos coordenadores pedagógicos e

professores da área de Língua Portuguesa, se o trabalho desenvolvido em sala de aula com os alunos do 9º ano do ensino fundamental, referente a prática da produção de texto, tem algum suporte teórico ou se a base das atividades realizadas pelo professor está fundamentada nos currículos elaborados pela escola, ou mais ainda, se está apenas em baseadas em suas experiências vividas no decorrer da profissão acreditando trazerem resultados mais satisfatórios ao processo de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, busca-se um problema para servir como o ponto de partida e iniciar a averiguação. Segundo Campoy (2018, p. 51), ressalta que o problema da pesquisa “é um ponto de partida para toda a investigação. É provavelmente a etapa mais importante do processo de investigação, já que implica em vários passos inter-relacionados”. Sendo assim, infere-se que o problema é o marco inicial que comanda o processo investigatório. Diante disso, foram levantados no trabalho de pesquisa as questões investigativas e o problema a ser pesquisado.

Atualmente, o trabalho realizado a partir da produção textual, com o agente facilitador da aprendizagem é bem desenvolvido pelo professor de língua portuguesa, embora seja um trabalho árduo e complexo, pois muitos alunos ainda não o hábito da leitura e escrita, o que dificulta no seu processo de interação e comunicação. E por se tratar de algo de suma importância para a interação e comunicação entre os homens exige-se certo cuidado no fazer pedagógico do professor. Mediante esse contexto se faz interessante responder as seguintes **questões investigativas**: De que forma o professor aplica a produção textual em sala de aula? Quais as dificuldades que o aluno enfrenta com relação a produção textual? Quais os fatores que contribuem para as dificuldades em ler, escrever e produzir? O professor de língua portuguesa está realmente capacitado para desenvolver um trabalho dinâmico e interativo que envolva a leitura, escrita e produção textual? O foco central se levanta em torno da seguinte problemática: **Como a produção textual vem sendo trabalhada para estimular a leitura e escrita na Escola Estadual Dom José Maritano, na cidade de Macapá/AP, com os alunos do 9º ano do ensino fundamental?**

5.3. Objetivos da Pesquisa

Os objetivos da pesquisa têm como função responder o problema exposto. Nesse sentido, Campoy (2016) esclarece que eles servem como guias para orientar e definir a trajetória da pesquisa.

Os objetivos são etapas que se constituem nas metas a serem alcançadas no desenvolvimento da pesquisa, aprofundando significativamente o conhecimento.

Neste caso, os objetivos da investigação são:

5.3.1. Objetivo Geral

- Analisar de que forma os professores da Escola Estadual Dom José Maritano se apropriam da produção textual para estimular a leitura e escrita no ensino de Língua Portuguesa.

5.3.2. Objetivos Específicos:

- Descrever as atividades/projetos oferecidas pela escola para trabalhar a produção textual com os alunos;
- Verificar qual a formação inicial e continuada do professor para facilitar o desenvolvimento da sua prática pedagógica frente as questões de produção textual;
- Observar a frequência e o modo como a produção textual está sendo trabalhada na sala de aula com os alunos;
- Compreender como as práticas pedagógicas, se utilizando da produção textual, contribuem para o processo de aprendizagem dos alunos.

FIGURA N° 2: Perguntas e Objetivos da Investigação

Objetivo Geral	Analisar de que forma os professores da Escola Estadual Dom José Maritano se apropriam da produção textual para estimular a leitura e escrita no ensino de Língua Portuguesa.
Objetivos Específicos	Perguntas
Descrever as atividades/projetos oferecidos pela escola para trabalhar a produção textual com os alunos.	<p>1- Quanto as orientações sobre a estrutura curricular de Língua Portuguesa, qual importância que as atividades de leitura, escrita e produção textual recebem?</p> <p>2- Há na escola algum projeto de produção de texto que possa ser desenvolvido pelo professor com os alunos?</p> <p>3- Que tipo de atividades de produção de texto você desenvolve em sala de aula com os alunos?</p>

	4- Qual a importância das atividades/projetos na vida escolar e pessoal do aluno?
Verificar qual a formação inicial e continuada do professor para facilitar o desenvolvimento da sua prática pedagógica frente as questões de produção textual.	<p>1- A escola desenvolve alguma formação continuada para a melhoria da prática pedagógica do professor?</p> <p>2- Qual o tipo de formação inicial e continuada dos professores de língua portuguesa do 9º ano da Escola Estadual Dom José Maritano?</p> <p>3- Qual a importância que a formação continuada proporciona para o professor no desenvolvimento do trabalho com a produção textual?</p>
Observar a frequência e o modo como a produção textual está sendo trabalhada em sala de aula com os alunos.	<p>1- Há alguma orientação de como a frequência e o modo com que a produção textual deve ser trabalhada em sala de aula?</p> <p>2- Em que proporção de tempo o trabalho com a produção textual é aplicado em sala de aula?</p> <p>3- No trabalho com a produção textual, o professor aplica a reescrita do texto pelo aluno?</p> <p>4- Como o professor trabalha a produção textual para estimular a aprendizagem do aluno?</p>
Compreender como as práticas pedagógicas, se utilizando da produção textual, contribuem para o processo de aprendizagem dos alunos.	<p>1- Há alguma orientação ao professor para a melhoria da prática pedagógica no desenvolvimento do trabalho com a produção de texto?</p> <p>2- A sua prática pedagógica desenvolvida hoje, contribui para a aprendizagem do aluno quanto a produção textual?</p> <p>3- Você acha que a produção textual contribui para melhorar a sua aprendizagem?</p>

5.4. Cronograma da Pesquisa

O Cronograma da pesquisa refere-se ao quadro onde se encontram as fases orientadora da pesquisa, contendo as atividades realizadas e o tempo previsto para cada ação.

Na primeira fase, após a revisão teórica, surge o desenho da investigação. Na segunda fase, podemos identificar a elaboração e validação dos instrumentos, e a terceira fase corresponde a aplicação dos instrumentos, coleta de dados, análise dos resultados e a elaboração das conclusões e propostas.

FIGURA N° 3: Programação das Ações

Fase	Atividade	Tempo	Meses
Primeira etapa	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão Teórica - Desenho da Investigação - Elaboração dos Instrumentos - Validação dos Instrumentos - Elaboração Final dos Instrumentos 	6 Meses	Fevereiro Março Abril Maio Junho Julho
Segunda etapa	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação dos Instrumentos - Coleta de dados - Processamento das informações 	3 Meses	Setembro Outubro Novembro
Terceira etapa	<ul style="list-style-type: none"> - Análise dos dados, discussão e elaboração dos resultados - Redação do informe final - Elaboração de propostas 	4 Meses	Dezembro Janeiro Fevereiro Março

5.5. Contexto Espacial e Sócio-Econômico da Pesquisa

O Brasil está localizado na América do Sul, sendo o maior país dessa América e o 5º do mundo em extensão territorial. Segundo o IBGE (2017), o Brasil possui uma área de 8.514.876.599 km², abrigando uma população de 207,7 milhões de habitantes, formados por brancos, pardos, negros, amarelos e índios. Seu espaço geográfico divide-se em 26 estados e 1 Distrito Federal. Além disso, está distribuído em cinco regiões conforme critérios e objetivos específicos de cada área.

O Brasil possui a maior economia da América Latina, sendo a segunda da América – atrás apenas dos Estados Unidos – e a sétima maior do mundo. Vem se expandindo no mercado nacional e internacional. Além de fazer parte dos BRICs, também participa de diversos blocos econômicos como o Mercosul, o G20 e o Grupo de Cairns. Tem como moeda oficial o Real (R\$), criada em 1994, servindo de base para as suas transações econômicas e financeiras que geram o seu desenvolvimento.

FIGURA N° 4: Localização Geográfica do Brasil



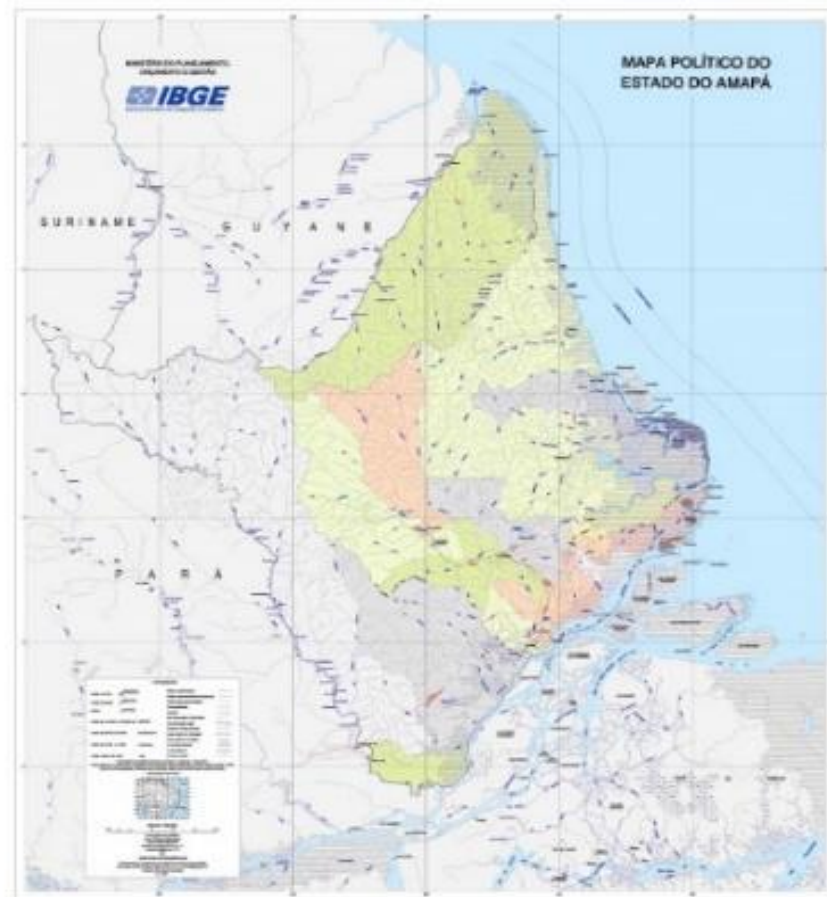
Fonte: IBGE, 2016

A República Federativa do Brasil tem como forma de governo a República Democrática, com um sistema Presidencialista. É formada pela união indissolúvel dos estados, distrito federal e municípios e organizada pelos poderes executivo, legislativo e judiciário, que exercem formas distintas e independente de administrar o Brasil. O idioma oficial do Brasil é o português, língua falada por quase toda a sua população.

No Brasil predomina o clima tropical, fundamental para o desenvolvimento dos diferentes biomas vegetais ao fornecer-lhes temperatura, luminosidade e umidade adequada para o seu crescimento.

No âmbito educacional a taxa de analfabetismo foi reduzida de 8,0% em 2015 para 7,2% em 2016. Para as pessoas de 06 a 14 anos de idade as taxas de escolarização aumentaram de 98,2% em 2015 para 99,2% em 2016, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (2015) e IBGE (2016).

FIGURA N° 5: Localização Geográfica do Estado do Amapá



Fonte: IBGE, 2017.

Entre 1580 a 1640, o Amapá era um vilarejo explorado por Portugal e Espanha, países que sempre disputavam para si a posse dessas terras. Em 1900, uma comissão de arbitragem em Genebra reuniu a posse de terra ao Brasil, sendo o Amapá incorporado ao estado do Pará com o nome Araguari. Em 1943, o Amapá é desmembrado do Pará tornando-se Território Federal e mais tarde, em 05 de outubro de 1988 passa a categoria de Estado, sendo decidido pela Constituição Federal de 1988.

O estado do Amapá situa-se na região norte do Brasil, limitando-se geograficamente com o Oceano Atlântico (a leste), a Guiana Francesa (ao norte), o Suriname (a noroeste) e o estado do Pará (ao sul). Possui uma área de 142.828.521 km², sendo o 18º maior estado do

Brasil, abrigando uma população de 797.722 habitantes distribuídos em 16 (dezesseis) municípios. Suas cidades mais populosas são: Macapá, Santana, Laranjal do Jarí e Oiapoque.

Agrega-se ao domínio geográfico amazônico e oceânico e é considerado um dos estados mais preservados do Brasil, tendo atualmente cerca de 75.027 km² de seu território protegido por áreas de proteção e conservação ambiental. Entre essas unidades de proteção estão: as áreas indígenas; as áreas quilombolas; as áreas biológicas, ecológicas e extrativistas; o Parque Nacional do Cabo Orange e o Parque Nacional das Montanhas de Tumucumaque, considerado a maior área protegida de floresta tropical do planeta, abrigando várias espécies de animais e plantas que integram a fauna e a flora da região. Essas áreas de proteção, formam juntas, o maior corredor da biodiversidade do país, sendo uma das mais inovadoras propostas de conservação e proteção do mundo.

No Amapá predomina o clima equatorial superúmido, fortalecendo a quantidade de calor e umidade fundamental para o desenvolvimento da biodiversidade. Sua economia baseia-se nas principais fontes de renda, com a agricultura, pecuária, mineração, indústria e serviços. Além disso, sua economia está diretamente ligada à preservação ambiental, com destaque também para as atividades extrativistas animal, vegetal e mineral.

No âmbito educacional, segundo o Censo demográfico de 2010 – a taxa de analfabetismo com idade de 18 anos ou mais foi de 6,50% e as taxas de escolarização com idade de 06 a 14 anos foi de 94,8%, apresentando taxas reduzidas e elevadas, respectivamente. Segundo o Censo escola 2017, o Amapá no que concerne à matrícula de alunos no ensino fundamental teve:

TABELA N° 1: Matrículas dos alunos no ensino fundamental de 09 anos no Amapá

Unidade da Federação Municípios Dependência Administrativa	Ensino Fundamental			
	Anos Iniciais		Anos Finais	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Amapá				
Estadual Urbana	129	0	613	0
Estadual Rural	107	0	74	0
Municipal Urbana	683	0	0	0
Municipal Rural	56	0	0	0
Estadual e Municipal	975	0	687	0

Fonte: INEP - Censo Educacional (2017)

FIGURA N° 6: Localização Geográfica de Macapá



Fonte: Ministério Público do Amapá (2011)

A cidade de Macapá está localizada ao sudeste do estado do Amapá, ocupando uma área territorial de 6.408.545 km², abrigando uma população de 474.706 habitantes.

A cidade de Macapá foi um dos primeiros núcleos populacionais a se desenvolver no Estado do Amapá, habitada inicialmente em 1751, por um casal de açorianos, oriundos das Ilhas de Açores, que aportaram às margens esquerda do rio Amazonas para ocupar a região, nascendo assim, a Vila de São José de Macapá.

Macapá é a única capital brasileira cortada pela linha do Equador. Além disso, abriga o patrimônio histórico cultural que compõe uma das sete maravilhas brasileiras: a Fortaleza de São José de Macapá.

Sua economia está pautada na agricultura, indústria e serviços. Com a criação da Zona de Livre Comércio de Macapá, a cidade possibilitou novas oportunidades de negócios para o seu desenvolvimento e avanço econômico.

No que concerne à educação, o Censo de 2010, ressalta que de acordo com a população, encontra-se um quantitativo de 73.588 analfabetos nessa região. Quanto a matrícula inicial para o ano de 2017, temos:

TABELA N° 2: Matrículas dos alunos no ensino fundamental de 09 anos em
Macapá

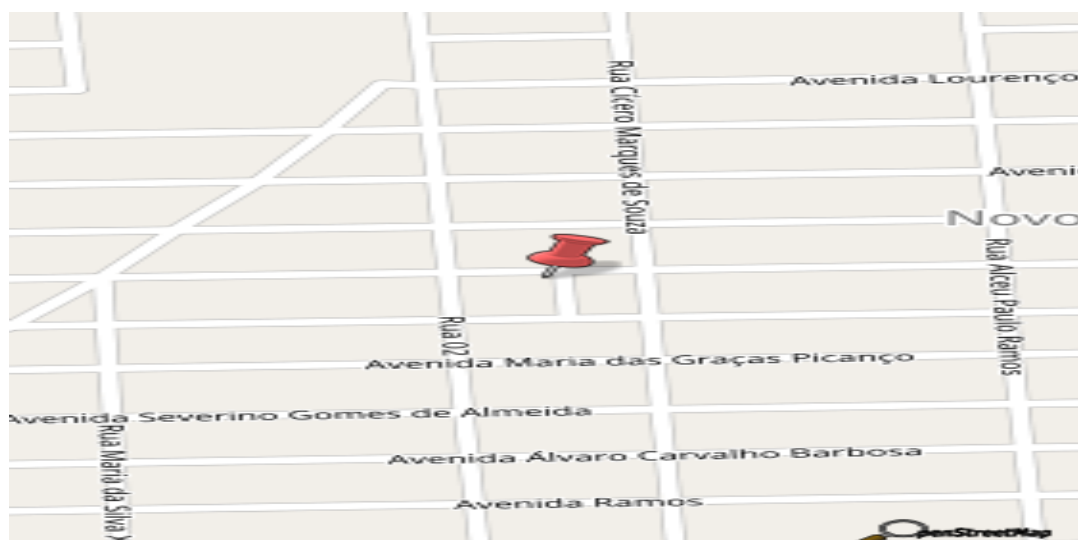
Unidade da Federação Municípios Dependência Administrativa	Ensino Fundamental			
	Anos Iniciais		Anos Finais	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Amapá				
Estadual Urbana	9.622	129	22.899	318
Estadual Rural	4.099	0	3.452	1
Municipal Urbana	20.782	0	52	0
Municipal Rural	2.623	104	0	0
Estadual e Municipal	37.126	233	26.403	319

Fonte: INEP - Censo Educacional (2017)

5.5.1. Delimitação da Pesquisa

A pesquisa será realizada no Brasil, no estado do Amapá, no município de Macapá, na Escola Estadual Dom José Maritano, situada no bairro Novo Horizonte, na avenida Alexandre Ferreira da Silva, n° 2204. O endereço eletrônico da escola é djm.maritano@yahoo.com.br, no entanto, ela não possui telefone para contato.

FIGURA N° 7: Localização Geográfica da Escola Dom José Maritano



Fonte: Google, 2018

Levando-se em consideração a existência de três escolas públicas da rede estadual de ensino, localizadas no mesmo bairro, sendo uma próxima a outra, selecionou-se a escola Dom José Maritano, localizadas no bairro novo Horizonte I, situada na rua Alexandre Ferreira da Silva, nº 2204, cujo CEP é: 68905-160. A referida escola é requisitada pela comunidade por ter uma boa localização no bairro e ofertar todos os anos do ensino fundamental de nove anos.

A escola supracitada, foi fundada no dia 04 de abril de 1994, sob o decreto estadual nº 4722 de 27 de dezembro de 1996, tendo como CNPJ: 0101647900001-17, seu nome é proveniente de uma homenagem feita ao Bispo Dom José Maritano, que desenvolveu um grande trabalho de solidariedade e amor ao próximo no estado do Amapá.

FIGURA N° 8: Escola Dom José Maritano



Fonte: Google, 2017

As práticas de leitura e escrita, habilidades fundamentais que dão suporte para a construção da produção textual, objeto de estudo desta dissertação de Mestrado, será realizado na Escola Estadual Dom José Maritano, localizada no município de Macapá, no estado do Amapá, na região norte do Brasil.

A escola foi obra de um grande padre chamado João Beli, que a projetou para ser concluída em apenas sete meses, recebendo o seu atual nome em homenagem ao Bispo Dom José Maritano, que desenvolveu um belíssimo trabalho de solidariedade e amor ao próximo no estado do Amapá. Essa escola sempre foi um prédio pertencente à Igreja Católica Nova e Eterna Aliança, que na época, firmou convênio com a Secretaria de Educação, alugando o prédio com finalidades educativas para atender a clientela local e de bairros vizinhos, sendo inaugurada em 04 de abril de 1994, atendendo 454 alunos com funcionamento em dois turnos.

A princípio, a escola atendia do pré-escolar até a 4ª série do ensino fundamental. Em 1995 foi implantado na escola, o ensino fundamental de 5ª e 6ª série, mas somente através do Decreto nº 4722 de 1996 que a escola foi autorizada a funcionar para atender toda a demanda escolar.

Com o passar do tempo, novas turmas foram surgindo e atualmente funciona em dois turnos (manhã e tarde), atendendo os anos iniciais e finais do ensino fundamental, com um total de 472 alunos regularmente matriculados, colaborando assim, com toda a sociedade amapaense.

Em 17 de março de 2018, a direção da escola foi assumida pela Professora Syntia Maria de Castro Trindade e Secretária escolar, a professora Especialista, Mestranda, Mª de Lourdes Aleixo Mendonça da Silva.

A escola Dom José Maritano escolhida para a pesquisa de campo desse estudo, é uma instituição educacional da rede pública estadual, que atende no ano de 2018 a 472 alunos, sendo distribuídos em dois turnos: manhã e tarde.

As crianças que estudam nos anos finais do ensino fundamental, entram no horário de 07:30h e saem às 11:30h. Já as crianças que estudam nos anos iniciais do ensino fundamental, entram no horário de 13:30h e saem às 17:30h, completando um tempo de 04 horas no ambiente escolar com o requisitado nas legislações oficiais de educação.

O quadro de funcionários da escola é formado por 38 docentes efetivos do quadro federal e estadual. O quadro da gestão administrativa e pedagógica é formado por 01 diretora, 01 secretária escolar, 02 auxiliares administrativos e 02 pedagogos. Ambos os funcionários estão divididos nos horários da manhã e tarde. A escola ainda apresenta o quadro do caixa escolar, formado por 04 merendeiras (02 da manhã e 02 da tarde) e 04 serviços gerais (02 da manhã e 02 da tarde).

No que tange ao espaço físico, a escola possui: 08 salas de aulas, sendo pela manhã: 01 turma de 5º ano; 02 turmas de 6º ano; 02 turmas de 7º ano; 02 turmas de 8º ano e 01 turma

de 9º ano. Pela tarde são: 02 turmas de 1º ano; 02 turmas de 2º ano; 03 turmas de 3º ano e 01 turma de 4º ano. Além disso, tem 01 sala de direção; 01 secretaria; 01 sala da coordenação pedagógica; 01 sala de professores; 01 laboratório de informática, 01 sala de educação especial; 01 sala de multimídias; 01 cozinha; 02 depósitos; 07 banheiros (03 masculinos, 03 femininos e 01 dos funcionários); 01 quadra e 01 refeitório.

A Escola Estadual Dom José Maritano é mantida com recursos provenientes da esfera federal e estadual. Nela se realizam no decorrer do ano alguns projetos pedagógicos como: a Festa da Família; a Festa Junina; o Projeto de Trânsito e o Projeto da Consciência Negra, todos envolvidos nas diversas áreas do conhecimento e com o propósito de contribuir para o desenvolvimento integral do aluno.

A escola é considerada pela comunidade local uma instituição que proporciona um ensino de qualidade, possuidoras de excelentes profissionais, que se propõe em enfrentar os desafios surgidos, com o simples propósito de formar indivíduos críticos, participativos e atuantes na sociedade em que vivem.

A procura por vagas é constante em todos os anos escolares durante todo o ano letivo. A escola atende a clientela do próprio bairro e de bairros adjacentes como o bairro do Jardim I; Jardim II e Novo Horizonte II. Sendo assim, ela possui a missão de promover uma educação de qualidade que contemple as necessidades do ser humano visando garantir o exercício da cidadania.

Sua finalidade é garantir ao educando situações de construção do conhecimento que possam beneficiar o seu crescimento pessoal e social de forma consciente, solidária, responsável, participativa e crítica, visando a sua integração e atuação no meio sociocultural. E com o princípio, a formação de ser sociável, transformador e responsável pela evolução e características da sociedade, com capacidade de interferir de forma benéfica na vida do próximo.

5.6. Participantes da Pesquisa

O processo de coleta de dados em campo, ocorrerá na Escola Estadual Dom José Maritano, localizada na cidade de Macapá-AP, Brasil, uma instituição pública que funciona com verbas públicas estaduais e federais provenientes da arrecadação da indústria e serviços públicos nacionais e federais.

A escola foi escolhida entre tantas outras instituições da rede estadual pelo fato de estar localizada em área periférica da cidade, lugar onde se acumulam inúmeros problemas

relacionados as questões de linguagem e comunicação entre seus alunos. No entanto, a escola supracitada é considerada pela comunidade local, uma instituição que proporciona um ensino de qualidade, possuidoras de excelentes profissionais, que se propõe em enfrentar os desafios surgidos, com o simples propósito de formar indivíduos críticos, participativos e atuantes na sociedade em que vivem.

Diante do contexto, a presente investigação é do tipo descritiva com enfoque qualitativo, sendo assim, foi escolhido como participantes da pesquisa os “indivíduos do campo de interesse da pesquisa, ou seja, o fenômeno observado” (Kauark, Manhães & Medeiros, 2010, p. 60). Tais indivíduos fazem parte do contexto a ser investigado, dessa forma, procurando atender os objetivos da pesquisa, foram escolhidos os seguintes participantes do “Trabalho desenvolvido a partir da produção textual” na escola e atuarem diretamente nos anos finais do ensino fundamental.

5.6.1. Coordenadores pedagógicos

Dois (02) coordenadores pedagógicos lotados na escola investigada, os quais atuam nos anos iniciais e finais do ensino fundamental realizando o assessoramento do trabalho do professor, tendo como finalidade, fortalecer a construção do conhecimento a partir de um suporte pedagógico voltado para a construção do currículo, seu planejamento e o acompanhamento de todo o processo educativo.

Sendo assim, o coordenador pedagógico passa a ser visto como o mediador entre o currículo e o professor, pois auxilia na articulação dos conteúdos propostos, oferecendo condições necessárias para o bom andamento do ensino, vislumbrando a qualidade do trabalho do professor e a aprendizagem dos alunos. Desse modo, a coordenação pedagógica é responsável por todas as ações que estão intimamente ligadas a condução do processo pedagógico dos professores, os quais estão vinculados a temática da pesquisa.

5.6.2. Professores da disciplina

Dois (02) professores atuando na área de Língua Portuguesa, desenvolvendo a mediação entre o aluno e o conhecimento em busca da formação cidadã. Os professores de Língua Portuguesa trabalham o ensino de forma contextualizada, com o objetivo de fomentar no aluno a capacidade de ler, escrever e produzir textos de maneira crítica e reflexiva para atuarem com autonomia na sociedade em que estão inseridos.

Todas as ações realizadas pelos professores de Língua Portuguesa estão intimamente ligadas aos objetivos específicos da pesquisa colaborando de forma significativa para o desenvolvimento do trabalho, apontando os aspectos mais importantes encontrados no decorrer de sua prática pedagógica.

5.6.3. Alunos do 9º ano do ensino fundamental

Vinte e oito (28) alunos do 9º ano do ensino fundamental. Essa categoria foi escolhida porque já passaram por todas as etapas do ensino fundamental. Sendo assim, são alunos que apresentam melhores condições para participar desse processo, e conseqüentemente, de responder as questões relativas a Produção Textual. Por terem vivido todas as etapas do ensino fundamental, os alunos do 9º ano, tem mais experiências com esses tipos de ações do que outros alunos de anos anteriores, sendo assim, estão mais familiarizados com os objetivos da pesquisa realizada.

TABELA N° 3: Participantes da Pesquisa

PARTICIPANTES DA PESQUISA	
Coordenadores Pedagógicos	02
Professores	02
Alunos	28

Na unidade em questão, pretende-se obter dados a partir da observação, do guia de entrevistas e das entrevistas, realizadas à equipe pedagógica, composta por 02 coordenadores pedagógicos e 02 professores da disciplina de Língua Portuguesa, que trabalham especificamente com as questões de linguagem e comunicação. Além destes, 28 alunos do 9º ano que estão no último ano do ensino fundamental, que também são alvos da investigação, por ser o foco das metodologias para o desenvolvimento das habilidades e competências nas questões de linguagem falada e escrita.

A coleta de dados será realizada no período de Setembro a Novembro de 2018, tempo hábil e suficiente para aplicação dos instrumentos da coleta de dados entre todos os participantes da referida pesquisa e, conseqüentemente para a sua análise. Em tal momento os integrantes da pesquisa estão em plenas atividades escolares facilitando assim, a realização do trabalho proposto.

5.7. Desenho da Investigação

Para subsidiar a produção do trabalho científico é necessário que o pesquisador empregue uma metodologia adequada e eficaz para a conquista de resultados benéficos à sua pesquisa, usufruindo de métodos e técnicas que ampliem a importância da sua produção. De acordo com Leão (2016, p. 105), a pesquisa é “um conjunto de atividades que tem como finalidade descobrir novos caminhos”. Sendo assim, é necessário que a pesquisa perpassa por várias etapas as quais são necessárias para o alcance do saber.

A construção do desenho metodológico da pesquisa, parte da investigação científica “A produção textual como recurso didático no ensino de Língua Portuguesa na Escola Estadual Dom José Maritano”. A temática da pesquisa surgiu a partir de observações e vivências, enquanto servidora da rede estadual de educação, na cidade de Macapá/AP, e pesquisadora da área em Letras Educação, ao presenciar alunos com baixo nível de desenvolvimento, tanto na leitura quanto na escrita, inseridos no espaço escolar.

Para esse propósito, o desenho metodológico da pesquisa que tem como propósito responder aos objetivos elencados na figura seguinte, a partir de uma pesquisa do tipo descritiva, com modelo transversal e enfoque qualitativo.

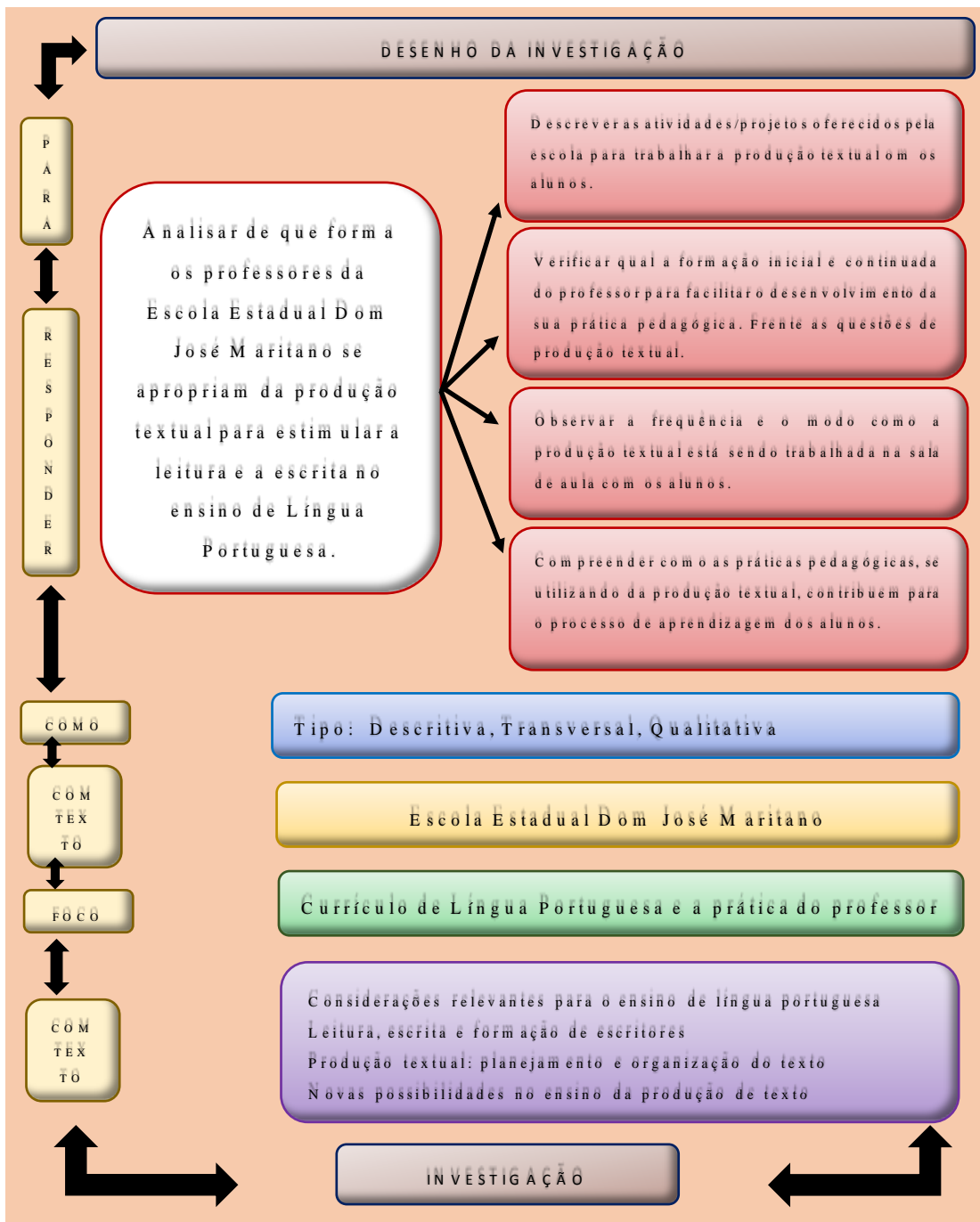
Por esse motivo, a pesquisa teve como contexto a Escola Estadual Dom José Maritano, atuando com foco no Currículo de Língua Portuguesa e na Prática Pedagógica do professor, explorados a partir da fundamentação teórica que aborda temas relevantes como as Considerações relevantes para o ensino de língua portuguesa Leitura; Escrita e formação de escritores; Produção textual: planejamento e organização do texto e as Novas possibilidades no ensino da produção de texto.

Para o desenvolvimento da pesquisa é necessário observar com especial importância o esquema de seu desenho metodológico da investigação, o qual servirá de estratégia indicando os passos a serem realizados no decorrer da pesquisa. Segundo Gonzáles, Fernández & Camargo (2014, p. 43), o desenho metodológico da pesquisa indicará “o tipo de investigação que se pretende realizar, e pela hipótese que se deseja verificar durante o processo”. Ao esquematizar um modelo/desenho, traça-se um plano de ação que oriente o pesquisador em cada etapa do trabalho, permitindo a ele o alcance dos objetivos estabelecidos e a eficácia das informações do conhecimento construído.

A pesquisa busca dados e informações sobre determinado assunto a ser pesquisado. Na visão de Perovano (2016, p. 150), “[...] o desenho da pesquisa parte dos objetivos de investigação científica, ou seja, da ideia da pesquisa. A elaboração do desenho da pesquisa

tem por finalidade a operacionalização de todas as variáveis previstas na pesquisa com base nos objetivos”. Portanto, o papel do pesquisador é buscar essa informação para a produção de novos conhecimentos, contribuindo para a formação da consciência crítica, além de possibilitar novos horizontes e novas pesquisas. Vejamos abaixo o seguinte desenho da investigação com os principais pontos a serem pesquisados:

FIGURA Nº 9: Desenho Metodológico da Investigação



Visando atender seus objetivos propostos, a presente pesquisa apresenta-se com uma tipologia Descritiva, que busca observar, analisar e compreender melhor a realidade do contexto educacional contribuindo positivamente para a solução dos problemas inerentes a temática discutida. Para Gil (2008, p. 47):

[...] as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis... São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população.

Na pesquisa descritiva não há a interferência do pesquisador, sendo assim, ele descreve o objeto da pesquisa e pontua as principais informações que fundamentarão a sua pesquisa. Prodanov & Freitas (2013, p. 52) concordam com essa visão ao esclarecer que, de fato:

O pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática.

Aqui, o pesquisador não pode interferir na realidade estudada, devendo apenas levantar as informações coletadas em cada situação vivida e observada, e aprofundar os conhecimentos de acordo com a temática proposta.

A pesquisa descritiva tem a preocupação em descobrir os fenômenos e relacioná-los a outros que possuem a mesma natureza e características. Perovano (2016, p. 155), acrescenta que os estudos descritivos têm como foco “especificar as propriedades, as características e os perfis de pessoas, populações e fenômenos sociais ou físicos”. Nesse diapasão, a investigação se propõe em analisar de forma descritiva estratégias de leitura e escrita na prática pedagógica do professor e, conseqüentemente, do currículo de Língua Portuguesa da Escola Estadual Dom José Maritano, no município de Macapá/AP, que objetivem sanar as dificuldades existentes na construção da produção textual que afetam o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Desse modo, a investigação busca descrever o planejamento do currículo de Língua Portuguesa, as práticas pedagógicas do professor e o conhecimento que ele possui frente as demandas do mundo contemporâneo, compreendendo a importância da prática da leitura e escrita para a formação do aluno e seu desempenho frente a compreensão e socialização do saber, que influenciam em sua inserção à sociedade letrada.

O modelo Transversal foi escolhido devido a investigação ser realizada em um pequeno e fixo espaço de tempo suficiente para levantar as informações precisas e necessárias para a viabilidade do estudo.

No modelo transversal, os pesquisadores “coletam dados em um só momento, em um tempo único. Seu objetivo é descrever variáveis e analisar sua incidência e inter-relação em dado momento (ou descrever comunidades, eventos, fenômenos ou contextos)” (Sampieri, Collado & Lúcio, 2006, p. 226). Dessa forma, a pesquisa tem como meta, observar o currículo e a prática pedagógica do professor de Língua Portuguesa frente a leitura, escrita e produção textual. Desse modo, os dados serão coletados e analisados nos meses de julho a outubro de 2018.

Durante esse período serão observados o currículo de Língua Portuguesa e o desenvolvimento da prática pedagógica do professor, analisando e comparando aos objetivos propostos na pesquisa sem manipulá-los ou intervi-los, apenas com o intuito de analisar as práticas de leitura, escrita e produção textual, desenvolvidas pelo professor com os alunos do 9º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Dom José Maritano, para após a observação, inferir análises fundamentadas em documentos, legislações e teóricos da área.

Dado o exposto, a pesquisa também apresenta-se com um enfoque Qualitativo, que conforme Knechtel (2014, p. 98), preocupam-se “[...] com o significado dos fenômenos e processos sociais, considerando-se as motivações, as crenças, os valores e as representações que permeiam a rede das relações sociais”, ou seja, ela compreende o significado e a intencionalidade do contexto social, privilegiando-se do contato e das informações coletadas, com o objetivo de impetrar uma visão mais detalhada do processo em questão.

Corroborando com as colocações de Knechtel, Perovano (2016, p. 151), acrescenta que na pesquisa qualitativa “o pesquisador realiza a coleta de dados diretamente no contexto em que os atores vivem e de que participam”. O enfoque qualitativo permite um maior arcabouço interpretativo dos dados coletados, proporcionando ao investigador estudar os indivíduos com maior intensidade no próprio ambiente natural do trabalho.

Já para Sampieri, Collado & Lucio (2006, p. 5) o enfoque qualitativo “é utilizado, sobretudo para descobrir e refinar as questões de pesquisa (...) com frequência esse enfoque está baseado em métodos de coleta de dados sem medição numérica, com as descrições e as observações”. Diante disso, pode-se dizer que a pesquisa com abordagem qualitativa dispensa o uso dos números, permitindo a compreensão do fenômeno a partir de observações e descrições dos fatos e fenômenos estudados como também realizando a análise interpretativa dos dados obtidos, dando significado a informação.

Conforme as colocações de Kauark, Manhães & Medeiros (2010, p. 26) no desenvolvimento da pesquisa qualitativa:

[...] há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Nesse contexto, toda a presente investigação analisa a Produção Textual, tendo como suporte as práticas de leitura e escrita desenvolvidas pelos professores da área de Língua Portuguesa, da Escola Estadual Dom José Maritano, no município de Macapá/Amapá, realizando a coleta de dados sem caráter quantitativo, a partir de descrições realizadas pelo pesquisador, através das técnicas de observações sistemáticas/estruturadas, os guias de entrevistas e as entrevistas abertas utilizadas de forma contextualizada e interpretativa.

5.8. Técnicas e Instrumentos da Coleta de Dados

Para a coleta de dados da presente investigação, foram utilizadas as seguintes técnicas: observação sistemática/estruturada, o guia de entrevista e a entrevista aberta. A escolha dessas técnicas e instrumentos justifica-se pela busca de informações que tenham por finalidade explicar o fenômeno que envolve o ensino-aprendizagem por meio da produção textual, além de responder e solucionar o problema proposto.

Sendo assim, apresentam-se em seguida as técnicas utilizadas para a coleta de dados e os instrumentos necessários para a investigação da pesquisa.

5.8.1. Observação Sistemática/Estruturada

A técnica da observação sistemática/estruturada é uma importante ferramenta para a coleta de dados, pois possibilita ao pesquisador se aproximando do fenômeno estudado e obter as informações necessárias para a realização da sua pesquisa. Kauark, Manhães & Medeiros (2010, p. 104), acrescentam que a técnica da observação sistemática/estruturada deve ter planejamento e ser “realizada em condições controladas para responder aos propósitos

preestabelecidos”. Sendo assim, a observação deve ser clara, exata e completa, devendo ter o planejamento prévio e a utilização fundamental de anotações para que haja o controle das informações adquiridas.

Nesse tipo de técnica o “observador sabe o que procura e o que carece de importância em determinada situação; deve ser objetivo, reconhecer possíveis erros e eliminar sua influência sobre o que vê ou recolhe” (Lakatos & Marconi, 2003, p. 193). Nesse sentido, a observação sistemática/estruturada da pesquisa finaliza observar as questões elencadas nos objetivos específicos que tratam das questões relacionadas a leitura, escrita e produção textual.

Dessa forma será analisado, então, o currículo de Língua Portuguesa, as atividades propostas pelo professor, e as estratégias de leitura e escritas utilizadas para sanar as dificuldades apresentadas pelos alunos, no que tange as questões de linguagem e comunicação. Lakatos & Marconi (2011, p. 78), ainda ressaltam que a observação sistemática deve se realizar “em condições controladas, para responder a propósitos preestabelecidos. Todavia, as normas não devem ser padronizadas nem rígidas demais”. De acordo com tais finalidade, a observação sistemática da presente pesquisa visa observar as questões tratadas nos objetivos específicos que versam sobre a utilização do eixo da Língua Portuguesa nos anos finais do ensino fundamental.

5.8.2. Guia de Entrevista

O guia de entrevista é um instrumento de verificação, que consiste em esclarecer os objetivos específicos da pesquisa em itens bem lavrados na forma de perguntas ordenadas que devem ser respondidas pelo entrevistado.

Com essa aparência, o guia será aplicado para os gestores (pedagógicos) e professores. Sendo assim, será composto por questões abertas, onde “os respondentes ficam livres para responderem com suas próprias palavras, sem se limitarem à escolha entre um rol de alternativas” (Kauark, Manhães & Medeiros, 2010, p. 109). O guia de entrevista permite uma total liberdade para os participantes dessa técnica, podendo para tanto, responderem sem se preocupar com escolhas ou alternativas.

O guia de entrevista permite que tudo acontece de forma livre e espontânea conforme a vivência do participante no ambiente pesquisado.

5.8.3. Entrevista Aberta

A técnica da entrevista aberta é de fundamental importância para a investigação da pesquisa, pois de acordo com Perovano (2016, p. 223), “nas entrevistas, investiga-se sobre os fatos vivenciados ou vistos pelas pessoas, as quais relatam o significado deles e definem suas observações, sentimentos e experiências com fala direta ao pesquisador”. Trata aqui de uma conversa amigável onde o objetivo proposto é a coleta de dados sobre a realidade dos fatos e fenômenos.

Segundo Lakatos & Marconi (2011, p. 80), nas entrevistas abertas ocorrem “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. Aqui as questões são formuladas com a finalidade de se obter dados para a pesquisa.

Dessa forma, obtém-se uma conversa estreita de natureza profissional entre o entrevistado e o entrevistador estabelecendo-se uma sequência lógica de raciocínio em relação ao conteúdo pesquisado. Mascarenhas (2012, p. 69), ressalta que a entrevista “não é apenas um bate-papo: é uma conversa que tem o objetivo de obter dados para a pesquisa. [...] serve para levantar informações que não encontramos em fontes bibliográficas, mas podemos obter conversando com as pessoas”. Sendo assim, a entrevista será aplicada de forma não estruturada, possibilitando que o entrevistado se sinta à vontade e livre para falar com mais desenvoltura sobre a temática investigada.

Segundo Gonzáles, Fernández & Camargo (2014, p. 36), esse tipo de entrevista “é mais flexível e aberta. No entanto, devem responder os objetivos da pesquisa”. Há liberdade para perguntar e para responder, por isso são flexíveis e abertas com a finalidade de se obter as informações mais detalhadas.

A entrevista aberta foi escolhida para ser realizada de maneira livre e dialogada entre os participantes da pesquisa, com o propósito de manter a direção desejada que supra os objetivos da temática em questão. Segundo Lakatos & Marconi (2011, p. 82), o pesquisador “tem a liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal”. Nesse sentido, os participantes da pesquisa serão entrevistados individualmente, de forma dialogada, não havendo qualquer interferência externa nas questões específicas sobre a temática em debate.

FIGURA N° 10: Técnicas Utilizadas na Pesquisa

Objetivos da investigação	Técnicas	Fonte de Informação
Descrever as atividades/projetos oferecidos pela escola para trabalhar a produção textual com os alunos.	Observação Sistemática/Estruturada Entrevista Aberta	Professores Coordenadores
Verificar qual a formação inicial e continuada do professor para facilitar o desenvolvimento da sua prática pedagógica frente as questões de produção textual.	Observação Sistemática/Estruturada Entrevista Aberta	Professores Coordenadores
Observar a frequência e o modo como a produção textual está sendo trabalhada na sala de aula com os alunos.	Observação Sistemática/Estruturada Entrevista Aberta	Professores Coordenadores Aluno
Compreender como as práticas pedagógicas, se utilizando da produção textual, contribuem para o processo de aprendizagem dos alunos.	Observação Sistemática/Estruturada Entrevista Aberta	Professores Coordenadores Aluno

5.9. Elaboração e Validação dos Instrumentos da Pesquisa

Para verificação da garantia e validade do conteúdo de um instrumento de pesquisa, solicita-se uma quantidade (quatro ou cinco) de professores da área disciplinar em que se situa a investigação, para fazerem apreciação sobre a pertinência das perguntas. Para Campoy (2016, p. 89), “a respeito da validez das técnicas, se entende que a validação é um processo contínuo que inclui procedimentos diferentes para comprovar se um questionário mede o que disse realmente medir”. Sendo assim, com a finalidade de verificar a adequação, clareza e coerência entre as questões elaboradas e os objetivos propostos a cada questão produzida.

Nesse sentido, para a validação dos instrumentos de coleta de dados foram construídos formulário com questões elaboradas para cada grupo de participantes, com o: coordenadores pedagógicos, professores e alunos, sendo posteriormente encaminhado para

análise de quatro doutores específicos da área em questão, para o assinalamento das dúvidas que porventura forem surgindo, com o também, para verificação sobre adequação e coerência entre as questões formuladas e os objetivos propostos na pesquisa.

Assim, a análise da adequação dos instrumentos (entrevistas) aos objetivos da pesquisa foi validado por quatro professores doutores na área de Linguagem, da Universidade Estadual do Amapá.

Assim os especialistas julgaram questões relacionadas a coerência e clareza das perguntas relacionando-as aos objetivos específicos desta pesquisa.

5.10. Procedimentos Para a Coleta de Dados

Os procedimentos para a coleta de dados serão as etapas que o pesquisador desenvolverá para a conquista das informações desejadas. Andrade (2009, p. 115), ressalta que “é a maneira pela qual se obtêm os dados necessários”, ou seja, o passo a passo/roteiro que será estabelecido desde o início da pesquisa.

A princípio, foi realizado o primeiro contato com a escola escolhida para o desenvolvimento da pesquisa, a partir de uma conversa formal com a diretora da escola e os gestores pedagógicos.

Nesse primeiro momento, foram apresentados a solicitação formal da investigação a diretora da escola, aos coordenadores, professores e alunos, foram apresentados também os propósitos e os objetivos da pesquisa, enfatizando a importância do trabalho com a produção textual para o desenvolvimento das competências discursivas do aluno na sociedade atual. Em seguida, foram realizadas as entrevistas abertas para os professores e coordenadores, utilizado-se um tempo razoável para a realiza-las, porém para os alunos, apesar de serem poucas perguntas, foi utilizado um tempo maior para a realização das entrevistas abertas devido a quantidade maior de participantes.

Para a realização da técnica de observação sistemática/estruturada entrou-se em contato com os professores e coordenadores para saber os dias das aulas de língua portuguesa e logo foi organizado um cronograma para a realização das observações na escola.

Mediante essa confirmação positiva do instrumento elaborado, iniciará a coleta de dados, realizando concomitantemente: a observação sistemática/estruturada na escola – estrutura física, biblioteca e recursos didáticos e tecnológicos) – das aulas dos professores de Língua portuguesa que atuam no 9º ano do ensino fundamental, do currículo escolar de

Língua Portuguesa, mantendo o foco na leitura, escrita e produção textual, onde as informações levantadas possam contribuir para a análise interpretação dos dados.

Dessa forma, as técnicas e os procedimentos expostos para a coleta de dados se ajustaram aos objetivos geral e específicos da pesquisa, oferecendo suporte para analisar as informações com base nos dados coletadas e observados, contemplando a importância do ensino de língua portuguesa com o forma de transformação social, pessoal e profissional no ensino fundamental, na Escola Estadual Dom José Maritano no município de Macapá/Amapá.

5.11. Técnicas de Análise e Interpretação dos Dados

A análise e interpretação de dados consiste em examinar o material coletado, observando possíveis falhas, erros ou dúvidas para posterior exposição dos significados encontrados no decorrer da pesquisa. Segundo Lakatos & Marconi (2003, p. 167), “a análise e interpretação são duas atividades distintas, mas estreitamente relacionadas e, como processo, envolvem duas operações” analisar e interpretar os fatos apurados na coleta de dados. Assim, as técnicas e procedimentos expostos se ajustam aos objetivos da pesquisa, oferecendo subsídios para analisar com base nas informações obtidas.

No que tange ainda as técnicas de análise e coleta de dados, Mascarenhas (2012, p. 84), ressalta que “o objetivo da análise é medir a frequência dos fenômenos e entender a relação entre eles”. Ou seja, é a experiência de comprovar as relações existentes entre os fenômenos estudados, enquanto que a interpretação é a atividade intelectual que procura dar um a definição mais ampla às respostas obtidas na pesquisa.

Diante disso, pode-se concluir que a análise e a interpretação de dados preocupam-se em expor o real sentido do material coletado, procurando estabelecer relações com os objetivos elaborados na pesquisa. Conforme Perovano (2016, p. 290), a análise qualitativa “consiste em um processo rigoroso e lógico no qual se atribui sentido aos dados analisados”, para então se chegar a conceitos compreensíveis, válidos e confiáveis.

Deste modo, essa etapa tem a finalidade de aperfeiçoar melhor a pesquisa, sendo imprescindível retom ar os estratos e objetivos iniciais. Nas palavras de Sampieri, Collado & Lucio, (2006, p. 489), “a análise dos dados não está completamente determinada, mas sim, prefigurada, coreografada ou esboçada, ou seja, começa-se a efetuar sob um plano geral, entretanto, seu desenvolvimento vai sofrendo modificações de acordo com os resultados”. Dessa forma, a presente investigação analisará e interpretará os dados coletados na

observação sistemática/estruturada, nos guias de entrevistas e nas entrevistas abertas, objetivando identificar a relação entre esses dados mediante as técnicas e o referencial teórico, com o propósito de evidenciar a relação existente entre eles, a fim de responder ao problema pleiteado e a realidade dos fenômenos em seu contexto.

Nessa pesquisa, as respostas são advindas das entrevistas abertas, aplicados aos professores, coordenadores pedagógicos e alunos, das observações e registros, realizados durante o desenvolvimento do trabalho a partir da produção textual que devem ser organizados sistematicamente a fim de responder ao questionamento da investigação, isto é, ter critérios para organizar e classificar os dados. Já a interpretação consiste em identificar a relação entre os dados coletados e o referencial teórico.

Sendo assim, utilizou-se como subsídio para a análise dos dados a metodologia de análise do conteúdo, que para Bardin (2011, p. 47), conceitua-se como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicações visando a obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

De acordo com o entendimento de Bardin, a metodologia de análise de conteúdo versa sobre uma técnica que pode ser aplicada em diversos discursos e em todas as formas de comunicação.

CAPÍTULO 6

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

6. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

No presente capítulo serão apresentados os resultados obtidos na investigação, a partir dos instrumentos de coleta de dados aplicados aos coordenadores pedagógicos, professores e alunos. Além disso, será apresentada também a análise e a interpretação desses resultados que tiveram como objetivo obter dados referentes a Produção textual como recurso didático no ensino de língua portuguesa na Escola Estadual Dom José Maritano.

Os dados coletados permitiram a realização de reflexões pertinentes e significativas para elaborar a conclusão do trabalho que tem como tema “A produção textual com o recurso didático no ensino de Língua Portuguesa na Escola Estadual Dom José Maritano”.

Nessa perspectiva, a metodologia utilizada, conforme descrita no capítulo anterior, deu suporte para caracterizar e detalhar o objeto de estudo da presente pesquisa, estando condizente com cada objetivo já referendado, nos quais possibilitaram interpretações e reflexões sobre o tema.

No processo da análise, o procedimento seguiu os seguintes passos:

a) A relação entre a teoria apresentada por autores que abordam a temática da produção textual, bem como o confronto entre o que os documentos oficiais preconizam o trabalho da produção textual com o fator de incentivo para a leitura e a escrita, justificando a sua importância perante a realidade presenciada na Escola Estadual Dom José Maritano, no ensino fundamental II no município de Macapá/AP;

b) As informações contidas no relatório da observação estruturada que foram realizadas durante os meses (Setembro a Novembro de 2018) na referida escola.

c) Os dados contidos nas guias de entrevistas realizados com os participantes (coordenadores pedagógicos, professores e alunos).

Nesse sentido analisarem essas informações relacionando sempre a importância da produção textual no percurso educacional do aluno a ponto de favorecer o incentivo para a apropriação da leitura e escrita a partir de atividades e a formação inicial e continuada para a melhoria da sua prática pedagógica frente a essa temática.

Sabemos que toda essa discussão tem na sua centralidade a figura do aluno, pois é ele o grande beneficiado pelo aperfeiçoamento contínuo e permanente do docente em busca

de uma prática que possa contribuir para o seu aprendizado. O Professor na sua luta diária, busca qualificar-se cada vez mais com o objetivo de garantir o sucesso na vida escolar de seus alunos, principalmente daqueles que não conseguem se alfabetizar plenamente e nem se preparar adequadamente para a vida na sociedade.

Nessa perspectiva, apresentaremos a seguir a análise da pesquisa de campo do presente estudo à luz dos autores e dos profissionais deste estudo, seguindo a organização seguinte:

- 1° Análise das respostas do 1° objetivo de acordo com os participantes;
- 2° Análise das respostas do 2° objetivo de acordo com os participantes;
- 3° Análise das respostas do 3° objetivo de acordo com os participantes;
- 4° Análise das respostas do 4° objetivo de acordo com os participantes.

6.1. ATIVIDADES/PROJETOS OFERECIDOS PELA ESCOLA

As atividades/projetos realizados pela escola, e conseqüentemente, pelos professores são momentos oportunos de leitura, escrita e produção textual.

Nesse sentido, cabe ao professor organizar, discutir e planejar suas atividades de forma dinâmica e atraente para que o aluno possa conscientizar-se da importância de se apropriar dessas competências e habilidades que servirão para toda a sua vida. Segundo Souza & Feba (2011, p. 147), “cabe à escola a relevante tarefa de ensinar a ler e escrever, por isso é necessário desenvolver uma política de leitura e de escrita que busque uma consciente formação leitora e produtora textual de crianças e jovens”. É dever da escola proporcionar aos alunos momentos de leitura e escrita para aprimorar a sua prática, só assim, os alunos conseguirão familiarizar-se com a leitura e a escrita se de fato estarem constantemente em contato com os recursos que disponibilizem tais habilidades.

Ressalta-se que durante o trabalho com as atividades de produção textual, vários fatores devem ser levados em conta, como as orientações, as estratégias e metodologias a serem aplicadas para ajudar a compreensão do que será proposto, o currículo, o tempo, o espaço, entre outros que revelam a dinâmica da produção textual.

Buscando conhecer a dinâmica do trabalho desenvolvido a partir da produção textual foram realizadas perguntas aos coordenadores pedagógicos, professores e alunos, que serão descritas a seguir.

Pergunta 1: Quanto as orientações sobre a estrutura curricular de Língua Portuguesa, qual a importância que as atividades de leitura, escrita e produção textual recebem ?

“Que devem ser mais próximas a realidade do aluno. Sim, elas são competências indispensáveis para serem incluídas no currículo. A importância é o aprendizado significativo para os alunos”. C1

“Os professores podem adaptar o currículo a realidade da sua clientela e encaixar nele aquilo que será mais relevante para o aluno. Sim, é fundamental. São habilidades e competências que os inserem ao mundo letrado de nossa sociedade”. C2

6.1.1. Relato dos coordenadores quanto ao currículo de Língua Portuguesa

Existem coincidências de que são dadas algumas orientações aos professores quanto a estrutura curricular de Língua Portuguesa.

A atividade de leitura, escrita e produção textual são conteúdos indispensáveis e de fundamental importância para o currículo, proporcionando um aprendizado significativo e a apropriação de habilidades e competências capazes de inserir os alunos ao mundo letrado da sociedade. Segundo Gonzáles Arroyo (2008, p. 12), orientar a estrutura curricular é “[...] buscar práticas mais consequentes com a garantia do direito à educação”. Portanto, cabe a escola e seu corpo técnico pedagógico realizar a orientação aos professores quanto ao currículo escolar, de forma que ele abarque os anseios da clientela estudantil.

Na Escola Dom José Maritano o momento de orientação acontece no planejamento escolar, uma reunião que ocorre semanalmente no horário do contraturno. Além desse momento, os professores recebem orientação sempre que possível fora do planejamento. Todas as ações e esforços realizados visam a melhoria da aprendizagem e do currículo de cada disciplina, principalmente, a de Língua Portuguesa, área de extrema importância para a formação do aluno. De acordo com a preposição acima, Moreira (2008, p. 19) acrescenta que:

Pode-se afirmar que é por intermédio do currículo que as “coisas” acontecem na escola. No currículo sistematizam-se nossos esforços pedagógicos. O currículo é, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que todos atuamos, o que nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração.

Nesse contexto, pode-se enfatizar a grande importância de se obter as informações e orientações precisas para estruturar o currículo a realidade do educando. As atividades/projetos desenvolvidos pela escola para o trabalho com a produção textual se constituem em ações sócio discursivas para agir sobre o mundo e dizer o mundo. Sendo também, uma oportunidade de lidar com a língua, seja ela falada ou escrita, em seus mais diversos usos do dia-a-dia.

Acredita-se que para a superação dos problemas de ensino-aprendizagem é necessário um planejamento que inclua atividades diversificadas e individuais, estudo constante, dedicação e muita competência. Sendo assim, esse foi um ponto observado durante o momento da coleta de dados, o planejamento do professor e as orientações que ele obtém para melhoria do currículo e do ensino.

Pergunta 2: Há na escola algum projeto de produção de texto que possa ser desenvolvido pelo professor com os alunos?

“Sim, a escola possui um projeto voltado para o trabalho de produção textual, com a finalidade de aperfeiçoar leitura e a escrita dos alunos. É o projeto Refacção Textual, que tem por objetivo otimizar a compreensão, inteligência e produção de textos escritos”. C1

“Sim. Existe um projeto voltado para essa finalidade. Porém, ele precisa ser reavaliado e, conseqüentemente, ser modificado ou melhorado de acordo com as novas demandas apresentadas pelos alunos”. C2

6.1.2. Análise do coordenador em relação aos projetos de produção de texto

O trabalho com projetos direcionados especificamente, para a área de língua portuguesa, é uma ferramenta primordial para a construção do conhecimento. É uma oportunidade de possibilitar ao aluno uma aprendizagem integrada de leitura, escrita e produção textual preparando-o para as diversas situações de comunicação existentes na sociedade.

A escola é possuidora de um projeto intitulado ‘Refacção Textual’. Esse projeto engloba a leitura, a escrita e a produção textual, pois ele tem por objetivo otimizar a compreensão, inteligência e produção de textos escritos. Porém, ele precisa ser revisto e

melhorado conforme as necessidades apresentadas pelos educandos. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa:

A importância e o valor dos usos da linguagem são determinados historicamente segundo as demandas sociais de cada momento. [...] Para a escola, com o espaço institucional de acesso ao conhecimento, a necessidade de atender a essa demanda, implica uma revisão substantiva das práticas de ensino que tratam a língua como o algo sem vida e os textos como o conjunto de regras a serem aprendidas, bem como a constituição de práticas que possibilitem ao aluno aprender linguagem a partir da diversidade de textos que circulam socialmente. (Brasil, 1998, p. 25).

Diante disso, é imprescindível esse olhar mais atento para a reorganização das atividades e projetos voltados para o trabalho com a produção textual, pois os alunos sentem necessidades específicas que precisam ser vistas e, conseqüentemente, sanadas para o seu progresso. Segundo as observações, professores e coordenadores discutem sobre determinados assuntos que envolvem as atividades significativas para o aprendizado dos alunos. Comentam sobre as experiências vividas para que possam ser aproveitadas pelos demais colegas quando necessário, para amenizar as dificuldades apresentadas pelos alunos.

Como bem ressalta os PCNs, as demandas e necessidades surgem a cada momento. Sendo assim, é preciso sempre reorganizar as atividades e projetos adequando-os conforme os problemas surgidos, ou seja, revisá-los conforme as necessidades apresentadas pelos alunos.

O trabalho com projetos se propõe operacionalizar uma prática pedagógica que reflita coletivamente sobre a proposta pedagógica das escolas, envolvendo o planejamento das atividades educativas, as estratégias e recursos a serem utilizados, e uma avaliação com um viés para o ensino-aprendizagem visando garantir que todos os alunos conquistem habilidades e competências que lhes sirvam para a vida em sociedade.

Pergunta 3: Que tipo de atividades de produção de texto você desenvolve em sala de aula com os alunos?

“As principais atividades que desenvolvo com os alunos são: produção de textos narrativos do cotidiano do aluno, refacção textual, produção de dissertações acerca de temas atuais, tais como drogas, eleições presidenciais, violência e outros. Além das produções textuais procuro

trabalhar muitas leituras para que o aluno obtenha as informações necessárias para produzir". P1

"Produção textual a partir de imagens, desenhos, músicas, poesias; redação, seja ela dissertativa, descritiva ou narrativa. Sempre procuro relacionar os temas ao cotidiano do aluno e da sociedade e realizar leituras". P2

6.1.3. O que dizem os professores quanto as atividades de produção de texto

Percebe-se que há a preocupação dos professores em diversificar o trabalho com a produção textual em sala de aula.

Além disso, os professores também aproximam a produção textuais com temas que são de fundamental importância para serem discutidos, pois tratam da realidade, do cotidiano em que vive cada aluno. Coelho & Palomares (2016, p. 59), acrescentam que em todos os tipos de atividades que envolvam a produção textual "[...] os professores devem sempre atuar com o mediadores. Acompanhar a leitura dos textos, criar novas práticas a partir do desejo ou da necessidade dos alunos, dinamizar as aulas, tornando-as agradáveis e produtivas". A preocupação em diversificar a prática pedagógica está na atitude de levar o aluno para além dos muros escolares, pois em cada situação social ele requer um tipo de linguagem para interagir com seus pares.

Sendo assim, o texto pode ser idealizado de diferentes formas podendo ser uma imagem, um símbolo, uma música ou um desenho etc. Almeida (2015, p. 10), ressalta que "dentre essa variedade podem ser propostos exercícios a partir de imagens; de vídeos curtos; da audição de textos; de modelos expostos; de histórias lidas; de músicas ouvidas e trabalhadas em sala de aula; de poemas e de outras vivências possíveis", porém todas essas formas textuais são mais significativas quando apresentadas de forma contextualizada, para que forneçam sentido e repassem a mensagem desejada para que haja a compreensão pelo leitor.

Viu-se que ambos os professores desenvolvem atividades de leitura, escrita e produção textual em sala de aula com seus alunos. E, além disso, eles enfatizam a grande e fundamental importância que essas atividades operam na vida do aluno, auxiliando sua lógica, seu raciocínio e sua visão de mundo.

Formar bons leitores e escritores é extremamente algo desafiador. Lima (2012, p. 179), ressalta que "nesse cenário, a escola organiza a sua prática, cabendo a ela, juntamente com os professores, discutir que perfil de ser humano se espera formar. Essa pode ser

considerada a tarefa primordial das instituições escolares”. De fato, as atividades que envolvem a leitura, escrita e a produção textual são conhecimentos cruciais que determinam as potencialidades do aluno. São atividades que merecem destaque e atenção tanto do professor, quanto da escola como um todo, pois tais atividades são os recursos necessários para a completa formação do aluno.

Nesse contexto, observa-se que o ensino de língua portuguesa se destina a preparar o aluno para lidar com a linguagem nas diversas situações de interação utilizadas diariamente, pois o domínio da língua é fator fundamental para o acesso à leitura e a escrita, habilidades que servem de base para as demais áreas do conhecimento.

Pergunta 4: Qual a importância das atividades/projetos na vida escolar e pessoal do aluno?

“É fundamental, porque eu aprendo a ler e escrever melhor para interagir com meus colegas”. A1

“As atividades me ajudam a aprender aquilo que é difícil para mim”. A2

“São importantes para minha vida, pois eu quero ter um bom emprego, mas para isso preciso superar as minhas dificuldades na escrita. Eu aprendo realizando as atividades que a professora passa”. A3

“Preciso aprender para conversar bem com os meus amigos fora da escola e também para tirar boas notas em português. Por isso as atividades são importantes para mim”. A4

“As atividades realizadas pelo professor são muito boas. Eu aprendo melhor e utilizo não só na escola como em casa e com os meus amigos”. A5

“As atividades me ajudam a escrever melhor as minhas mensagens no telefone. Eu aprendo a escrevê-las corretamente”. A6

“São importantes porque eu aprendo a escrever melhor as minhas mensagens nas redes sociais”. A7

[...]

6.1.4. Análise dos alunos sobre a importância das atividades/projetos

Para que aconteça a compreensão das atividades/projetos pelos alunos, os professores de língua portuguesa se apropriam de recursos tecnológicos variados e utilizam uma vasta bagagem de gêneros textuais, além das atividades que envolvem a oralidade, perguntas e

respostas, leitura em grupo e individualmente. Tudo para fomentar o gosto pela leitura e escrita a partir do trabalho desenvolvido com a produção textual. Segundo os PCNs (Brasil, 1998, p. 22), cabe então ao professor e a escola como um todo:

Organizar situações de aprendizado, nessa perspectiva, supõe: planejar situações de interação nas quais esses conhecimentos sejam construídos e/ou tematizados; organizar atividades que procurem recriar na sala de aula situações enunciativas de outros espaços que não o escolar, considerando-se sua especificidade e a inevitável transposição didática que o conteúdo sofrerá; saber que a escola é um espaço de interação social onde práticas sociais de linguagem acontecem e se circunstanciam, assumindo características bastante específicas em função de sua finalidade: o ensino.

Se o professor buscar a ajuda necessária no momento adequado para dinamizar as atividades/projetos o aluno se sentirá mais motivado a aprender. Ao fazer uso de boas atividades, o aluno aprenderá com mais facilidade, e as dificuldades surgidas no processo de aprendizagem serão mínimas e deverão ser colocadas em evidência, não como fracasso escolar, mas sim como desafios a serem encarados e vencidos, dando oportunidades ao aluno de serem pessoas independentes.

O desenvolvimento do saber linguístico requer leitura crítica e compreensiva de textos diversificados, produção escrita, organização estrutural da língua e percepção das diferentes linguagens como estratégias de compreensão do mundo. Nesse sentido, é fundamental o desenvolvimento de atividades/projetos diversificados utilizados como ferramentas indispensáveis e complementares para a construção do conhecimento, pois tais ferramentas serão de fundamental importância para o aluno em sua vida pessoal e profissional desenvolvida para além dos muros escolares.

6.2. FORMAÇÃO CONTINUADA: MELHORIA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

A formação do professor, tanto inicial quanto continuada objetiva dotar os docentes de conhecimentos e qualidades, buscando-se inovar a prática educacional nas escolas, pois produzir novos e diversificados conhecimentos, além da troca de experiências, torna o docente um profissional mais crítico, reflexivo e capaz de refazer a sua prática sempre pensando no futuro de seus alunos. Segundo Oliveira (2013, p. 33), a formação continuada acumula, além das experiências “conhecimentos e saberes, e, por assim pensar [...] a troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais

cada professor é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e de formando”.

Dessa forma, pode-se dizer que a formação continuada promove não só a aprendizagem do aluno, mas também a do próprio professor, que adquire as informações necessárias para o seu aprimoramento profissional e, conseqüentemente, para as possíveis modificações em sua prática pedagógica a ponto de possibilitar a qualidade do ensino. Quanto mais se avançam os estudos com o aluno, a formação e capacitação do professor deve também progredir, pois sua formação refletirá na sua prática pedagógica e conseqüentemente na qualidade dos resultados obtidos.

Partindo do pressuposto da formação continuada para a melhoria da prática pedagógica, foram entrevistados coordenadores e professores, a fim de compreender como ela contribui para a melhoria da prática profissional.

Pergunta 1: A escola desenvolve alguma formação continuada para a melhoria da prática pedagógica do professor?

“Infelizmente a escola não desenvolve no momento, visto estarmos em fase de construção do PPP, mas já visualizamos algumas ações voltadas para a formação do professor para um trabalho direcionado as questões de produção textual”. C1

“Não. Apenas a Secretária de Educação do Estado oferece cursos de formação para esses profissionais, com vistas a melhoria da sua prática pedagógica”. C2

6.2.1. O que nos revelam os coordenadores sobre a formação continuada

Os coordenadores da escola reafirmam que não há nenhuma capacitação para os profissionais da educação em língua portuguesa na escola. Além disso informam que o Projeto Político Pedagógico da referida escola está em fase de construção, e que a formação do professor voltado para o ensino da produção textual possa ser uma das ações a serem organizadas.

No entanto, alguns professores participam dos cursos de formação oferecidos pela secretária de educação do estado voltado para a melhoria da prática do professor, visando a transformação das práticas educativas tradicionalistas, sucateadas e inadequadas,

principalmente, aquelas voltadas para o trabalho com a produção textual, prática muito utilizada por adolescentes, jovens e adultos na contemporaneidade.

A formação do professor tem o objetivo capacitá-lo através de cursos teóricos e práticos, além de questões reflexivas sobre a prática educativa desenvolvida em sala de aula, que possam estar focados para os problemas reais vigentes, que envolvem a realidade do aluno, da escola e da comunidade local.

Busca-se então, a formação do professor crítico, que possa estar contribuindo para a formação de cidadão autônomos e conscientes de seu papel na sociedade, focados na construção de produções textuais eficientes que levem a informação adequada aos diversos pontos da sociedade.

Embora não exista formação continuada oferecida pela referida escola aos professores, a coordenação pedagógica se esforça ao máximo para manter as reuniões em dia, pois nela há discussões e troca de experiências entre todos para a construção de situações concretas para a resolução dos problemas surgidos e o benefício de todo o processo de aprendizagem.

A formação de professores se coloca, portanto, como necessária para que a efetiva transformação do ensino se realize. Isso implica revisão e atualização dos currículos oferecidos na formação inicial do professor e a implementação de programas de formação continuada que cumpram não apenas a função de suprir as deficiências da formação inicial, mas que se constituam em espaços privilegiados de investigação didática, orientada para a produção de novos materiais, para a análise e reflexão sobre a prática docente, para a transposição didática dos resultados de pesquisas realizadas na lingüística e na educação em geral. (Brasil, 1998, p. 67).

A formação continuada enfraquece a fragmentação do ensino e eleva o conhecimento cultural do professor possibilitando-lhe a reflexão acerca do trabalho desenvolvido, a modificação do pensamento, o desenvolvimento das suas próprias ações e atitudes e a melhoria do ensino aprendizagem, ou seja, ela possibilita perspectivas de mudanças para a conquista de objetivos e metas a serem alcançadas a partir de uma prática pedagógica inovadora.

Sendo assim, é oportuno que a escola reavalie suas ações a ponto de encontrar possíveis soluções para que o professor frequente permanentemente cursos que lhe capacitem para o trabalho e para a aquisição do conhecimento.

Pergunta 2: Qual o tipo de formação inicial e continuada dos professores de Língua Portuguesa do 9º ano da Escola Estadual Dom José Maritano?

“Os professores possuem graduação na área de Letras e também tem cursos de pós-graduação. Além disso, eles estão sempre participando de alguma formação por conta própria com a finalidade de obter mais conhecimentos para a melhoria de seu trabalho. Nosso PPP está em fase de construção, e a formação continuada do professor é uma ação que não pode faltar. Estamos fazendo o levantamento das reais necessidades tanto do professor quanto do aluno para o benefício de todos”. C1

“Os professores de Língua Portuguesa são licenciados em Letras e possuem também a pós-graduação, além de cursos diversificados que garantem uma formação para a melhoria do ensino-aprendizagem. A formação continuada é uma ação a ser realizada pela escola com a finalidade de propor a formação ao professor para a garantia da qualidade do ensino”. C2

6.2.2. O que revelam os coordenadores sobre a formação dos professores

Os coordenadores admitem que os professores de língua portuguesa possuem a formação, em nível superior, além de pós-graduação e demais cursos que objetivam a sua qualificação para o trabalho desenvolvido.

A formação continuada dos profissionais da educação em língua portuguesa tem como objetivo, propor novas estratégias de ensino que possam ultrapassar o tradicionalismo em busca de melhorias e inovações para a prática pedagógica, induzindo esses profissionais a estarem em contato direto e constante com discussões teóricas da atualidade, que possam contribuir para a mudança de suas ações e a qualidade do ensino-aprendizagem.

Corroborando com essas questões, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica expressam em seu artigo 57, §2º a formação inicial e continuada do professor e sua valorização profissional promovendo o desenvolvimento de suas atribuições, pautadas no respeito e na qualidade do ensino, além das necessidades de sua preparação para:

Art. 57. Entre os princípios definidos para a educação nacional está a valorização do profissional da educação, com a compreensão de que valorizá-

lo é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética, ambiental.

§ 2º Os programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, vinculados às orientações destas Diretrizes, devem prepará-los para o desempenho de suas atribuições, considerando necessário:

- a) além de um conjunto de habilidades cognitivas, saber pesquisar, orientar, avaliar e elaborar propostas, isto é, interpretar e reconstruir o conhecimento coletivamente;
- b) trabalhar cooperativamente em equipe;
- c) compreender, interpretar e aplicar a linguagem e os instrumentos produzidos ao longo da evolução tecnológica, econômica e organizativa;
- d) desenvolver competências para integração com a comunidade e para relacionamento com as famílias. (Resolução, nº 4, 2010).

Ressalta-se ainda no artigo 58 do mesmo documento, que a formação do professor não se esgota com a sua licenciatura. Diante disso, Coelho & Palomanes (2016, p. 19) ressalta que “essa formação, é evidente, não se completa com o final do curso, mas se continua revendo-se, renovando-se, ampliando-se ao longo do exercício do trabalho pedagógico”. Sendo assim, essa formação deve ser sempre complementada e atualizada de saberes e ações que contribuam para a realização de um trabalho de qualidade, que seja duradouro e eficiente.

Nesse diapasão, Colello (2011, p. 237) complementam que “o ato de ensinar envolve ação especializada do professor para promover a aprendizagem de seus alunos”, portanto, a formação continuada deve propor novos métodos de ensino e induzir os profissionais da educação em Língua Portuguesa o contato com as discussões teóricas da atualidade objetivando mudanças na ação pedagógica da escola como um todo.

Pergunta 3: Qual a importância que a formação continuada proporciona para o professor no desenvolvimento do trabalho com a produção textual?

“A importância é justamente o fortalecimento e a inovação da sua prática pedagógica visando a melhoria da qualidade do ensino”. P1

“A formação continuada dá oportunidade ao professor para conhecer o novo, como também, a diversidade de metodologias que podem facilitar o seu trabalho. Além do conhecimento que é fundamental, a formação gera

perspectivas de mudanças em sua prática pedagógica em sala de aula com seus alunos". P2

6.2.3. A importância da formação continuada, segundo os professores

Os professores de língua portuguesa admitem que a sua formação continuada é de suma importância para a qualidade do ensino, pois oportuniza momentos de reflexão e busca do novo visando a melhoria da sua prática pedagógica e, conseqüentemente, do ensino. Quanto a essa formação, Ferreira (2014, p. 38) esclarece que:

A docência requer formação profissional para o seu exercício: conhecimentos específicos para exercê-lo adequadamente ou, no mínimo, a aquisição de habilidades e dos conhecimentos vinculados à atividade docente para melhorar sua qualidade. Outra característica da docência está ligada a inovação, quando rompe com a forma conservadora de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar; reconfigura saberes, procurando superar as dicotomias entre conhecimento científico e senso comum, ciência e cultura, educação e trabalho, teoria e prática [...].

Diante disso, é oportuno mencionar que o ensinar exige do professor uma formação específica de acordo com o trabalho desenvolvido possibilitando o aprimoramento da prática, o trabalho com mais autonomia, compromisso e responsabilidade com a aprendizagem dos alunos.

Nesse diapasão, Ferreira (2014, p. 39) ainda complementa dizendo que “a formação do professor é uma ação contínua e progressiva que envolve várias instâncias, e atribui uma valorização significativa para a prática pedagógica, para a experiência como componente constitutivo da formação”. Portanto, conclui-se que a formação do professor é um elemento fundamental para a inovação da prática pedagógica com vistas a melhoria do ensino-aprendizagem.

Observa-se nas falas dos professores que é de conhecimento de todos, que a escola funciona sem o aparato de um Projeto Político Pedagógico em vigor, estando, portanto, o da referida escola, em processo de construção.

Também se observa que a formação continuada é um anseio desses profissionais da educação, pois há entre eles uma dificuldade em realizar determinados cursos devido a coincidência nos horários dos cursos oferecidos e o do trabalho do professor, o que acaba

fazendo com que eles não participem de capacitações fundamentais para o seu processo de formação.

O trabalho com a produção textual é algo muito complexo que requer informação e formação, no entanto, como exposto acima, infelizmente a escola citada não oferece formação para os professores de língua portuguesa para o desenvolvimento de um trabalho específico para a produção textual. Ou melhor, de acordo com a fala dos professores, isso não acontece em nenhuma área do conhecimento.

Há a compreensão de se ouvir falar que essa formação existe, porém ela não é oferecida, ou seja, é algo que, se existe, fica somente no papel, o que dificulta cada vez mais o trabalho do professor. Visto em momentos acima, o professor não consegue participar de cursos oferecidos fora do ambiente escolar devido a coincidência com seu horário de trabalho. Além disso, o que se vê nesse momento é que a escola talvez possua determinados cursos, porém não é aplicado aos professores.

De fato, a escola precisa reavaliar suas ações e atitudes quanto a algo tão importante para a melhoria e qualidade do ensino, principalmente quando se trata de conhecimentos primordiais tanto para o professor, quanto para o aluno. A formação continuada demanda não só do professor, como também, da escola como um todo. Conforme Winter (2017, p. 148):

A formação continuada demanda do professor e da equipe pedagógica

- amadurecimento e preparação;
- valorização da aprendizagem do aluno mais do que o conhecimento em si;
- protagonismo por parte do docente – de mero expectador o professor passa a ser responsável por estudar, compreender, buscar soluções e, principalmente, tomar decisões com o grupo;
- conduta reflexiva, adotando-se a ação-reflexão-ação;
- formação de grupo coeso, comprometido com o estudo visando as mudanças;
- leitura e reflexão com acesso a materiais diversos necessários à fundamentação teórica;
- dedicação e esforço.

O professor de língua portuguesa que atua em sala precisa contar com todo o apoio possível da equipe pedagógica da escola buscando suporte para a melhoria de suas ações, pois o foco central é a aprendizagem do aluno e as possibilidades de que ele conquiste competências e habilidades fundamentais para a vida em sociedade.

Diante disso, ressalta-se que a formação continuada do professor proporciona bagagem cultural, vivências e experiências, teorias e práticas capazes de estimular e modernizar o trabalho desenvolvido pelo professor de língua portuguesa, pois toda experiência é válida para sair do tradicionalismo e adquirir um bom preparo profissional para suprir as necessidades da escola e, conseqüentemente, dos alunos.

6.3. O TRABALHO COM A PRODUÇÃO TEXTUAL

A produção textual é um elemento indispensável no processo de aprendizagem da leitura e da escrita. É uma estratégia de ensino que estimula a criatividade e o interesse do aluno, proporcionando a interação harmônica entre as habilidades e competências do ler e escrever.

Independente do gênero, o trabalho com a produção textual amplia e evolui o desenvolvimento do aluno em todas as dimensões, pois ele aprender a apreciar uma boa leitura e a combinar expressões linguísticas que fortaleçam a sua escrita e, conseqüentemente, a sua comunicação com os outros, pois a leitura e a escrita são formas de comunicação presentes em nosso dia a dia.

Diante disso, o terceiro objetivo específico busca avaliar entre os coordenadores pedagógicos, professores e alunos como ocorre o trabalho com a produção textual na escola. Ao observar o trabalho realizado pelos professores de língua portuguesa, foi evidente perceber a variedade de trabalhos realizados a partir da produção textual. Foram trabalhos realizados a partir de poemas, poesias, músicas, e outros textos de forma diversificada, sempre buscando inovar e chamar a atenção do aluno para que houvesse um envolvimento entre todos nas atividades realizadas.

Pergunta 1: Há alguma orientação de como a frequência e o modo com que a produção textual deve ser trabalhada em sala de aula?

“Em alguns casos sim, mas na maioria das vezes essa orientação não ocorre devido à sobrecarga de tarefas existentes na coordenação pedagógica. No entanto, o trabalho com a produção textual é algo fundamental para o aluno, e isso deve ser trabalhado todos os dias”. C1

“Não. A não ser que ele me peça alguma orientação em nosso dia-a-dia ou nos planejamentos didáticos que realizamos uma vez por semana. Penso que esse trabalho deve ser contínuo”. C2

6.3.1. O trabalho com a produção textual segundo os coordenadores

Na sucessão das falas, foi possível perceber que não há orientações palpáveis para o professor quanto ao desenvolvimento do seu trabalho em sala de aula. De fato, sabem os que a coordenação de uma escola acumula muitas tarefas a serem realizadas. Porém, o professor não pode de forma alguma ficar desatendido. Um não pode esperar pelo outro quando o assunto é a aprendizagem satisfatória do aluno.

O trabalho com a produção de texto é uma tarefa muito complexa, pois segundo os PCNs (Brasil, 1997, p. 47), “[...] tem como finalidade formar escritores competentes capazes de produzir textos coerentes, coesos e eficazes”, e isso é algo desafiador, sendo assim, cabe a equipe pedagógica dar o suporte necessário de que o professor precisa para desenvolver um bom trabalho com os alunos.

Se é o contexto no qual a mudança deve ocorrer, a escola também é o local em que a mudança deve começar fomentando uma prática pedagógica reflexiva, crítica e criativa. Essa prática tem de ser capaz de instrumentalizar os professores para atualizar, questionar e selecionar os conteúdos que ensinam e a forma como o fazem, elaborando e reelaborando os saberes necessários para conviver em sociedade. (Winter, 2017, p. 149).

A escola precisa oportunizar situações favoráveis de aprendizagem para que tanto o professor, quanto o aluno possam alcançar os objetivos desejáveis. Além disso, a escola deve cada vez mais, fomentar a prática pedagógica dos professores com o intuito de assegurar aprendizagens a partir do suporte básico que o professor almeja para a realização do seu trabalho com a produção textual, ou outra atividade que se proponha a construção do conhecimento.

Pergunta 2: Em que proporção de tempo o trabalho com a produção textual é aplicado em sala de aula?

“Trabalho com eles três vezes por semana e penso que deveria ser todos os dias, mas temos que seguir um conteúdo programático que é exigido pela Secretaria de Educação”. P1

“Ele é feito sempre que o conteúdo proposto torna essa produção coerente, ou seja, quase sempre”. P2

6.3.2. Relato dos professores sobre o trabalho com a produção textual

Destaca-se aqui, que o trabalho com a produção textual é realizado todas as semanas pelos professores. No entanto, citam-se “apenas três vezes – P1; ou quase sempre – P2”. Mas os professores admitem que o trabalho com a produção textual deveria ser realizado todos os dias. Isso só não acontece devido o conteúdo programático da disciplina que fragmenta por partes o ensino da língua portuguesa com conteúdos isolados. Coelho & Palomares (2016, p. 20), ressaltam que merece destaque:

[...] a forma de organização do espaço escolar – o que, em outra linguagem, sinaliza se as prioridades da escola (a leitura e a escrita) são levadas a sério. Em geral, as pretensas aulas para a prática da leitura e da escrita acontecem numa frequência insuficiente, num tempo curto e sem propósitos bem definidos.

Nesse contexto, cabe dizer que o professor, juntamente com a equipe pedagógica da escola podem reorganizar o currículo de língua portuguesa de maneira que ele esteja mais voltado para a prática da produção de textual.

Sabe-se que a prática da escrita requer um certo tempo daquele que vai produzir determinado texto, consumindo boa parte do horário escolar. Daí dizer que a prática dessa atividade deve ser frequente em sala de aula, porque tal tarefa é complexa exigindo do escritor um pouco mais de concentração.

Ressalta-se ainda, que as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem estão sempre inseridas no contexto escolar. No entanto, as dificuldades que cada aluno apresenta em sua trajetória escolar não é culpa somente da escola. São diversos fatores que se acumulam entre si e provocam esse amontoado de dificuldades prejudicando nossos alunos e permitindo o seu fracasso escolar. De acordo com os Indicadores da qualidade na Educação (2006, p. 15-16), os alunos apesar de serem alfabetizados não conseguem desenvolver suas habilidades de forma satisfatória:

Um dos problemas detectados no Brasil pelo Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) do Inep) e pelo Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) da OCDE e também na experiência de muitos educadores é o fato de que muitos alunos até chegam a se alfabetizar, mas não desenvolvem adequadamente suas habilidades de leitura e escrita ao longo do ensino fundamental. São alunos que têm baixo desempenho nas avaliações, dificuldade de compreender o que leem e dificuldade de se expressar. Por isso, é importante que todos os professores estabeleçam um plano de progressão das habilidades de leitura e escrita dos alunos, colocando metas para a série, ano ou ciclo.

Diante disso, é importante que o trabalho com a produção textual seja aplicado de forma contínua e progressiva para que o aluno supere as suas dificuldades e avance em sua trajetória escolar, pois quanto mais se trabalha a prática da produção textual em sala de aula, mais os alunos compreendem a importância dessa habilidade em sua vida cotidiana, sentindo-se com mais energia para criar e expor suas próprias produções.

Pergunta 3: No trabalho com a produção textual, o professor aplica a reescrita do texto pelo aluno?

“Sim. A reescrita é aplicada em todos os textos, e isso é indispensável para que o aluno realize as leituras e tenha ideias inovadoras que lhe permitam escrever. Quanto mais produção, mais leitura e mais escrita ele realiza”. P1

“Sempre. Ainda mais quando eu professor trabalho temas relacionados ao seu cotidiano, a sua realidade. A reescrita é importante para que eu conheça o nível de conhecimento do aluno, dando o suporte necessário para que ele se sinta seguro para escrever sempre mais”. P2

6.3.3. A opinião dos professores em relação a reescrita do texto

A prática da reescrita textual permite com que o aluno obtenha a empatia pelo ato de escrever. Ao reescrever o texto, o aluno tem a possibilidade de observar o que errou e o que ficou sem sentido em sua história. Diante disso, ele terá a oportunidade de reescrever o seu texto analisando e refletindo sobre suas dificuldades.

Segundo os PCNs a reescrita do texto pelo aluno admite que “um escritor competente e, também capaz de olhar o seu próprio texto como um objeto e verificar se está confuso,

ambíguo, redundante, obscuro ou incompleto” (Brasil, 1997, p. 66). Quando não há entre os alunos o hábito da leitura e da escrita é preciso estimulá-lo a ler e a identificar possíveis erros, tanto de ortografia, quanto de sentido, para posterior reescrita. Segundo os PCNs (Brasil, 1998, p. 70):

Nessa condição, o professor deve preocupar-se com a diversidade das práticas de recepção dos textos: não se lê uma notícia da mesma forma que se consulta um dicionário; não se lê um romance da mesma forma que se estuda. Boa parte dos materiais didáticos disponíveis no mercado, ainda que venham incluindo textos de diversos gêneros, ignoram a diversidade e submetem todos os textos a um tratamento uniforme.

Sendo assim, cabe ao professor repensar a sua prática pedagógica e encaixá-la conforme a necessidade do aluno, pois eles podem colaborar de forma adequada informando ao professor a forma mais eficiente que talvez possa contribuir com a sua aprendizagem. Ainda segundo os PCNs (Brasil, 1998, p. 72), “[...] o professor pode selecionar situações didáticas adequadas que permitam ao aluno, ora exercitar-se na leitura [...] ora empenhar-se no desenvolvimento de novas estratégias para poder ler textos menos familiares, o que demandará maior interferência do professor”. Nesse contexto, pode-se dizer que a prática da reescrita do texto é uma atividade imprescindível para facilitar a aprendizagem do aluno em todas as situações propostas e vivenciadas no decorrer do ensino-aprendizagem.

Pergunta 4: Com o o professor trabalha a produção textual para estimular a aprendizagem do aluno?

“A professora sempre trabalha com muitos textos. Textos diferentes, alguns são até parecidos com a nossa vida. Isso é legal”. A1

“Gosto quando a professora trabalhar com o data show e põem o texto na tela. Dessa forma fica bem interessante”. A2

“A professora tras livros variados para que possamos escolher e ler o texto escolhido”. A3

“A professora trabalha com música, poesias, textos diversificados. Isso é importante e me estimula muito”. A4

“Gosto quando a professora trabalha a redação, pois vamos precisar para o ENEN”. A5

6.3.4. O que nos revelam os os alunos em relação a sua aprendizagem

O hábito de ler e escrever, na maioria das vezes precisa de estímulos, seja ele por parte da família, dos amigos, ou da escola. Quando o estímulo acontece os alunos percebem que para produzir é necessário ler e escrever. Segundo os alunos, os professores desenvolvem um trabalho diversificado para a conquista desse objetivo.

A prática da produção de texto proporcionar o prazer pela leitura e pela escrita, leva o aluno a conhecer novas palavras, novas expressões e as formas gramaticais necessárias para a coesão e coerência do texto, pois segundo os PCNs “ao produzir um texto, o autor precisa coordenar uma série de aspectos: o que dizer, a quem dizer, com o dizer” (Brasil, 1998, p. 75). Diante disso, é necessário que o aluno seja levado a tornar-se um bom leitor e escritor, pois quando ele não é estimulado a ler e escrever a partir do trabalho com a produção textual terá grandes dificuldades na vida escolar, pois em diversas situações de ensino ele precisará ter os conhecimentos necessários sobre a diversidade temáticas que assolam o cotidiano das pessoas, sendo elas solicitadas em provas, cursos, vestibulares, ENEM, entre outros. No entanto, cabe ao professor:

[...] planejar, implementar e dirigir as atividades didáticas, com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno, procurando garantir aprendizagem efetiva. Cabe também assumir o papel de informante e de interlocutor privilegiado, que tematiza aspectos prioritários em função das necessidades dos alunos e de suas possibilidades de aprendizagem. (Brasil, 1998, p. 22).

Trabalhar a produção de textos para estimular a leitura e escrita do aluno é uma estratégia fundamental para a apropriação do conhecimento. Quando o professor estimula a aprendizagem do aluno ele se sente mais seguro e capaz para realizar tal tarefa. O estímulo proporcionado pelo professor associado a diversidade de textos fomentam a criatividade e o interesse do aluno em produzir. Segundo os PCNs (Brasil, 1997, p. 52), “[...] formar bons escritores depende não só de uma prática continuada de produção de textos, mas de uma prática constante de leitura”. Orientar os alunos e estimulá-lo a ler e escrever a partir da produção textual com o recurso de sua prática pedagógica deve ser um exercício constante e de muita responsabilidade, pois a aula de língua portuguesa é, antes de tudo aula de leitura e de produção textual.

Para trabalhar a produção de texto com objetivo de estimular no aluno o hábito da leitura e da escrita é preciso que o professor se aproprie de uma variedade de textos

trabalhados das mais diversas formas, capazes de chamar atenção e fomentar no aluno o gosto pelo prazer de ler e escrever. Nesse diapasão, Colello (2011, p. 181) esclarece que:

[...] é preciso que o professor crie situações didáticas que possibilitem às crianças vivenciar, na sala de aula, os usos sociais da escrita, compreendendo as características dos diversos gêneros textuais, em situações específicas e reais e, assim, compreender o sistema pelo qual a língua é grafada [...].

Acerca de tais ideias, cabe ao professor a capacidade de promover ações didáticas significativas para a prática docente, criando e inovando momentos de estudos que possam contribuir para aprendizagem, principalmente daqueles que se sentem excluídos de alguma forma por conta de suas dificuldades escolares.

6.4. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O PROCESSO DE APRENDIZAGEM

O processo de ensino-aprendizagem no tocante a língua portuguesa busca garantir novas propostas de ensino que possam garantir a qualidade da educação. Nesse sentido, é de suma importância que o professor possa refletir e entender a sua prática pedagógica buscando fazer uma análise de todas as experiências e situações vividas em prol de melhorias na qualidade do trabalho e do ensino, pois o trabalho do professor é considerado o mais importante no processo de ensino-aprendizagem.

Mediante esse contexto Gasparin (2007, p. 1), “[...] quando se buscam mudanças efetivas na sala de aula e na sociedade, de imediato se pensa no mestre tanto do ponto de vista didático-pedagógico quanto político”. No entanto, é necessário que o professor reveja constantemente a sua prática pedagógica, fazendo os planejamentos e alterações necessárias visando superar o fracasso e a evasão, fatores que inibem a produção crítica e criativa do saber.

Diante disso, o quarto e último objetivo específico se propõe em avaliar as contribuições que as práticas pedagógicas proporcionam para o processo de aprendizagem do aluno.

Pergunta 1: Há alguma orientação ao professor para a melhoria da prática pedagógica no desenvolvimento do trabalho com produção de texto?

“Sim. Durante a semana fazemos sempre uma reunião pedagógica para tratarmos de alguns assuntos e sempre que é preciso orientamos os

professores em algumas situações da sua prática pedagógica, pois o trabalho com a produção de texto requer o envolvimento de todos". C1

"Os professores é quem estão em contato direto com o aluno e sempre que ele precisa, a coordenação pedagógica o orienta em sua prática pedagógica. Toda e qualquer orientação positiva sempre é bem-vinda para a melhoria da prática do professor, pois ela refletirá na aprendizagem do aluno". C2

6.4.1. O que nos relatam os coordenadores quanto a prática pedagógica

Os coordenadores relatam que existe a orientação, porém percebe-se que ela só existe nos momentos de planejamento ou a partir de um pedido feito pelo professor. Essa orientação ocorre sempre que o professor precisa de um suporte, ao perceber que algo em sua prática não está evoluindo. Isso é importante, porque o professor não é o dono do saber, as vezes ele precisa complementar a sua prática com algo que por ele, não é percebido. Diante dessas inferências, Lück (2009, p. 95) coloca que:

A gestão pedagógica, é de todas as dimensões da gestão escolar, a mais importante [...] Constitui-se como a dimensão para a qual todas as demais convergem, uma vez que esta se refere ao foco principal do ensino que é a atuação sistemática e intencional de promover a formação e a aprendizagem dos alunos, como condição para que desenvolvam as competências sociais e pessoais necessárias para a sua inserção proveitosa na sociedade e no mundo do trabalho, numa relação de benefício recíproco. Também para que se realizem como seres humanos e tenham qualidade de vida.

Diante disso, observasse que o papel do coordenador pedagógico é de extrema importância para o trabalho do professor, pois a partir das suas orientações o professor é capaz de melhorar a sua prática e contribuir significativamente para a aprendizagem do aluno. Dessa forma, cabe a coordenação pedagógica fornecer o apoio necessário para as ações do professor, identificando suas reais necessidades dentro de sala de aula no tocante ao desenvolvimento do trabalho com a produção de texto, para que este receba de fato, as orientações e o apoio fundamental ao bom andamento do processo ensino-aprendizagem, com vistas a alcançar resultados positivos na formação do aluno.

Pergunta 2: A sua prática pedagógica desenvolvida hoje, contribui para a aprendizagem do aluno quanto a produção textual?

“Com certeza. Com o desenvolvimento da produção textual o aluno aprende a escrever, conhece variados gêneros e tipos textuais, aprende a se comunicar melhor em seu meio social”. P1

“Acredito que sim, a prática da produção textual requer leitura e escrita, elementos fundamentais para a inserção do homem ao mundo letrado da sociedade. Ela é um recurso que contribui significativamente para a formação cidadã tornando o aluno um ser crítico, reflexivo e participativo capaz de interagir com o meio que o cerca”. P2

6.4.2. A percepção dos professores quanto a prática pedagógica

Os professores acreditam que a produção de texto é um recurso pedagógico de fundamental importância para o processo de ensino-aprendizagem, pois ele envolve leitura, escrita, conhecimento dos gêneros e tipos textuais, entre tantos suportes que a língua portuguesa oferece para viabilizar a aprendizagem do aluno.

As práticas de produção textual, aplicadas em frequência contínua, possibilitam ao aluno apropriar-se de habilidades e competências que lhes permitam a reflexão crítica e transformadora da sociedade. Pode-se considerar o ensino e a aprendizagem de Língua Portuguesa, com o prática pedagógica, resultantes da articulação de três variáveis:

- . o aluno;
- . os conhecimentos com os quais se opera nas práticas de linguagem;
- . a mediação do professor.

O primeiro elemento dessa tríade - o aluno - é o sujeito da ação de aprender, aquele que age com e sobre o objeto de conhecimento. O segundo elemento - o objeto de conhecimento - são os conhecimentos discursivo-textuais e lingüísticos implicados nas práticas sociais de linguagem. O terceiro elemento da tríade é a prática educacional do professor e da escola que organiza a mediação entre sujeito e objeto do conhecimento. (Brasil, 1998, p.22).

Diante disso, é importante ressaltar que a prática pedagógica do professor se constitui em ações de fundamental importância para o processo de aprendizagem, pois o professor só consegue ser mediador do conhecimento quando planeja e organiza a sua prática para que o conhecimento seja eficiente e seja alcançado pelo aluno.

Sendo assim, pode-se dizer que a prática pedagógica desenvolvida hoje é vista como um a ferramenta de fundamental importância que contribui para a aprendizagem do aluno capacitando-o para inseri-lo no convívio social com a finalidade de exercer a sua cidadania.

Pergunta 3: Você acha que a produção textual contribui para melhorar a sua aprendizagem?

“Sim, ajuda principalmente no trabalho de produção de texto. Toda contribuição é sempre bem-vinda para melhorar a minha aprendizagem”.

A 1

“Todas as vezes em que encontro algum problema ou eu precise, os professores estão aí para me ajudar, quanto ao desenvolvimento da produção textual”. A 2

“Sim, facilita o meu aprendizado e me ajuda a compreender os conteúdos repassados pela professora”. A 3

“A professora sempre busca formas inovadoras para ensinar a produção textual, dessa forma ela contribui para a minha aprendizagem, pois assim fica mais fácil de aprender”. A 4

“Sim, com a prática da produção textual consigo entender melhor os textos que eu escrevo e aprendo a corrigir os meus erros”. A 5

[...].

6.4.3. O que nos falam os alunos sobre as contribuições da produção textual

A preocupação com a prática desenvolvida para mediar o conhecimento do aluno é um assunto de fundamental importância para o professor. Segundo a fala dos alunos, a produção textual é um a ferramenta indispensável que contribui significativamente para o seu aprendizado.

Diante disso, os professores procuram planejar adequadamente as ações a serem desenvolvidas para que todos os alunos alcancem os resultados esperados, principalmente aqueles que apresentam alguma dificuldade no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido Lück (2009, p. 21), ressalta que “os professores são profissionais que influem diretamente na formação dos alunos, a partir do seu desempenho baseado em conhecimentos, habilidades e atitudes e sobretudo por seus horizontes pessoais, profissionais e culturais”. Isso é fundamental para que o trabalho com a produção textual continue a contribuir com a

aprendizagem do aluno, se constituindo em uma importante fonte para adquirir o conhecimento.

Nessa perspectiva é de fundamental importância que haja uma parceria responsável, dinâmica e interativa entre a coordenação pedagógica e o professor, onde aquele possa nortear e contribuir a partir da escuta, do apoio e da orientação de que está precisa para a execução do seu trabalho no tocante ao ensino da produção de texto.

Toda contribuição vinda da coordenação pedagógica é imprescindível para o fortalecimento do trabalho docente e a aprendizagem do aluno, devendo, portanto, ser realizado momentos sucessivos de interação, diálogo e discussão para desenvolvimento de um trabalho expressivo e apropriado para a qualidade do ensino.

Retomando ao objetivo geral da dissertação, que buscava *analisar de que forma os professores da Escola Estadual Dom José Maritano se apropriam da produção textual para estimular a leitura e escrita no ensino de Língua Portuguesa*, destaca-se que a leitura e a escrita são habilidades básicas para a formação do homem, pois é a partir da apropriação dessas habilidades que ele conseguiu interagir com as pessoas e com o mundo que o cerca. Segundo Medel (2013, p. 16), “a leitura e a escrita são práticas culturais; são atividades realizadas por grupos de pessoas cujas formas e propósitos estão determinados pelas necessidades dos contextos em que ocorrem”. Portanto, pode-se concluir que é a partir da leitura e da escrita que o indivíduo se apropria do saber e enaltece a sua bagagem cultural, como um homem letrado e pronto para interagir e atuar na sociedade.

A prática da produção textual é vista como um recurso que favorece a garantia das habilidades de ler e escrever. Em síntese, o trabalho desenvolvido a partir da produção de texto para fomentar a leitura e escrita é extremamente significativo para os dias atuais, pois permite uma maior interação do aluno e estimula a sua capacidade de pensar e produzir com mais clareza e determinação, pois quanto mais se insere a produção textual, mais interesse haverá pela leitura e escrita. Para isso, Coelho & Palomares (2016, p. 60), esclarecem que os professores devem proporcionar aos alunos a leitura de “textos de diferentes gêneros textuais, primeiramente para que os leiam expressivamente: que realmente envolvam, que seduzam, que agucem a curiosidade, que tragam informações, que propiciem uma atividade inspiradora”, ou seja, proporcionar textos que forneçam estímulos, para que no momento da escrita os alunos tenham ideias inspiradoras e facilitadoras para sua escrita.

Podemos dizer ainda, que a aplicação das produções textuais em sala de aula, quando direcionadas para as temáticas da atualidade, da comunidade, ou da própria experiência do aluno, são mais aceitas para o desenvolvimento do trabalho. Nesse sentido, Winter (2017, p.

216) complementa dizendo que “para aprender, o conhecimento precisa ser significativo, ou seja, ter alguma relação com a realidade, com que o aluno já conhece e com suas possibilidades de observar e refletir”. Portanto, pode-se dizer que há sempre um interesse maior quando a temática da produção textual é contextualizada com a realidade do aluno. Em alguns casos, o aluno já vivenciou tal situação, e quando essa temática faz parte do rodízio de temas para a leitura e escrita da produção textual, ele se sente mais motivado a ler e fundamentar suas experiências.

Mediante tais percepções, concluiu-se também, que a maior relevância do trabalho desenvolvido a partir da produção textual na Escola Estadual Dom José Maritano está relacionada as formas dinâmicas, diversas e inovadoras de que o professor se apropria da produção do texto para estimular a leitura e escrita facilitando a compreensão pelo aluno.

Foi observado que as aulas sempre são planejadas com antecedência e isso possibilita ao professor um trabalho mais cauteloso e eficiente, permitindo que ele tenha mais tempo para apropriar-se de materiais e estratégias inovadoras para elaborar a sua aula, sempre visando a compreensão e a apropriação do saber pelo aluno. “Eis aí, a necessidade de os procedimentos metodológicos serem adequados aos objetivos e aos conteúdos para conduzir a aprendizagem” (Winter, 2017, p. 218). Diante desse contexto, julga-se que a produção textual está presente nas diversas etapas do conhecimento estimulando a criatividade do indivíduo e lhe proporcionando uma visão mais ampla para produzir, pois o trabalho desenvolvido a partir da produção textual é um trabalho dinâmico e inovador, tornando-se elemento de fundamental importância para promover a leitura e a escrita nos alunos.

Respondendo ao problema da pergunta investigativa da dissertação: *Como a produção textual vem sendo trabalhada para estimular a leitura e escrita na Escola Estadual Dom José Maritano, na cidade de Macapá/AP, com os alunos do 9º ano do ensino fundamental?* Percebeu-se que os professores trabalham a produção textual de forma dinâmica e interativa, apropriando-se de uma variedade de gêneros textuais, acompanhada de recursos tecnológicos que facilitam a aprendizagem do aluno e dignificam a sua prática pedagógica, pois para que a produção textual seja eficaz, se faz necessário que o escritor esteja em contato com variadas leituras, de variados gêneros.

Em proximidade com variadas leituras o aluno é capaz de assimilar cada uma delas e associá-la a sua realidade diária para produzir o conhecimento. Segundo Winter (2017, p. 28-29), “a preocupação do professor passa por entender essa articulação entre teorias e práticas aplicadas ao ato de ensinar, a relação ensino-aprendizagem, a organização dos meios e a seleção de procedimentos, levando os alunos a compreender a realidade em que se

inserem e a se posicionar perante ela”. Sendo assim, pode-se inferir que o trabalho a partir da produção textual deve envolver as temáticas da atualidade ou da própria experiência e vivência do aluno. Tais práticas influenciam no desenvolvimento da leitura e da escrita dos alunos, visando uma educação de qualidade à medida que se configura como recurso de formação e inserção do aluno na sociedade contemporânea.

Podemos pontuar ainda, que a produção textual fornece aos professores momentos de formação compartilhada e de troca de experiências que interferem direta e indiretamente, na prática pedagógica desenvolvida em sala de aula, possibilitando mudança em sua metodologia de ensino e, conseqüentemente, na aprendizagem dos alunos. Conforme Lira (2016, p.40), a formação do professor deve ser “uma ação contínua e progressiva, envolvendo várias instâncias e atribuindo uma valorização significativa para a prática pedagógica e uma experiência com o componente constitutivo da formação”. A formação do professor ocorre no processo, tanto o aluno quanto o professor aprendem uns com os outros no decorrer do desenvolvimento da sua mediação, pois sua formação reflete na prática pedagógica do dia a dia e, conseqüentemente, na qualidade dos resultados obtidos. Dessa forma infere-se que a formação continuada deve propor novos métodos de ensino e induzindo os profissionais do ensino de Língua Portuguesa o contato com as discussões teóricas da atualidade objetivando mudanças na ação pedagógica da escola como um todo.

Para caminhar junto com as transformações sociais é vantajoso que o professor estimule os educandos a exercitar as habilidades cognitivas de leitura e escrita envolvendo a análise, síntese, produção de textos, entre outros, sempre respeitando o nível de desenvolvimento de cada um, dando espaço para que os textos sejam debatidos e dialogados pelos alunos, onde eles também possam expor o que pesam sobre os temas, levando em consideração que eles são sujeitos ativos na construção do seu saber. Winter (2017, p. 29), coloca que “a escola e o professor tem autonomia para fazer essa escolha; e sua forma de ensinar reflete a visão de mundo que tem, a visão de homem em que acredita e deve ter a formação social como ponto de partida”. Portanto, os atores educacionais que se encontram diariamente, frente a frente com o aluno, devem realizar juntos o planejamento das aulas, discutir ações e atividades que envolvam a produção textual como forma de incentivar a competência leitora e escritora dos alunos em sala de aula.

Diante dessas reflexões, Almeida (2015, p. 18) evidencia que “é você professor, quem deve levar até o aluno o que este deve conhecer, seja através da leitura, de orientação, de filme, enfim ... garantir-lhe a base, para depois pedir para falar/escrever a respeito do que aprendeu sobre tal assunto”. Portanto, a prática da produção textual deve ser incentivada e

trabalhada pelo professor. Além disso, a produção textual deve ser vista como um recurso trabalhado de forma dinâmica e interativa, desafiando o aluno a ler cada vez mais para depois produzir conforme os conhecimentos apreendidos.

Diante do contexto conclui-se que a produção textual é trabalhada diariamente, usufruindo-se de forma dinâmica e inovadora para mediar tal conhecimento ao aluno. Além disso, o professor faz uso de atividades/projetos, recursos tecnológicos, textos diversificados, experiências e vivências do aluno, além de temas atuais que fazem parte da rotina diária da sociedade e, conseqüentemente, do aluno.

CONCLUSÕES E PROPOSTAS

Neste capítulo será apresentado as conclusões adotadas para finalizar o presente trabalho. Em seguida, será apresentado também as propostas que foram ponderadas e analisadas após a realização desse estudo. A intenção aqui é apenas contribuir para a melhoria do trabalho do professor no ensino de língua portuguesa.

A produção textual é um recurso a ser desenvolvido pelo professor em sala de aula pautado nas orientações dos PCNs de 1997 e 1998, os quais preconizam o texto como unidade básica de ensino e a produção de textos como um recurso capaz de formar escritores competentes, haja vista as dificuldades que os alunos tem em aprender a expor suas ideias e pensamentos a partir da oralidade e da escrita devido a curta bagagem de conhecimento existente.

O momento dedicado ao ensino-aprendizagem da produção textual é fundamental para fomentar a leitura e escrita dos alunos, tanto de forma coletiva, quanto individualizada, tendo sempre em vista os objetivos educacionais que a escola pretende desenvolver no que se refere ao processo de formação do aluno.

Além disso, é de fundamental importância que o trabalho com a produção textual seja exclusivamente planejado a partir do currículo de ensino de língua portuguesa, e que todos os atores educacionais da área de língua portuguesa, juntamente com o corpo técnico e pedagógico da escola, compreendam que o trabalho a partir da produção textual torna-se um recurso linguístico apropriado para as diversas situações interativas de comunicação. Perfeito (2013, p. 829), ressalta que dessa forma:

O texto passa a ser concebido como o unidade de significação e de ensino, elemento integrador das práticas de leitura, de análise linguística e de produção/refação textuais. Conseqüentemente, o gênero, como o objeto de ensino e eixo de articulação/progressão curricular, visa a proporcionar ao aluno a ampliação do horizonte discursivo, por abordar propósitos diferentes, com sócio-histórias diversas.

Mediante a complexidade e relevância desse processo tanto para o professor, quanto para o aluno, e também para a escola, é notório saber que as dificuldades no desenvolvimento desse trabalho sempre irão existir, porém não se pode negar que esse trabalho é um recurso que desenvolve a competência da leitura e escrita, ajuda na formação linguística do aluno,

expande suas possibilidades comunicativas e desenvolve sujeitos produtores de seus próprios discursos, sejam eles orais ou escritos.

Nestes aspectos, a produção textual pode ser compreendida como a busca de caminhos mais sólidos para o progresso da leitura e escrita, pois quanto mais se insere a prática da produção textual nas atividades do dia a dia do cotidiano escolar, mais haverá interesse do aluno pelo conhecimento que se estabelece pela leitura e pela escrita. Sendo assim, a prática pedagógica do professor pode e deve ser capaz de promover o aprendizado do aluno criando situações de produção textual que possam instigar a sua criatividade e o seu desempenho, de modo que ele possa desenvolver produções contextualizadas, coerentes e eficazes.

Ainda há muito que se falar e planejar sobre o trabalho a ser desenvolvido a partir da produção de texto, pois muitas vezes o discurso é diferente da prática e sem perceber, professores pelo Brasil afora ainda se utilizam de recursos e métodos meramente artificiais ou tradicionais capazes de inibir a ação de ensinar e aprender. Neves (2008, p.68), acrescenta que muitos professores:

[...] têm, ainda, muitas dúvidas acerca do que deve ser feito em sala de aula, acerca de quais conteúdos são mais relevantes, quais atividades são mais significativas. Na maioria dos casos, eles “presentem” que algo está errado, mas não sabem bem o que e como eles poderiam “consertar”.

Em outras palavras, Celani (2000, p. 10) diz que há um descompasso entre o Brasil e o mundo, pois “Os números relativos a analfabetos, iletrados, incapazes de receber ou de dar qualquer informação escrita são assustadores. A maioria das crianças que saem da escola básica saem sem domínio da leitura”. Nesse sentido, é conveniente ressaltar que a formação e atuação profissional são fatores imprescindíveis para o processo de ensino aprendizagem da produção textual.

Essas considerações sobre o trabalho a ser desenvolvido a partir da produção textual com o didático no ensino de língua portuguesa é pertinente, pois a inclusão dessa ferramenta é uma necessidade social, haja vista o crescente e vasto universo tecnológico existente no seio da sociedade, universo esse que requer competências e habilidades comunicativas para o processo de interação entre os homens.

Dessa forma, se faz necessário que o trabalho com a produção de texto aconteça mais breve possível, ou seja, desde o início da trajetória escolar do aluno, para que ele possa desde cedo saber interagir, se comunicar e dominar a arte do bem falar e escrever.

CONCLUSÕES

Após obter as respostas dos coordenadores pedagógicos, professores e alunos, aplicados na Escola Estadual Dom José Maritano, Macapá/AP, pude analisar dados suficientes para responderem aos objetivos específicos estabelecidos para esta pesquisa.

Quanto ao alcance dos objetivos, a respeito do primeiro objetivo específico: *Descrever as atividades/projetos oferecidos pela escola para trabalhar a produção textual com os alunos*, concluiu-se que as atividades envolvendo a produção de texto fazem parte do currículo de língua portuguesa. São atividades dinâmicas que envolvem um trabalho contextualizado, onde a realidade do aluno esteja sempre presente. Os projetos existentes, voltados para a produção textual, são organizados, discutidos e planejados ao início de cada ano letivo por professores e coordenadores da escola.

Percebeu-se que sempre que possível, o coordenador pedagógico orienta os professores quanto as atividades, a metodologia e estratégias didáticas para que o professor tenha progresso com os alunos. O planejamento dessas atividades ocorre semanalmente e fica a cargo do professor, porém se necessário, sempre que o professor precisar de mediações que possam lhe orientar no quando e como fazer, o coordenador pedagógico lhe dá o suporte necessário, pois o trabalho com a produção textual é um processo que deve ser conquistado a passos lentos, sendo assim, precisa de tempo, conhecimento, discussão e leitura.

Além disso, a escola desenvolve um projeto intitulado “Refacção textual”, que engloba leitura, escrita e produção de texto com o objetivo de otimizar a compreensão, a inteligência e a produção de textos. É um projeto permanente da escola, porém revisado a cada ano escolar conforme a necessidade da clientela escolar.

Em relação aos tipos de atividades propostas pelos professores para o trabalho com a produção textual ficou evidenciado que as mais comuns são as produções de textos narrativos do cotidiano do aluno, a refacção textual, a produção de dissertações com a utilização de temas da atualidade, a produção a partir de imagens, desenhos, músicas, entre outros. Ficou evidenciado também, que as atividades propostas são bem diversificadas e buscam envolver os temas contemporâneos que refletem o dia a dia do aluno e da realidade da comunidade do entorno escolar.

Percebeu-se que a maioria dos alunos interagem positivamente com as atividades e projetos propostos pelo professor e pela escola, porém cada um se identifica com atividades específicas, ou seja, tendem a se sentir melhor quando a produção textual ocorre da maneira que mais lhe agrada.

Notou-se que na sala de aula o professor sempre incentiva todos os alunos, porém um a parcela deles ainda estão dispersos e recebem as atividades com rejeição e desinteresse. Outro fator interessante percebido em sala de aula, é a interação dos alunos entre si. Eles discutem temas, divergem opiniões e não dispensam a ajuda do professor, que se mostrar sempre dedicado e disposto a mediar o conhecimento, pois sabe que para ter progresso na vida pessoal e profissional, o aluno precisa ter no domínio das habilidades e competências da leitura e escrita.

Foi percebido também que há uma grande preocupação por parte dos professores e coordenadores em discutir sobre quais estratégia usar para despertar o interesse dos alunos dispersos e desinteressados. Eles conversam, solicitam a presença dos pais ou responsáveis, e tentam mostrar que todas as atividades propostas e planejadas fazem parte do currículo e são de fundamental importância para a vida do aluno.

Os professores apresentam boa participação e assiduidade no seu fazer pedagógico, com partilhando e realizando tudo o que lhes cabe fazer para o sucesso dos alunos. Segundo os coordenadores e professores as atividades/projetos desenvolvidos com os alunos são ferramentas indispensáveis para a construção do conhecimento, e ainda enfatizam que as atividades desenvolvidas a partir da produção textual melhoram a qualidade da aprendizagem auxiliando o aluno na construção do seu próprio conhecimento.

Nesse cenário podemos dizer que as atividades/projetos propostos pela escola são recursos eficientes e eficazes para o desenvolvimento da produção de textos com os alunos. A partir das atividades propostas é possível perceber o interesse do aluno em aprender, com partilhar e estimular seus colegas e companheiros de sala a se tornarem autores das suas próprias criações.

Quanto ao alcance do segundo objetivo específico, *verificar qual a formação inicial e continuada do professor para facilitar o desenvolvimento da sua prática pedagógica frente as questões de produção textual*, observou-se que os professores de língua portuguesa possuem formação em Letras, além de cursos de pós-graduação e outros tantos voltados para a área educacional com a finalidade de estarem sempre atualizados e diversificarem a sua prática pedagógica, proporcionando a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem.

Verificou-se também que, o PPP da escola ainda se encontra em fase de construção, porém a formação continuada do professor é uma ação necessária para a qualidade do trabalho docente, haja vista que o trabalho com a produção textual não é uma tarefa fácil, e requer habilidades e competências significativas para a sua mediação, no entanto, a escola

ainda não possui meios para garantir e proporcionar tais conhecimentos a seus professores. Sendo assim, os cursos de formação continuada são buscados pelo próprio professor, conforme as suas necessidades. Há também, aqueles cursos de formação oferecidos pela Secretaria de Educação Estadual – SEED/AP, porém na maioria das vezes os professores de língua portuguesa não participam, pois, o curso ofertado muitas vezes coincide com seu horário de trabalho.

Os coordenadores pedagógicos, reconhecem que a formação continuada, voltado para o trabalho com a produção textual é de fundamental importância para a prática do professor, pois a partir dela, o professor conhece o novo e tem a possibilidade de inovar, obtendo mais autonomia, compromisso, liberdade e responsabilidade para mediar o conhecimento.

No entanto, é conveniente dizer que a escola como um todo precisa reavaliar suas ações para que as metas educacionais sejam alcançadas, pois segundo os professores, a falta do PPP e de ações concretas para a formação continuada, não só no direcionamento da produção textual, como também, em outras temáticas imprescindíveis para a formação do professor, e conseqüentemente, do aluno, fragmentam o ensino e fomentam o desinteresse por ambas as partes. Ainda neste caso, os professores mencionam a realização da semana pedagógica realizada no início de cada período letivo, porém destacam ser algo repetitivo e monótono, sem qualquer motivação e relevância para o seu processo de formação.

Quanto ao alcance do terceiro objetivo específico, *observar a frequência e o modo como a produção textual está sendo trabalhada na sala de aula com os alunos*, concluiu-se que a produção textual é mediada constantemente, utilizando-se três, das cinco aulas semanais, de cinquenta minutos cada. No entanto, quando se faz necessário, e de acordo com o conteúdo a ser ministrado, usam-se todas as aulas semanais para o trabalho com a produção textual, visto ser uma temática que requer atenção e mediação para que o aluno adquira a clareza e compreensão necessária, principalmente por aqueles alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem. Nesse caso, percebeu-se também, que a maioria dos conteúdos ministrados pelos professores de língua portuguesa são contextualizados a partir da produção textual.

De acordo com os coordenadores pedagógicos, não há tempo suficiente para orientar professores por disciplina, mas sempre que possível, eles abrem espaço para as disciplinas fundamentais da educação básica. Nos dias do planejamento pedagógico, realizado semanalmente, são muitas as demandas a tratar com todos, e o planejamento em si das

atividades, frequência e modo com o são trabalhadas fica a cargo do professor, que planeja as atividades de maneira satisfatória e de conforme o nível de aprendizagem da turma.

Sendo assim, percebeu-se que o professor trabalha sozinho na maioria das situações de ensino-aprendizagem. Alguns, já nem chegam a pedir orientações, pois já sabem que elas podem ou não acontecer devido à alta demanda de tarefas que a coordenação pedagógica realiza. Porém, quando há casos sérios do desenvolvimento da aprendizagem do aluno, se torna motivo de fundamental relevância para que haja intervenções necessárias da coordenação pedagógica, pois os professores lidam sozinhos com uma diversidade de alunos, os quais apresentam níveis de aprendizagem diferentes uns dos outros.

Detectou-se em sala de aula, que uma parcela mínima de alunos do 9º ano apresenta tais dificuldades na aprendizagem, porém uma aluna em especial chama a atenção por não saber ler e escrever adequadamente, no entanto vem sendo aprovada ano após ano. Em uma das falas observou-se um dos participantes da pesquisa comentar que as vezes o aluno deve ser promovido (aprovado) para que no ano subsequente ele desperte e avance, o que até agora não foi possível detectar na aluna.

Ainda segundo os professores, o trabalho com a produção textual é algo que não pode parar, deve ser um trabalho contínuo de leitura e escrita. Foi possível perceber o estímulo dados aos alunos para se sentirem capazes de criar e produzir textos riquíssimos. Outro detalhe importante, foi observar que os textos produzidos pelos alunos são sempre corrigidos e reescritos para o aperfeiçoamento da escrita do aluno. Dessa forma, o aluno tem a possibilidade de detectar o que errou, o que faltou, ou como poderia ser melhorado a partir da correção. Com tal estratégia, o aluno se sente mais motivado a produzir e ao mesmo tempo corrigir suas falhas e se alegrar com o resultado final.

Quanto ao alcance do quarto objetivo, *compreender como as práticas pedagógicas, se utilizando da produção textual, contribuem para o processo de aprendizagem dos alunos*, verificou-se que as práticas pedagógicas, utilizadas pelos professores de língua portuguesa no que se refere a produção textual, são diversificadas e atraentes, motivo de fundamental relevância para o processo de formação do aluno.

Ressalta-se também, que os professores se preocupam com suas ações, metodologias e estratégias pedagógicas de ensino-aprendizagem. Procuram sempre adequar o trabalho com a produção textual a partir de práticas pedagógicas diversas que possam contribuir com a aprendizagem do aluno. Observamos também, que a maneira como o professor explora a leitura e escrita a partir da produção textual, fazendo o uso correto de práticas pedagógicas adequadas e associando-as a recursos diversificados, há mais fluidez e facilidade na

aprendizagem do aluno, contribuindo de forma positiva para a sua formação e apropriação do conhecimento.

Muitos alunos aprendem de forma diferente, e os professores estão sempre atentos, procurando diversas e inovadoras maneiras de ensinar para atender a todos, até mesmo as sugestões solicitadas pelos próprios alunos.

Por fim, havendo detalhado o alcance de cada objetivo específico, apresenta-se agora a discussão final da conclusão do objetivo geral, analisar de que forma os professores da Escola Estadual Dom José Maritano se apropriam da produção textual para estimular a leitura e escrita no ensino de língua portuguesa. Concluiu-se que o trabalho a partir da produção de texto para fomentar a leitura e escrita é extremamente significativo pois permite uma maior interação do aluno e estimulando a sua capacidade de pensar e produzir com mais clareza e determinação.

Pode-se dizer ainda, que o trabalho envolvendo as produções textuais em sala de aula, quando direcionadas para as temáticas da atualidade, vivência, ou da própria experiência do aluno, são mais aceitas para o desenvolvimento do trabalho. Há sempre um interesse maior quando a temática da produção textual é contextualizada com a realidade do aluno. Em alguns casos, o aluno já vivenciou tal situação, e quando essa temática faz parte do rodízio de temas para a leitura e escrita da produção textual, ele se sente mais motivado a ler e fundamentar suas experiências.

O trabalho com a leitura e escrita do aluno pelo professor é entendida com o momento de formação tanto para o próprio professor, quanto para o aluno, pois há momentos para discussões, reflexões, diálogo e escritas, favorecendo a troca de experiência e aprendizado.

Sabe-se que as dificuldades dos alunos em compreender determinados conteúdos são barreiras que podem ser vencidas. Porém, as dificuldades enfrentadas referentes a produção textual precisam ser olhadas com mais cuidado e atenção, pois o aluno precisa dominar tal habilidade para interagir com mais segurança e propriedade nas situações diárias do seu contexto de vida.

Quanto aos fatores que contribuem para as dificuldades em ler, escrever e produzir textos, vimos que a cada dia pessoas são excluídas do mundo letrado, ficando a margem das informações e, conseqüentemente, a margem da sociedade. Tais fatores podem ser de ordem intelectual, familiar, de ordem econômica, ou de ordem social, permitindo com que o aluno fique a mercê do fracasso escolar, bloqueando a sua criatividade e o seu estímulo nas questões escolares.

Diante disso, é fundamental que o professor de língua portuguesa esteja capacitado para desenvolver um trabalho dinâmico e interativo que envolva a leitura, escrita e produção textual. A formação inicial e continuada do professor de língua portuguesa, no que se refere ao trabalho com a produção textual, são fatores que se mostram eficientes para o preparo do professor na formação dos alunos, e na dinâmica da sua prática pedagógica em sala de aula. No entanto, na referida escola, é uma prática ineficiente, pois há uma carência na oferta da formação continuada do professor, permitindo a existência de lacunas no ensino.

Nesse caso, a escola deve avaliar suas ações e, independentemente do processo de construção de seu PPP, oportunizar momentos de capacitação para essa finalidade, pois deixar a formação apenas por conta do professor, sem se envolver, é se eximir das responsabilidades, pois segundo a LDB 9394/96, os profissionais da educação são todos os responsáveis pelo processo de aprendizagem do aluno, portanto não só os professores, mas os gestores e coordenadores pedagógicos tem suas parcelas de colaboração e responsabilidade.

A partir desse entendimento o trabalho com a produção textual na Escola Estadual Dom José Maritano, caracteriza-se com o prática de estímulo a leitura e escrita centrada no aluno, abrindo espaço para o diálogo e discussões entre professores e alunos, troca de experiências e vivências significativas que possam fazer parte da sua bagagem de conhecimento, a fim de ampliar seus horizontes e expandir suas possibilidades comunicativas em diferentes situações do seu dia a dia.

Diante disso, conclui-se que o professor não pode caminhar sozinho, pois o trabalho a partir da produção textual para estimular a leitura e a escrita requer ações flexíveis e o envolvimento de todos para se obter o resultado esperado.

A discussão aqui apresentada aconteceu visando contribuir, teoricamente, para que as questões aqui tratadas sobre a produção textual possam ser melhor compreendidas no meio educacional e, portanto, mais valorizadas para a formação do aluno e para a qualidade do ensino.

Por todas as razões aqui proclamadas finalizamos a discussão concluindo que, o trabalho desenvolvido a partir da produção textual é um recurso relevante na Escola Estadual Dom José Maritano, pois estimula a leitura e a escrita dos alunos. Contribui para que o aluno tenha a capacidade de criar e produzir, ler com fluência e criticidade e escrever com coesão e coerência permitindo uma maior interação social. Contribui também para que os professores se apropriem de novas e diversificadas práticas pedagógicas que possam se materializar não só na sala de aula, mas para além dos muros escolares.

PROPOSTAS

As propostas desta tese, estão direcionadas a todos os profissionais da educação que atual em sala de aula no ensino fundamental seja na rede estadual ou municipal de ensino, aos técnicos da Secretaria Estadual de Educação e todos que são dessa área, mas precisamente para os professores de língua portuguesa da Escola Estadual Dom José Maritano, que serviu de campo para a presente investigação e se preocupou em trabalhar a produção textual para estimular a leitura e escrita dos alunos do 9º ano e contribuir para a formação.

Diante dos resultados adquiridos neste estudo são necessárias algumas recomendações com a finalidade de contribuir ainda mais com a prática pedagógica do professor de língua portuguesa, no que se refere ao trabalho desenvolvido a partir da produção textual na Escola Estadual Dom José Maritano.

Neste sentido recomendamos os:

- 1- Definir no currículo estratégias diversificadas para o trabalho com a produção textual;
- 2- Criar política de formação estadual;
- 3- Melhorar as orientações didáticas necessárias ao professor de língua portuguesa;
- 4- Agir em parceria com a família.

Abaixo se especificam as ações necessárias para o desenvolvimento de cada um dos componentes propostos.

- 1- Definir no currículo estratégias diversificadas para o trabalho com a produção textual.
 - Atuação dos coordenadores pedagógicos na busca de novas e diversificadas estratégias de ensino que possam facilitar o trabalho desenvolvido pelo professor;
 - Ofertar palestras aos professores que possam auxiliá-los na elaboração do currículo e na escolha das melhores ações para o desenvolvimento do seu trabalho;
 - Buscar com outros professores estratégias já experimentadas e bem-sucedidas para serem inseridas no currículo.
- 2- Criar política de formação estadual.

- Ofertar cursos de formação e atualizações pedagógicas regularmente;
 - Realizar formação continuada aos coordenadores pedagógicos para dar sustento teórico e profissional a capacitação dos professores de língua portuguesa;
 - Realizar parcerias com a escola para a capacitação dos professores segundo as suas demandas.
- 3- Melhorar o acompanhamento das ações didáticas do professor de língua portuguesa;
- Realizar as orientações necessárias ao professor de língua portuguesa no desenvolvimento do seu trabalho em sala de aula;
 - Criar um programa de acompanhamento e avaliação dos alunos com dificuldades de aprendizagem em língua portuguesa a fim de contribuir para a sua aprendizagem;
 - Investir em encontros coletivos de professores para discutir sobre as demandas da sala de aula, no que diz respeito as dificuldades dos alunos e possíveis ações para solucioná-los;
 - Agilizar a conclusão do PPP propondo ações que possam beneficiar os professores na realização do seu trabalho;
 - Ofertar recursos e materiais necessários para o desenvolvimento do trabalho do professor em sala de aula.
- 4- Agir em parceria com a família.
- Promover ações que possam aproximar a família da escola para que o aluno perceba o amparo entre essas duas instituições sociais;
 - Investir em encontros coletivos entre escola e família com a finalidade de descobrir possíveis fatores que promovem as dificuldades de aprendizagem, para tentar solucioná-los.
 - Inserir a família nos projetos escolares para que o aluno se sinta motivado pelos pais e funcionários da escola.

Portanto, através desta pesquisa foi possível delinear o uso da produção textual como recurso didático para estimular a leitura e a escrita dos alunos, fatores de fundamental importância para a inserção do homem na sociedade letrada, ficando evidenciado a necessidade da instituição compreender a importância da apropriação pelo aluno das

habilidades e competências imprescindíveis para o seu processo de formação enquanto sujeitos de transformação social.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, R. de C. S. (2015). *Práticas de leitura e produção de texto*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Amapá, Secretaria Estadual de Educação (2009). *Plano Curricular da Educação Básica do Estado do Amapá*. Disponível em: <<http://www.ipfer.com.br/gper/plano-curricular-da-educacao-basica-do-estado-do-ama/wp-content/uploads/sites/2/2017/12>> Acesso em: 22 de mar de 2018.
- Andrade, M. M. (2009). *Introdução à metodologia do trabalho científico*. 8ª ed. São Paulo: Atlas.
- Araújo, V. P. C. (2013). *Escola, currículo e cultura*. São Paulo: Editora Sol.
- Bakhtin, M. (2000). *Estética da Criação verbal*. 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições.
- Belther, J. (2014). *Didática I*. São Paulo: Pearson Education do Brasil.
- Brasil, *Constituição da República Federativa do Brasil* (2017). Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.
- Brasil, Conselho Nacional de Educação (2010). *Resolução nº 4/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica*.
- Brasil, Secretaria de Educação Básica (2017). *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC/SEF.
- Brasil, Secretaria de Educação Fundamental (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF.
- Brasil, Secretaria de Educação Fundamental (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF.
- Bueno, B. O. Prefácio. In: Rebole, Flavinês; Teixeira, L. R. M.; Perrelli, M. A. de S. (Orgs.) (2012). *Docência em questão: discutindo trabalho e formação*. Campinas: Mercado de Letras.
- Campoy, A. T. J. (2016). *Metodología de la investigación científica. Manual para la elaboración de tesis y trabajos de investigación*. Asunción, Py: Marben.
- Campoy, A. T. J. (2018). *Metodología de la Investigación Científica. Manual para elaboración de Tesis y trabajos de Investigación*. Asunción, Paraguay: Marben.
- Carvalho, M. (2010). *Guia prático do alfabetizador*. São Paulo: Ática.

- Celani, M. A. A. (2000). A relevância da linguística aplicada na formulação de uma política educacional brasileira. In: FORTKAMP, M. B. M.; TOMITCH, L. M. B. (Orgs.). *Aspectos da linguística aplicada: estudos em homenagem ao professor Hilário Inácio Bohn*. Florianópolis: Insular.
- Coelho, F. A.; Palomanes, R. (orgs). (2016). *Ensino de produção textual*. São Paulo: Contexto.
- Colello, S. M. G. (2011). *Textos em contextos*. 2ª. ed. São Paulo: Sammus.
- Correa, V. L. [et.al.] (2013). *Teorias do texto*. Curitiba: InterSaberes.
- Costa, V. L. P. (2012). *Função Social da Escola*. Tocantins. Disponível em: https://www.drearaguaina.com.br/projetos/funcao_social_escola.pdf. Acessado em: 05 de maio de 2018.
- Costa, A. C. [et.al.] (2017). *Linguística textual e ensino*. São Paulo: Contexto.
- Cosson, R. (2014). *Círculos de leitura e letramento literário*. São Paulo: Contexto.
- Denzin, N. K. & Lincoln, Y.S. (2011). *The sage Handbook of Qualitative Research*, Sage, Thousand Oaks, CA: Sage.
- Di Palma, M. S. (2012). *Organização do trabalho pedagógico*. Curitiba: InterSaberes.
- Ferreira, J. de L. (orgs). (2014). *Formação de professores: teoria e prática*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Fontana, N. Mª. (2009). *Práticas de linguagem: gêneros discursivos e interação*. Caxias do Sul, RS: EducS.
- Fontana, N. Mª.; Porsche, S. C. (orgs). (2011). *Leitura, escrita e produção oral: propostas para o ensino superior*. Caxias do Sul: EDUCS.
- Freire, P. (1982). *Ação Cultural para Liberdade e Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1989). *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (2006). *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 48. ed. São Paulo: Cortez.
- Gasparin, J. L. (2007). *Uma didática para a pedagogia histórico-crítica*. 4. ed. revista e ampliada. Campinas, SP: Autores Associados.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas.

- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª. ed. São Paulo: Atlas.
- Godoy, E. (2014). *Psicolinguística em foco: linguagem – aquisição e aprendizagem*. Curitiba: InterSaberes.
- González Arroyo, M. (2008). *Indagações sobre currículo: seus direitos e o currículo*. Brasília: MEC/SEB.
- González, J. A. T. Fernández, A. H. & Camargo, C. B. (2014). *Aspectos fundamentais da pesquisa científica*. Paraguay: Editora Marben Assunción.
- Grochoska, M. A. (2013). *Organização escolar: perspectivas e enfoques*. 2ª. ed. rev. Curitiba: InterSaberes.
- Hein, A. C. A. (2016). *Alfabetização e Letramento*. São Paulo: Pearson Education do Brasil.
- Hertmann, S. H. de G. (2012). *Práticas de escrita para o letramento no ensino superior*. 1ª. ed. Curitiba: InterSaberes.
- Indicadores da qualidade na educação: *dimensão ensino e aprendizagem da leitura e da escrita/Ação Educação, SEB/MEC (coordenadores) – São Paulo: Ação Educativa, 2006.*
Disponível em:
http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Fseb%2Farquivos%2Fpdf%2FPro_cons%2Findqual_2.pdf&ei=KipGUsvrK0Pa9ATlYDwAg&usg=AFQjCNHiJ1seSS1wW0GT_sNGEu1_kIBJhg&bvm=bv.53217764,d.eWU. Acesso em: 22 de novembro de 2018.
- IBGE. (2017). *Síntese do estado da Bahia*. Recuperado de:
<http://ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ba>. Acesso em: 16 de Março de 2018.
- Kauark, F. Manhães, F. C.; Medeiros, C. H. (2010). *Metodologia da pesquisa: guia prático*. Itabuna: Via Litterarum.
- Knechtel, M^a. do R. (2014). *Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada*. Curitiba: InterSaberes.
- Koch, I. G. V. (2011). *O texto e a construção dos sentidos*. 10. ed. São Paulo: Contexto.
- Koche, V. S. (2014). *Leitura e produção textual: gêneros textuais do discurso: ler e expor*. 6ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Koche, V. S. (2015). *Prática textual: atividades de leitura e escrita*. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.

- Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. (2011). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 7ª ed. São Paulo: Atlas.
- LDB, *Lei de diretrizes e bases da educação nacional (2017)*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/.../lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2018.
- Leal, T. F.; Suassuna, L. (orgs) (2014). *Ensino da Língua Portuguesa na Educação Básica: reflexões sobre o currículo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Leão, L. M. (2016). *Metodologia do estudo e Pesquisa*. Petrópolis RJ: Vozes.
- Lim a, M. F. (org) (2012). *A função do currículo no contexto escolar*. Curitiba: InterSaberes.
- Lim a, F. R. O. (2014). *Língua e linguagem na prática pedagógica*. Curitiba: InterSaberes.
- Lira, B. C. (2016). *Práticas Pedagógicas para o século XXI: A sociointeração digital e o humanismo ético*. Petrópolis, RJ
- Lombardi, R. F.; Gardelli, M. (org) (2015). *Linguística III*. São Paulo: Pearson Education do Brasil.
- Lück, H. (2009). *Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências*. 2. ed. Curitiba: Editora Positivo.
- Marconi, M. de A.; Lakatos, E. M. *Fundamentos da metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- Marcuschi, (2005). *Gêneros Textuais: definição e funcionalidade*. In: Dionísio, A.P.; Bezerra, M. A. (orgs). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- Mascarenhas, S. A. (2012). *Metodologia científica*. São Paulo: Pearson Education do Brasil.
- Mattos, A. P. de (2012). *Escola e Currículo*. 2. ed. rev. Curitiba: IBPEX.
- Mattos, A. P. de (2013). *Escola e Currículo*. Curitiba: InterSaberes.
- Medel, C. R. M. de A. (2013). *Ensino Fundamental I: práticas pedagógicas*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moreira, A. F. B. (2008). *Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura*. Brasília: MEC/SEB.
- Moreira, A. F. B. (org) (2010). *Multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes.
- Neves, H. (2008). Aspectos sintáticos do texto: um a proposta para o trabalho com texto em sala de aula. In: *Ao pé da letra*, v.10, n.2. Disponível em:

<http://www.revistaopedaetra.net/volumes/vol%2010.2/vol10.2-Herbertt_Neves.pdf. Acesso em : 27 novembro de 2018.

- Nogueira, P. L. (2016). *Metodologia do ensino da língua portuguesa I*. São Paulo: Pearson Education do Brasil.
- Oliveira, M. M. de (2013). *Sequência Didática Interativa no processo de formação do professor*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- Paula, D. H. L. de (2016). *Currículo na escola e currículo da escola: reflexões e proposições*. Curitiba: InterSaberes.
- Paviani, M. S. (org) (2012). *Gêneros do texto: subsídios para o ensino em diferentes disciplinas*. Caxias do Sul: Educus.
- Perfeito, A. (2013). *Concepções de linguagem e análise linguística: diagnósticos para proposta de intervenção*. Disponível em <http://www.cce.ufsc.br/~clafpl/74_Alba_Maria_Perfeito.pdf>. Acesso em 27 novembro de 2018.
- Perovano, D. G. (2016). *Manual de metodologia da pesquisa científica*. Curitiba: InterSaberes.
- Piccoli, L. (2012). *Práticas pedagógicas em alfabetização: espaço, tempo e corporeidade*. Erechim: Edelbra.
- Porto, H. (2017). *Currículos, programas e projetos pedagógicos*. São Paulo: Pearson Education do Brasil.
- Prodanov, C.C., Freitas, E.C. de (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2ª. ed. Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul - Brasil: Feevale.
- Rangel, M. & Machado, J. do C. (2012). *O papel da leitura e da escrita na sala de aula: estratégias de ensino para dinamização dos processos de leitura e escrita*. Anais do SIELP. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU. Disponível em : <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&v>> Acesso em 21 de mai. de 2018.
- Ribeiro, M. A. de P. (2012). *Técnicas de aprender: conteúdos e habilidades*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Rossi, A. (2015). *Linguística textual e ensino de Língua Portuguesa*. Curitiba: InterSaberes.
- Saldanha, L. C. D. (2016). *Fala, oralidade e práticas sociais*. Curitiba: InterSaberes.
- Sampieri, R. H., Collado, C. H., Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. Tradução: Murad, F. C. Kassner, M. Ladeira, S.C.D. 3ª ed. São Paulo. McGraw-Hill.

- Sam pieri, R. H. Collado, C. H. & Lucio, P. B. (2014). *Metodologia de La Investigación*. 6ª ed. México. McGraw-Hill.
- Santos, L. W. (2012). *Análise e produção de texto*. 1ª. ed. São Paulo: Contexto.
- Senna, L. A. (2015). *Literatura, expressões culturais e formação de leitores na educação básica*. Curitiba: InterSaberes.
- Severino, A. J. (2017). *Metodologia do Trabalho Científico*. 24ª. ed. São Paulo, Brasil: Cortez Editora.
- Silva, R. do C. P. da (2012). *A linguística textual e a sala de aula*. Curitiba: InterSaberes.
- Soares, M. (2017). *Alfabetização e Letramento*. 7ª. ed. São Paulo: Contexto.
- Souza, R. J.; Feba, B.L.T. (orgs) (2011). *Leitura literária na escola: reflexões e propostas na perspectiva do letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Terra, E. (2015). *A produção literária e a formação de leitores em tempos de tecnologia digital*. Curitiba: InterSaberes.
- Tiepolo, E. V. (2014). *Falar, ler e escrever na escola: práticas metodológicas para o ensino de Língua Portuguesa*. Curitiba: InterSaberes.
- Winter, E. M. (2017). *Didática e os caminhos da docência*. Curitiba: InterSaberes.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Carta enviada à direção da instituição, locos da pesquisa



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACUTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACION
PROGRAMA DE MAESTRIA EN CIÊNCIA DE LA EDUCACIÓN

Macapá-AP, 15 de Agosto de 2018

Prezado (a) Sr (a), Sou Mestranda da Universidade Autônoma de Assunção, Paraguai.

Estou desenvolvendo a tese de conclusão do curso, sob a orientação da Prof^a. Dra. Clara Roseane da Sila Azevedo Mont'Alverne, intitulada "A produção textual como recurso didático no ensino de Língua Portuguesa". O objetivo da pesquisa é o de analisar de que forma os professores da Escola Estadual Dom José Maritano se apropriam da produção textual para estimular a leitura e escrita no ensino de Língua Portuguesa.

Considero este trabalho importante, porque a Produção Textual envolve as questões de linguagem escrita e falada, e isso é um assunto atual e presente nas escolas públicas da educação básica e que envolve o profissional de Língua Portuguesa. Ensinar a ler e a escrever não são tarefas fáceis e isso vem sendo uma das maiores preocupações no âmbito educacional em todos os níveis de ensino. Assim, vale ressaltar as influências que a Produção Textual favorece nas práticas pedagógicas dos professores de Língua Portuguesa, e consequentemente, na aprendizagem dos alunos.

Nesse sentido, **gostaria de contar com o apoio e colaboração desta conceituada instituição de ensino para realização da pesquisa de campo da referida investigação.**

A pesquisa consistirá em três distintas, a saber: Primeira Etapa: Observação estrutura, que visualizará o espaço físico da escola, estruturas para o desenvolvimento de projetos que envolvam a leitura, escrita e produção textual, além da tecnologia e prática pedagógica dos professores de Língua Portuguesa. Segunda Etapa Guia de entrevistas, que realizará a aplicação de questionários para os professores de Língua Portuguesa, Coordenadores Pedagógicos e Alunos do 9º ano do ensino fundamental, coletando informações mais detalhadas sobre a prática pedagógica e o trabalho desenvolvido a partir da Produção Textual que a instituição dispõe. Na Terceira Etapa: Análise documental, onde será analisado a documentação da escola, planos de aula, currículo escolar de Língua Portuguesa, Projeto Político Pedagógico, sequências didáticas e/ou projetos educativos.

A participação da instituição é de grande importância nesta investigação, a fim de que a partir dos resultados da pesquisa possa ser feita uma reflexão sobre o que tem sido feitos nas práticas pedagógicas dos participantes em relação a inserção de atividades que estimulem os alunos a ler, escrever e produzir com a finalidade de formar bons leitores e escritores de textos. Desde já agradecemos a sua atenção e colaboração e nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Maria de Lourdes Aleixo Mendonça da Silva

M^a de Lourdes Aleixo Mendonça da Silva
 Mestranda em Ciências da Educação - UAA

RECEBI O ORIGINAL

Em, 15 / 08 / 2018

Syntia Maria de Castro Trindade

Syntia Maria de Castro Trindade
 Diretora

E.E. Dom José Maritano
 Decreto nº 9159/2018



APÊNDICE 2 – Guia de entrevista para os Coordenadores Pedagógicos



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACION
PROGRAMA DE MAESTRIA EN CIÊNCIA DE LA EDUCACIÓN**

GUIA DE ENTREVISTA – COORDENADOR PEDAGÓGICO

Prezado (a) Coordenador (a),

Este guia de entrevista é o instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é: **A produção textual como recurso didático no ensino de Língua Portuguesa na Escola Estadual Dom José Maritano**. Tendo como objetivo geral analisar de que forma os professores da Escola Estadual Dom José Maritano se apropriam da produção textual para estimular a leitura e a escrita no ensino de Língua Portuguesa.

NOME: _____

DATA: ___/___/2018.

Questão 1: Quanto as orientações sobre a estrutura curricular de Língua Portuguesa, qual a importância que as atividades de leitura, escrita e produção textual recebem?

Questão 2: Há na escola algum projeto de produção de texto que possa ser desenvolvido pelo professor com os alunos?

Questão 3: A escola desenvolve alguma formação continuada para melhoria da prática pedagógica do professor de língua portuguesa?

Questão 4: Qual o tipo de formação inicial e continuada dos professores de Língua Portuguesa do 9º ano da Escola Estadual Dom José Maritano?

Questão 5: Há alguma orientação de como a frequência e o modo com que a produção textual deve ser trabalhada em sala de aula?

Questão 6: Há alguma orientação ao professor para a melhoria da prática pedagógica no desenvolvimento do trabalho com a produção de texto?

APÊNDICE 3 – Guia de entrevista para os Professores



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACION
PROGRAMA DE MAESTRIA EN CIÊNCIA DE LA EDUCACIÓN**

G U I A D E E N T R E V I S T A – P R O F E S S O R

Prezado (a) Professor (a),

Este guia de entrevista é o instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é: **A produção textual como recurso didático no ensino de Língua Portuguesa na Escola Estadual Dom José Maritano**. Tendo com o objetivo geral analisar de que forma os professores da Escola Estadual Dom José Maritano se apropriam da produção textual para estimular a leitura e a escrita no ensino de Língua Portuguesa.

NOME: _____

DATA: ___/___/2018.

Questão 1: Que tipos de atividades de produção de texto você desenvolve com os alunos?

Questão 2: Qual a importância que a formação continuada proporciona para o professor no desenvolvimento do trabalho com a produção textual?

Questão 3: Em que proporção de tempo o trabalho com a produção textual é aplicado em sala de aula?

Questão 4: No trabalho com a produção textual o professor aplica a reescrita do texto pelo aluno?

Questão 5: A sua prática pedagógica desenvolvida hoje, contribui para a aprendizagem do aluno quanto a produção textual?

APÊNDICE 4 – Guia de entrevista para os Alunos



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACION
PROGRAMA DE MAESTRIA EN CIÊNCIA DE LA EDUCACIÓN**

G U I A D E E N T R E V I S T A – A L U N O

Prezado (a) Aluno (a),

Este questionário é o instrumento que será utilizado na coleta de dados da pesquisa de campo cujo tema é: **A produção textual com o recurso didático no ensino de Língua Portuguesa na Escola Estadual Dom José Maritano**. Tendo como o objetivo geral analisar de que forma os professores da Escola Estadual Dom José Maritano se apropriam da produção textual para estimular a leitura e a escrita no ensino de Língua Portuguesa.

NOME: _____

DATA: ___/___/2018.

Questão 1: Qual a importância das atividades/projetos na vida escolar e pessoal do aluno?

Questão 2: Como o professor trabalha a produção textual para estimular a sua aprendizagem?

Questão 3: Você acha que a produção textual, aplicada hoje pelo professor, contribui para melhorar a sua aprendizagem?

APÊNDICE 5: Guia de Observação para Pesquisa

Universidade Autônoma de Assunção – UAA
Centro de Educação
Mestrado em Educação
Registro de Observação para Pesquisa

Escola _____

Data da observação: _____

Duração do Trabalho a partir da Produção Textual: _____

N° de Participantes: _____

Aspectos observados nos professores e coordenadores durante o trabalho desenvolvido a partir da produção textual	Participação e interesse	Os professores participam assiduamente do planejamento didático.
		Troca de ideias entre os professores de língua portuguesa sobre assunto relacionados ao currículo.
		Troca de ideias entre os participantes sobre outros assuntos que dizem respeito ao ensino-aprendizagem.
		Reclamam durante o encontro (duração, horários, o que tratar)
		Interessam-se por recursos tecnológicos e audiovisuais (tabletes, revistas, etc)
		Resistem as propostas colocadas nos encontros para o trabalho em sala de aula.
Aspectos observados nos alunos durante o trabalho desenvolvido a partir da produção textual	Mediação	Há interesse do aluno nas atividades desenvolvidas.
		Tem domínio dos assuntos tratados.
		Interage com os colegas da classe.
		Os assuntos são significativos aos alunos.
		Respeita a opinião dos professores.
Aspectos dos planejamentos pedagógicos		Ocorrem conflitos entre os participantes.
		Envolvidos nos encontros conseguem alcançar o objetivo real do encontro.
		Os coordenadores têm suporte técnico para a realização dos encontros.
		Os temas abordados são coerentes e necessários para o trabalho desenvolvido em sala de aula.
		O grupo demonstra desinteresse em algum momento do encontro.

	O espaço é adequado para as reuniões e planejamentos.
	Há suporte tecnológico para subsidiar no encontro.

APÊNDICE 6 - Relatório das observações da Pesquisa

Universidade Autônoma de Assunção – UAA
Centro de Educação
Mestrado em Educação

Relatório das Observações da Pesquisa

O presente relatório apresenta as observações realizadas na coleta de dados para a pesquisa intitulada “A produção textual como recurso didático no ensino de Língua Portuguesa”. As observações acerca do trabalho desenvolvido a partir da produção textual na Escola Estadual Dom José Maritano aconteceram nos dias 21 e 28 de setembro durante o planejamento pedagógico no horário do contra turno dos professores; no dia 03 de outubro na coordenação pedagógica; e nos dias 09 e 11 de Outubro em sala de aula. O objetivo geral é analisar de que forma os professores da Escola Estadual Dom José Maritano se apropriam da produção textual para estimular a leitura e escrita no ensino de Língua Portuguesa.

A observação é um momento de fundamental importância para a pesquisa principalmente quando o pesquisador já tenha pré-definido o que deseja desvendar. Lakatos e Marconi (2003, p.193) “O observador sabe o que procura e o que carece de importância em determinada situação; deve ser objetivo, reconhecer possíveis erros e eliminar sua influência sobre o que você recolhe”.

Assim, a observação em questão seguiu um guia orientador, pois a observação deve seguir padrões, mesmo que não seja rígida, para direcionar a pesquisa como o foco principalmente nos objetivos específicos que buscam investigar a dinâmica do trabalho desenvolvido a partir da produção de texto para estimular a leitura e a escrita dos alunos.

Ludke e André (1986) ressaltam que devemos planejar a observação com antecedência, visualizando o que e como será realizado a observação. Sendo assim, primeiramente deve-se delimitar o objeto de estudo, o foco da observação. Para auxiliar nessa observação foi utilizado um guia de observação com os fenômenos que se buscava investigar.

Observação Escola Estadual Dom José Maritano

Dia	21/09/2018 e 28/09/2018
Nº de Participantes	2 Coordenadores, 10 professores.

Local	Sala dos professores
Pauta do encontro	Planejamento de aulas semanais
<p>Assim a observação se iniciou na E.E. Dom José Maritano, no dia 21 de novembro no turno da tarde. Nesse dia os coordenadores pedagógicos sentaram com professores atuantes dos anos finais do ensino fundamental e uma professora dos anos iniciais ensino fundamental. O encontro aconteceu na sala dos professores e o planejamento iniciou com um breve resumo dos acontecimentos da semana. A pauta da reunião era o planejamento semanal, o término do bimestre e preenchimento das cadernetas e a entrega dos planos quinzenais realizados por cada área do conhecimento, além de discussões acerca da aprendizagem dos alunos no decorrer da semana. Observou-se que o momento do planejamento pedagógico é momento onde todos (coordenadores e professores) sentam e discutem entre si os pontos positivos e negativos ocorridos durante a semana em sala de aula. A coordenação perguntou aos professores sobre suas demandas em sala de aula e cada professor relata por turma trabalhada, colocando seus anseios, os problemas encontrados, os passos vencidos e assim por diante. Cada professor escuta e espera a sua vez para falar contribuindo com situações vividas e sugestões para melhorias, se esse for o caso.</p> <p>Em relação a aprendizagem dos alunos, os professores citam por turma o nome do aluno do qual desejam falar. Todos comentam sobre esse aluno, até passar para o aluno da turma seguinte, e assim, sucessivamente até chegar ao nono ano. Os professores de História, Geografia e Ciências relatam que os alunos não gostam de levar o livro didático e isso dificulta a sua aula, ao momento em que ele se planeja para o trabalho com o respectivo livro. Comentam também, que alguns alunos não fazem tarefas ou trabalhos de pesquisas destinados como atividades para casa, prejudicando a sua participação nas referentes disciplinas. Os professores de Língua Portuguesa comentam o desinteresse de alguns alunos nas atividades propostas e comentam também, sobre os avanços obtidos com aqueles que apresentam dificuldades na aprendizagem. A professora de Matemática também comentou sobre a dificuldade de alguns alunos em suas aulas e disse que procura sempre inovar para obter bons resultados, porém com os alunos desinteressados ela não consegue avançar. Os demais professores também relatam sobre as dificuldades de aprendizagem, as situações de indisciplina e as demais demandas do dia a dia. Todos discutem sobre a situação dos alunos em relação as suas notas, a frequência e participação</p>	

nas atividades. Quanto a professora dos anos iniciais do ensino fundamental, também foram colocados por ela, os pontos positivos e negativos ocorridos durante a semana em sala de aula.

Foi observado que os pontos destacados em relação a turma do nono ano são semelhantes as demais turmas. Os professores colocaram que a maioria dos alunos do nono ano demonstram muita atenção, são alunos esforçados e participativos. No entanto, foi colocado também, que ainda existe na turma, alunos desinteressados que apresentam muitas dificuldades e alunos faltosos, fatos que dificultam o processo de ensino-aprendizagem.

Após esse feedback dos professores, os coordenadores apresentaram algumas sugestões para melhorar os problemas de indisciplina e pediu para os professores o nome completo dos alunos faltosos e com problemas de aprendizagem. Os coordenadores pediram também, que os professores, a partir de suas experiências e vivências em sala de aula, possam sugerir uns aos outros, intervenções que possam melhorar as dificuldades de aprendizagem. Após esse momento, os professores sentaram para definir as próximas aulas para trabalhar na semana seguinte. Com pareceu nesse dia ao planejamento a diretora da escola que pediu para que os coordenadores solicitassem a presença das famílias para verificar as causas das faltas e comunicar sobre os casos de indisciplina e o baixo rendimento dos alunos.

No dia 28 de Setembro o planejamento pedagógico contou com a participação dos mesmos professores e coordenadores. A reunião também aconteceu no horário da tarde na sala dos professores e iniciou com dos coordenadores sobre os acontecimentos ocorridos durante a semana. A pauta da reunião se deu em razão do planejamento semanal, uma breve avaliação das sugestões dadas na semana anterior para a resolução de alguns problemas, e a cobrança do plano quinzenal. Os coordenadores iniciaram as discussões comentando sobre as ações realizadas para a resolução dos casos de indisciplina, alunos faltosos e alunos com baixo rendimento de aprendizagem. Relataram que conversaram com os alunos em questão, chamaram os pais para uma conversa amigável sobre a responsabilidade do acompanhamento na trajetória escolar de sus filhos e em seguida perguntaram se houve mudança no comportamento desses alunos, quanto as questões de

indisciplina, faltas e participação nas atividades para melhorar seu rendimento. A cada pergunta realizada os professores iam respondendo e os coordenadores iam fazendo pequenas anotações e intervenções ao longo da conversa. Após o momento das discussões e avaliação acerca das ações propostas foram verificados o êxito em algumas sugestões e substituídos outras para conquistar os resultados esperados. Em seguida, os coordenadores parabenizaram os professores pelo empenho e dedicação nas ações propostas e se colocaram à disposição para o que precisarem. Em seguida, os professores definiram seus planos para trabalhar durante a semana seguinte. A professora de língua portuguesa acrescentou o trabalho desenvolvido a partir da produção de textos e disse que há nas turmas de 8º e 9º ano alunos capazes de produzir poesias de diversos temas e isso a deixou muito feliz. Ao finalizarem os planos de aulas os professores pediram ajuda em relação a reprodução de alguns materiais necessários para a realização das atividades.

Comentário da Investigadora Participante

Foi observado o planejamento antecipado dos coordenadores para a realização das reuniões pedagógicas, pois apresentou as demandas da escola surgidas durante cada semana, as atividades realizadas para ajudar o trabalho do professor, as questões resolvidas com os alunos e com a família deste aluno para o avanço da aprendizagem. Nos dois dias de observação, que aconteceram na sala dos professores não foi percebido nenhum conflito entre professores e coordenação pedagógica. Observou-se que o momento do planejamento é um momento harmonioso e colaborativo onde a coletividade discute a melhor forma possível para resolver os problemas da escola, e conseqüentemente, da qualidade da educação. Percebeu-se que os professores propõem e aceitaram as sugestões dos coordenadores e dos colegas de trabalho sem nenhuma resistência desde que sejam sugestões viáveis para serem realizadas.

Foi percebido que a pauta de trabalho dos coordenadores durante cada planejamento pedagógico é quase sempre a mesma, tratando sobre planejamento de aula e questões sobre o desempenho do aluno, frente as situações de aprendizagem. Foi observado também que a coordenação pedagógica se esforça ao máximo para que essas reuniões aconteçam, providenciando a participação de cada professor pois, o envolvimento de todos se faz necessário para a construção de situações concretas para o benefício do processo educativo.

Dia	03/10/2018
Nº de Participantes	2 Coordenadores, diretor e vice-diretor, 2 auxiliares pedagógicos.
Local	Sala da coordenação Pedagógica
Pauta do encontro	Caderneta escolar, Fechamento do bimestre, Metas de aprendizagem, Apoio aos professores

A observação aconteceu no dia 03 de Outubro na sala da coordenação pedagógica, no horário da manhã. A pauta de reunião foi organizada seguindo uma leitura inicial sobre fechamento do bimestre, avaliação, verificação das metas, o preenchimento da caderneta dos professores ao término do bimestre e o apoio necessário aos professores para o início do novo bimestre para o alcance dos resultados esperados. Foi uma reunião tranquila e colaborativa.

A coordenação iniciou a reunião ressaltando a importância do preenchimento das cadernetas em cada término do bimestre, que na atual conjuntura passou a ser eletrônica, podendo agora ser acessada por pais e responsáveis de alunos, como também pelos coordenadores e secretária da escola e técnicos da Secretaria de Educação do Estado. Foi ressaltado que esse preenchimento é fundamental para que os pais e responsáveis tenham acesso a todas as informações referentes ao aluno como notas, conteúdo administrado, faltas, entre outras. Sendo assim, foi mencionado a cobrança aos professores quanto a este quesito, pois alguns professores costumam atrasar esse preenchimento dando margem para possíveis fiscalizações.

Ao mencionarem as metas de aprendizagem, foi percebido a atuação por turmas, pois a coordenação pedagógica, a partir das anotações realizadas no planejamento com os professores, obtém acesso as demandas de aprendizagem nas turmas escolares. Sendo assim, comentaram sobre bons resultados no processo de ensino-aprendizagem, porém alguns pontos precisam ser melhorados. Diante disso, houve a preocupação dos demais participantes em saber o que fazer enquanto escola para que os resultados sejam alcançados. Todos os participantes opinaram, dando sugestões inclusive a secretária escolar que pontuou que havia percebido que muitas turmas tinham conseguido ultrapassar a meta estabelecida pela escola em relação a alfabetização dos alunos, a melhoria das notas bimestrais, que houve uma redução nas faltas em relação aos bimestres anteriores, e que

era muito positiva essa informação. Os coordenadores anotavam e faziam intervenções quando necessário.

A diretora e a vice-diretora enfatizaram a importância do apoio a ser dado ao professor, pois eles lidam com muitos alunos, cada qual com um nível diferente de aprendizagem. Pediram para que os coordenadores sejam mais presentes, perguntem sempre sobre o que podem fazer para contribuir com o processo de ensino, providenciem recursos materiais que possam ser úteis ao professor para o desenvolvimento do seu trabalho junto ao progresso do aluno.

Comentário da Investigadora Participante

No dia de observação foi possível identificar uma forte relação entre a equipe técnica e pedagógica da escola, coordenadores, auxiliares, gestores e secretária escolar. No entanto, ficou claro que o espaço precisa ser melhorado, pois a sala da coordenação pedagógica é um espaço muito pequeno, e além disso, é um lugar onde o momento foi sempre interrompido por outros professores que precisavam entrar na sala para pegar algum material, e também lugar onde se atende os pais dos alunos que compareceram na escola neste dia.

A pauta trabalhada pela coordenadora estava muito bem elaborada e refletiu a intencionalidade de fazer com que todos os presentes se engajassem mais no processo educativo, principalmente no apoio a ser dado ao trabalho do professor, pois quem está fora de sala de aula consegue perceber o quanto é difícil essa tarefa, pois na maioria das vezes o professor leva para casa os trabalhos inerentes a escola. Após essa reflexão, a diretora pediu para que os coordenadores cobrassem com jeitinho a questão das cadernetas e os parabenizassem pelas metas alcançadas no bimestre, enfatizando que todos devem se colocar à disposição para qualquer ajuda necessária.

Dia	09/10/2018 e 11/10/2018
Nº de Participantes	Professor; 28 alunos
Local	Sala de Aula
Pauta do encontro	Currículo de Língua Portuguesa, Práticas pedagógicas, Ensino-aprendizagem

No dia 09 de Outubro a observação ocorreu na sala de aula, na turma do 9º ano, turno da manhã, nas aulas de Língua Portuguesa. Inicialmente, a professora fez uma oração com os alunos e em seguida a chamada escolar.

Em seguida, fez a montagem do equipamento de data show para utilizar na aula. Iniciou sua fala comentando sobre a atividade do dia que seria a produção textual a partir de poesias. Expôs uma poesia no data show e pediu para que os alunos lessem silenciosamente. Deu um tempo para que eles desenvolvessem a atividade propostas e ao término fez uma leitura dinâmica com todos. Explorou bastante o texto realizando perguntas e obtendo respostas dos alunos que se interessaram pela atividade realizada pela professora. Depois pediu para que sentassem em dupla e discutissem sobre seus pontos de vista sobre a poesia, e em seguida pediu para que cada aluno realizasse uma outra, de sua própria autoria utilizando um tema da atualidade. Os alunos ficaram entusiasmados, exceto alguns, considerados por ela, de alunos desinteressados. Os que se envolveram, nesse caso a maioria deles, se apropriaram do conhecimento para fazer o seu melhor. Alguns falaram sobre violência, educação, família, outros falaram sobre a paz no mundo e os valores sociais. Após essa etapa, a professora pediu para cada aluno ler em voz alta a sua produção. Alguns ficaram com vergonha e não leram, outros fizeram a leitura com satisfação. Os alunos desinteressados não opinaram e sentaram no fundão da sala para não se envolver. Em seguida a professora parabenizou os alunos pela atividade e pediu para que eles fizessem novas leituras para as atividades da próxima aula, pois iria trabalhar novamente a produção de texto. Ela recolheu o trabalho de cada aluno e falou que iria corrigir e na próxima aula faria os comentários necessários para a reescrita da produção.

Em conversa com a professora, ela comentou que alguns alunos têm dificuldades em escrever e colocar para fora seus sentimentos e ideias. Que alguns alunos não tem uma boa produção porque eles não têm leitura suficiente para produzir e por isso acha importante realizar essas atividades para que eles se interessem pela leitura e possam escrever cada vez melhor. Percebi que ela corrigiu os trabalhos fazendo anotações, grifando erros e sugerindo melhorias para que os textos sejam mais claros e coerentes.

Em determinado momento da aula, a professora comenta com os alunos que eles precisam realizar mais leituras. Ela diz que a leitura enriquece o pensamento e facilita a escrita. Infelizmente o tempo é curto e a professora sai da sala ao toque do sinal levando consigo as produções produzidas pelos alunos.

No dia 11 de Outubro foi realizado mais uma observação em sala de aula na disciplina de Língua Portuguesa, na turma do 9º ano. A professora iniciou a aula com o costume, com uma oração e em seguida fez a chamada escolar.

A professora iniciou a aula fazendo alguns comentários da aula anterior. Disse-lhes que corrigiu as produções e que fez algumas anotações para a reescrita do texto. Os alunos ficaram ansiosos para ver como se saíram. A professora chamou de um por um, apontou as devidas correções e ia pedindo para que eles reescrevessem novamente, mas desta vez eliminando as falhas. Ela pediu para que eles realizassem a reescrita em casa com mais calma e mais leitura e trouxessem na próxima aula.

Para a aula do dia ela montou o equipamento de data show e distribuiu aos alunos um folheto contendo uma música. Colocou o vídeo da música para que os alunos acompanhassem e cantassem todos juntos. A música se chamava “Trem Bala”, todos gostaram da música e cantaram. A professora fez seus comentários a respeito da música que enfatizava a vida, os bons momentos do dia a dia, os amigos, a família etc. Em seguida ela pediu para que eles pudessem refletir, pensar e produzir uma paródia com a mesma melodia sobre uma temática de sua própria escolha. Foi algo desafiador, porém iria ser trabalhado em mais aulas, pois somente a aula daquele dia não seria suficiente. A professora pediu para que eles colassem a música na folha do caderno e que ela seria a melodia para as suas produções.

Nesse dia, a professora também trabalhou aula de gramática utilizando o texto da música para a explanação do conteúdo. A professora comentou com a investigadora que precisa seguir o conteúdo programático proposto anualmente, e que além da prática da produção textual contém nele aulas de gramática, porém ressalta que quando trabalha esses conteúdos com a utilização de textos os alunos aprendem mais e dessa forma acaba incidindo na leitura e na escrita, elementos fundamentais nas aulas de língua portuguesa.

Foi percebido que os alunos gostam das atividades propostas e se sentem à vontade com a professora. São alunos participativos, obedientes e dispostos a aprender, exceto alguns que embora já tenham passado pela coordenação pedagógica para uma breve conversa não apresentam bons resultados. A professora se esforça para animá-los, mas tudo é em vão. Eles não participam, as vezes até escrevem o que é repassado, mas como não há interesse, consequentemente não há bons resultados.

Comentário da Investigadora Participante

Identifiquei que a professora inicia a aula sempre fazendo um feedback da aula anterior, que lhe serve de gancho para a atual. Foi observado também, a correção dos trabalhos e as anotações realizadas para a melhoria da escrita do aluno.

A professora é bem dinâmica, procura sempre diversificar as suas aulas e apropriasse de recursos tecnológicos disponíveis pela escola para o fortalecimento de seu trabalho. Há uma forte preocupação com a leitura e escrita dos alunos, pois ela consegue perceber as dificuldades e tenta ao máximo ajudar para que os alunos consigam êxito nas atividades propostas.

Quanto ao currículo de língua portuguesa, foi observado a existência da produção textual, assim como também, as questões de gramática normativa. A professora esclarece que sempre procura encaixar os textos conforme o conteúdo a ser explorado. Nota-se a sua preocupação nas questões de leitura e escrita dos alunos pois sabe que são elementos fundamentais para a sua inserção ao mundo letrado. Observa-se que os alunos aproveitam ao máximo as aulas, pois são dinâmicas, interativas e fundamentais para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Em suma, identificou-se que os professores de língua portuguesa demonstravam participação e interesse no trabalho desenvolvido a partir da produção textual, que os coordenadores, apesar das diversas dificuldades e demandas existentes, se esforçavam para atender as necessidades dos professores quanto ao processo de aprendizagem dos alunos, mostrando-se preparados e dispostos a ajudar alunos e professores sempre que necessário.

De modo geral foi observado que as reuniões acontecem seguindo pautas de planejamento de aulas, ocorrências durante cada semana, sugestões para resolução de problemas ocorridos e análises de resultado, temas esses que são apreciados pelos professores, pois interferem diretamente no seu dia a dia de sala de aula. Foi percebido também que os espaços destinados as reuniões da equipe técnica e pedagógica com os gestores precisam ser melhorados, para que não ocorram interferências durante o processo. Há suporte tecnológico na escola que são utilizados por todos os professores para o desenvolvimento de suas aulas.